

PAEBES 25 Anos

A Trajetória do Paebes na
Construção de Políticas
Educativas no Espírito Santo

Organizadores

Bianca Silva Santana
Caroline Barbosa Faria Ferreira
Giselle Peres Zucolotto
Vitor Amorim de Angelo



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Educação



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação

PAEBES 25 ANOS

A trajetória do Paebes na construção de
políticas educacionais no Espírito Santo

Organizadores

Bianca Silva Santana

Caroline Barbosa Faria Ferreira

Giselle Peres Zucolotto

Vitor Amorim de Angelo

Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo

Vitória - ES, 2025



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO
GERÊNCIA DE AVALIAÇÃO**

José Renato Casagrande
GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ricardo Ferraço
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Vitor Amorim de Angelo
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

André Melotti Rocha
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Andréa Guzzo Pereira
**SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO BÁSICA E
PROFISSIONAL**

Vinicius Simões
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE SUPORTE À EDUCAÇÃO

Darcila Aparecida da Silva Castro
SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO EDUCACIONAL

Mirella Carla Mendes Christ
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Bianca Silva Santana
GERENTE DE AVALIAÇÃO

Lucas Dias Lima
SUBGERENTE DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Educação

ORGANIZADORES

Bianca Silva Santana
Caroline Barbosa Faria Ferreira
Giselle Peres Zucolotto
Vitor Amorim de Angelo

AUTORES DOS CAPÍTULOS

Caroline Barbosa Faria Ferreira
Fernanda Maia Lyrio
Giselle Peres Zucolotto
Larissa Felipe Guedes
Samira Colombi

AUTORES DOS RELATOS

Carlos Palácios
Darcila Aparecida Silva Castro
Lina Kátia Mesquita de Oliveira
Marluza Moura Balarini
Vitor Amorim de Angelo

GRÁFICOS GERÊNCIA DE AVALIAÇÃO

Sandro Ricardo de Souza

REVISORES

Caroline Barbosa Faria Ferreira
Giselle Peres Zucolotto

ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Ana Beatriz Lima da Silva
Ana Gláucia Oliveira Motta
Carolina Martins de Siqueira Barbosa
Caroline Barbosa Faria Ferreira
Giselle Peres Zucolotto

EQUIPE TÉCNICA GERÊNCIA DE AVALIAÇÃO

Ana Gláucia Oliveira Motta
Adolfo Rios Midon Junior
Aurizete Barbosa Gama
Carolina Martins de Siqueira Barbosa
Caroline Barbosa Faria Ferreira
Claudia Marcia Marily Ferreira
Fernanda Juliati dos Santos
Fernanda Mirella Garcia de Oliveira
Giselle Peres Zucolotto
Joyce Galon da Silva Moronari
Ludmila Silva Leite
Moacir Velasco
Sandro Ricardo de Souza

Aos profissionais da educação,
que constroem diariamente os caminhos para a aprendizagem.
E aos estudantes, razão de todo o nosso trabalho.

AGRADECIMENTOS

A realização deste livro é fruto do trabalho coletivo de muitas mãos.

Dessa forma, gostaríamos de agradecer, em primeiro lugar, à Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, pela confiança, pelo incentivo e pelo compromisso com o fortalecimento das políticas públicas educacionais baseadas em evidências.

À equipe da Gerência de Avaliação (GEA), pelo empenho diário em dar sentido aos dados, traduzindo números em ações concretas em prol da aprendizagem dos estudantes.

A todos os autores e aos profissionais que generosamente compartilharam seus conhecimentos, experiências e histórias nesta obra, nosso reconhecimento pela escuta, pela memória e pelo rigor com que contribuíram para registrar essa trajetória.

Aos colegas da rede estadual de ensino, professores, pedagogos, coordenadores, coordenadores pedagógicos, diretores e todos os demais profissionais que, com seu trabalho diário, conferem sentido à existência do Paebes.

E, por fim, aos leitores — que esta obra inspire novos olhares sobre a avaliação e seu potencial de promover equidade na educação.

Lista de siglas e abreviações

AMA – Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem
ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização
BI – *Business Intelligence*
BIB – *Balanced Incomplete Block*
BNCC – Base Nacional Curricular Comum
CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDG – Circuito de Gestão Capixaba
Cefope – Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo
Ceale – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita
DT – Designação Temporária
Enem – Exame Nacional do ensino médio
FVA – Fator de Valorização da Assiduidade
GEA – Gerência de Avaliação
Geped – Gerência de Estudos, Pesquisa, Qualificação e Desenvolvimento dos Profissionais do Magistério
Gepro – Gerência de Qualificação Profissional
Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICD – Indicador de Contribuição ao Desempenho
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDE – Indicadores de Desempenho Escolar
Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Ideb-es – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Espírito Santo
IMU – Índice de Merecimento da Unidade
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IQE – Índice de Qualidade da Educação
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
Mepes - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
Oasisbr – Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Paebes / Paebes Alfa – Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo
Paebes TRI – Avaliação Interna Trimestral Diagnóstica da Aprendizagem
Paes – Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo

Lista de siglas e abreviações

PCA – Professor Coordenador de Área

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PEC – Prêmio Escola que colabora

PEE/ES – Plano Estadual de Educação do Espírito Santo

PFA – Programa de Fortalecimento da Aprendizagem

Pisa – *Programme for International Student Assessment* (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)

PNE – Plano Nacional de Educação

Proalfa – Programa de Avaliação da Alfabetização de Minas Gerais

ProEMI – Programa ensino médio Inovador

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RPE – Rotinas Pedagógicas Escolares

Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica

Sedu – Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo

SNA – Sistema Nacional de Avaliação

Spaee Alfa – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – Alfabetização

SRE – Superintendências Regionais de Ensino

Sicaeb – Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo

TDUC – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

TCT – Teoria Clássica dos Testes

TRI – Teoria da Resposta ao Item

VAAR – Valor Aluno-Ano Resultado

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	57
Estrutura e organização dos Cadernos de prova do Paebes por Etapa de Ensino 2024	
Tabela 2	62
Desenhos dos questionários Paebes 2023	
Tabela 3	65
Níveis de proficiência e padrões de desempenho Paebes 2024	
Tabela 4	69
Matriz de Referência 2024 - Matemática 5º Ano do Ensino Fundamental	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	56
Modelo de questão e partes de um item cognitivo da avaliação	
Figura 2	61
Modelo de questões do questionário do estudante	
Figura 3	71
Questão retirada do banco de itens Paebes 2024 - Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo.	
Figura 4	75
Modelos de revista do Paebes/Paebes Alfa 2023.	
Figura 5	81
Tabelas com a nova escala de proficiência do Paebes em Língua Portuguesa e Matemática	
Figura 6	82
Avanço na análise da escala de proficiência em Língua Portuguesa	
Figura 7	83
Avanço na análise da escala de proficiência em Matemática	
Figura 8	86
Painel interativo do Paebes - Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Espírito Santo	
Figura 9	87
Distribuição de acertos por SRE, município, escola e turma	
Figura 10	124
Distribuição dos estudantes nos padrões de desempenho na rede Estadual de Ensino. 5º ano EF - LP e MT. Paebes 2021-2024	
Figura 11	125
Distribuição dos estudantes nos padrões de desempenho na rede Estadual de Ensino - 9º ano EF - LP e MT. Paebes 2021-2024	

Figura 12

125

Distribuição dos estudantes nos padrões de desempenho na rede Estadual de Ensino - 3ª série EM - LP e MT. Paebs 2021-2024

Figura 13

126

Distribuição dos padrões de desempenho por território - Rede Estadual de Ensino. 3ª série EM - LP e MT

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	109
Série Histórica de Participação Paebes e Paebes Alfa da rede Pública	
Gráfico 2	110
Escolas com percentual de participação acima de 90% no Paebes e Paebes Alfa da rede Pública	
Gráfico 3	120
Série Histórica da Proficiência Média do Paebes - 5º ano EF Língua Portuguesa	
Gráfico 4	120
Série Histórica da Proficiência Média do Paebes - 5º ano EF - Matemática	
Gráfico 5	121
Série Histórica da Proficiência Média do Paebes - 9º ano EF Língua Portuguesa.	
Gráfico 6	121
Série Histórica da Proficiência Média do Paebes - 9º ano EF - Matemática	
Gráfico 7	122
Série Histórica da Proficiência Média do Paebes - 3ª série EM - Língua Portuguesa	
Gráfico 8	122
Série Histórica da Proficiência Média do Paebes - 3ª série EM - Matemática	

SUMÁRIO

Apresentação	15
Vitor Amorim de Angelo	
Introdução	17
Caroline Barbosa Faria Ferreira	
Capítulo 1 - Origens e Contexto Histórico	20
Fernanda Maia Lyrio	
O Paebes em Primeira Pessoa: Relatos de Quem Fez Parte da História - Memórias da Concepção e Implementação do Programa	40
Marlusa Moura Balarini	
Capítulo 2 – Metodologias e Instrumentos de Avaliação	50
Larissa Felipe Guedes	
Capítulo 3 - Principais Marcos e Inovações	79
Samira Colombi	
O Paebes em Primeira Pessoa: Relatos de Quem Fez Parte da História - Principais Marcos e Inovações do Paebes	96
Lina Kátia Mesquita e Carlos Palacios	
Capítulo 4 – Repercussões no Sistema Educacional (feitos e efeitos)	103
Giselle Peres Zucolotto	
O Paebes em Primeira Pessoa: Relatos de Quem Fez Parte da História - Educação como Porta para a Transformação	134
Darcila Aparecida Silva Castro	

Com a Palavra o Secretário	139
Vitor Amorim de Angelo	
Considerações Finais	143
Caroline Barbosa Faria Ferreira - GEA	
Sobre as Autoras	146
Sobre os Autores dos Relatos e Depoimentos	148

APRESENTAÇÃO

Prezado(a) leitor(a),

Neste ano, celebramos os 25 anos do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes), uma política pública que tem se consolidado como instrumento de extrema relevância para a compreensão da realidade educacional capixaba e para a promoção de ações pedagógicas mais eficazes.

Criado em um contexto de busca por maior qualidade e equidade na educação, o Paebes nasceu do compromisso do Espírito Santo com uma gestão educacional baseada em evidências. Desde então, tem oferecido subsídios concretos para que escolas, redes de ensino e a própria Secretaria de Estado da Educação planejem suas ações com mais intencionalidade e clareza de metas.

As informações produzidas ao longo desses 25 anos têm contribuído para identificar os níveis de aprendizagem dos estudantes e orientar práticas pedagógicas alinhadas às suas reais necessidades. O Paebes tornou-se parte da identidade da educação capixaba: está presente no planejamento pedagógico das escolas, nas formações de professores, nos debates entre equipes gestoras e, sobretudo, no cotidiano da sala de aula.

Este livro reúne registros históricos, análises e depoimentos de profissionais que participaram da concepção e consolidação do Programa. Esses relatos revelam os desafios enfrentados na construção do aprendizado e os impactos gerados por uma avaliação que se enraíza na cultura educacional do Espírito Santo.

Celebrar os 25 anos do Paebes é também reconhecer o trabalho coletivo que o sustenta. Professores, equipes escolares, gestores, técnicos das regionais e das secretarias municipais e estadual, pesquisadores e parceiros institucionais desempenharam e continuam desempenhando papéis essenciais na construção de uma avaliação com identidade própria, integrada às demais ações da política educacional do Estado.

Reafirmamos, ao longo dessa trajetória, que aplicar instrumentos que avaliam, de forma sistemática e em larga escala, a aprendizagem dos estudantes não deve ser visto como um fim em si mesmo. É, acima de tudo, um ponto de partida para a reflexão e a ação. Ao revelar os avanços e as lacunas do processo educativo, essa avaliação reforça nosso compromisso com uma educação de qualidade e com a garantia do direito de aprender.

Que esta obra estimule novas reflexões nas escolas, nas universidades, nos órgãos gestores e em todas as instituições que acreditam na educação como base de transformação social. Que o Paebes siga como um suporte para a construção de uma escola pública cada vez mais comprometida com a aprendizagem e a equidade.

Boa leitura!

Vitor de Angelo
Secretário de Estado da Educação do Espírito Santo

INTRODUÇÃO

Como professores¹, estamos habituados a preparar nossas aulas, enfrentar muitos desafios em sala, corrigir atividades, preencher diários e cumprir prazos. Mas, em meio a essa rotina intensa e exaustiva, quantas vezes paramos para refletir sobre os bastidores das avaliações aplicadas aos nossos estudantes, especialmente aquelas que de alguma forma refletem um retrato da nossa prática diária, como o Paebes?²

Em nossa prática pedagógica, alguns questionamentos fazem-se importantes: o que realmente sabemos sobre essa avaliação, sua elaboração, seus objetivos e seu impacto na educação capixaba? Muitas vezes ouvimos falar sobre o Paebes como um número, um resultado, uma estatística a ser analisada pela escola. Mas será que compreendemos de fato o seu propósito e a sua relevância para a educação capixaba?

Este livro, que integra as comemorações dos 25 anos da avaliação externa no Espírito Santo, é um convite a você, querido educador, e a todos os interessados no tema, para conhecer mais de perto o Paebes: quais são os fundamentos dessa avaliação? Quais os seus desdobramentos na prática educativa? Trata-se também de uma tentativa de nos aproximarmos de um processo que, embora impacte diretamente nossa atuação pedagógica, por vezes, encontra-se distante da nossa compreensão e reflexão.

Nesses 25 anos, o Paebes cresceu e enfrentou grandes desafios em cada contexto político, e apesar de passar por reformulações diversas ao longo dos anos, alcançou regularidade nas aplicações e desde 2009 é realizado anualmente. Por meio da avaliação, foi possível identificar com maior segurança as perdas e os ganhos educacionais ao longo do tempo, permitindo um panorama abrangente do empenho educacional do estado. O impacto das avaliações externas na melhoria do monitoramento da educação básica do Espírito Santo e na prestação de contas à sociedade foi se tornando cada vez mais evidente.

¹Com o objetivo de tornar a leitura mais fluida, optou-se pelo uso do masculino como gênero gramatical neutro, sem prejuízo à representação de todas as identidades de gênero.

²A sigla Paebes distingue-se de Paebes Alfa em razão do público-alvo a que se destina: enquanto o Paebes abrange as diferentes etapas da Educação Básica, o Paebes Alfa é voltado especificamente aos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, no ciclo de alfabetização. Contudo, por se tratarem de ações integradas no âmbito do mesmo programa de avaliação, adotaremos, ao longo do texto, a denominação Paebes para referir-nos ao programa em sua totalidade.

O Paebes ganhou notoriedade dentre as avaliações realizadas pelos estados brasileiros, pela regularidade de sua aplicação, e sobretudo pela grande influência dos seus resultados nas políticas educacionais, fruto da abrangência e profundidade do programa (PONTES, OSTI, VIDAL, 2021, p. 125).

Este livro, organizado pela Gerência de Avaliação (GEA) da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu), é fruto de uma pesquisa rigorosa conduzida por professoras que se dedicaram ao tema. A obra tem como principal objetivo oferecer ao público interessado um estudo sobre o Paebes, documentando de forma detalhada a trajetória dessa avaliação ao longo de 25 anos, seus avanços e os desafios enfrentados nesse percurso.

O que o leitor encontrará nas páginas seguintes é resultado de uma pesquisa minuciosa, marcada pelo compromisso com a memória institucional, aliado ao olhar pedagógico. Os capítulos se complementam ao oferecer um panorama amplo e reflexivo sobre o papel da avaliação na construção de uma escola pública mais justa e eficiente. Os parágrafos a seguir oferecem um pequeno resumo dos conteúdos que fazem parte desses capítulos.

O texto denominado “Origens e Contexto Histórico”, de Fernanda Maia Lyrio, discute o contexto histórico e os primeiros passos do Paebes. Nesse texto, a autora aborda as principais motivações para a concepção dessa avaliação externa em nosso estado e faz um panorama do cenário educacional estadual e nacional à época de sua criação. Além disso, temos nesse capítulo um depoimento da professora da rede pública estadual de ensino, já aposentada, Marluza Moura Balarini, que conta um pouco da história do Paebes desde os seus primórdios, uma vez que a prova foi planejada e implementada durante a sua gestão na gerência de Informação e Avaliação em 2000.

Em “Metodologias e Instrumentos de Avaliação”, de Larissa Felipe Guedes, a autora discorre sobre a forma como o Paebes avalia o desempenho educacional. Nesse capítulo, ela faz uma descrição detalhada sobre os instrumentos utilizados para avaliação dos estudantes (provas, questionários contextuais, etc), sobre o desenvolvimento das matrizes de referência e criação de itens da prova, sobre os níveis de proficiência utilizados como parâmetro avaliativo, bem como sobre as metodologias de correção e interpretação dos resultados.

Em “Principais Marcos e Inovações”, Samira Colombi destaca os avanços e adaptações do Paebes ao longo dos anos, salientando as principais mudanças em resposta às necessidades educacionais do estado. Em seu texto, a autora também realiza um breve panorama das inovações tecnológicas e metodológicas implementadas na avaliação ao longo dos anos. No capítulo três, temos ainda o depoimento da professora Lina Kátia Mesquita, diretora da Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Fundação CAEd), que esteve à frente da instituição durante todo o período de colaboração com a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo.

Por fim, no capítulo intitulado “Repercussões no Sistema Educacional (feitos e efeitos)”, de Giselle Peres Zucolotto, temos uma análise dos desdobramentos do Paebes no contexto da administração pública e na formulação de políticas educacionais no Espírito Santo. A autora organiza sua abordagem em duas vertentes complementares: a administrativa e a pedagógica. No âmbito administrativo, o destaque é dado a como regulamentos e incentivos têm orientado o uso dos dados das avaliações para promover a equidade e a eficácia nas políticas públicas. Já no campo pedagógico, Zucolotto destaca como as evidências produzidas por essas avaliações têm transformado as rotinas docentes, impulsionado programas de reforço e enriquecido a formação continuada dos educadores com foco na promoção dos direitos de aprendizagem e na redução das desigualdades educacionais no estado. Nesse capítulo, temos ainda o depoimento da Subsecretária de Estado de Articulação Educacional (SEAE) e também professora da rede estadual, Darcila Aparecida da Silva Castro, que compartilha sua trajetória nas diversas instâncias em que atuou na rede pública estadual de ensino, estabelecendo conexões entre sua experiência profissional e a história da avaliação.

Embora as discussões sobre o Paebes possam parecer técnicas, consideramos que são de grande importância para o melhor entendimento dessa avaliação externa, cuja relevância é incontestável no contexto educacional do Espírito Santo. Ao explorar seus objetivos, características e impactos na Educação Básica, buscamos promover uma compreensão mais aprofundada dessa política educacional e de seus reflexos no ensino e na aprendizagem em nosso Estado.

REFERÊNCIAS

PONTES, José Airton; OSTI, Andreia; VIDAL, Eloisa Maia (Organizadores). *Avaliações estaduais: nascimento, vida e protagonismo*. [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2021. Disponível em <https://anpae.org.br/EDITORIA-ANPAE/1-Livros/pdfLivros/Livros2021/1121L-AVALIACOES-ESTADUAIS.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

CAPÍTULO 1

Origens e Contexto Histórico

Capítulo 1 – Origens e Contexto Histórico

Fernanda Maia Lyrio

Considerações iniciais: por que conhecer a história do Paebes?

Inspirado na experiência de países como a França, Holanda, Estados Unidos, Suécia, Inglaterra, Chile e Argentina, o Brasil cria e intensifica programas de avaliação em larga escala como instrumentos eficazes nos processos de gestão e de implementação de mudanças nos sistemas educativos. Nesse contexto, surge, nos anos 2000, o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo – o Paebes, instituído pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu).

Objetivando diagnosticar o desempenho de estudantes da rede em diferentes áreas de conhecimento e níveis de escolaridade, o Paebes ergue-se no estado com a missão de subsidiar a implementação, a reformulação e o monitoramento de políticas públicas educacionais, favorecendo a melhoria da qualidade da educação em solos capixabas. Assim, desde que foi criado, o Paebes avaliou, ao longo dos anos, diferentes anos/séries do Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e ensino médio em disciplinas diversas, como Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Física, Química e Biologia.

Junto a São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Ceará, dentre outros estados, o Espírito Santo vivenciou a eclosão e a concretização do Paebes de forma atrelada a modalidades avançadas de tecnologia educacional, de procedimentos estatísticos e de coleta e tratamento de dados. Essa combinação profícua ajudou a manter, até os tempos atuais, a consistência, a confiabilidade e a precisão dos resultados obtidos por meio dessa avaliação desde o seu surgimento.

Traçar uma linha do tempo que contemple a criação e o desenvolvimento da avaliação do Paebes, tal como é realizada atualmente pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu) não é tarefa simples. No entanto, esse esforço é fundamental para compreendermos o percurso evolutivo de uma das avaliações mais relevantes em termos de abrangência, eficiência e capacidade de mapear a realidade escolar do nosso estado.

Ademais, por meio do panorama da história do Paebes no estado do Espírito Santo, é possível entendermos como essa avaliação impactou no diagnóstico de aprendizagem dos estudantes de nossa rede desde quando surgiu, em 2000, até o presente ano. Também é possível compreendermos como os dados gerados pelo Paebes subsidiaram, ao longo dos tempos, a criação de políticas públicas para mitigar problemas graves no aprendizado de estudantes de variadas faixas etárias, das múltiplas etapas escolares, viabilizando a criação e a implementação de programas e de ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino e à recomposição das aprendizagens.

A Sedu tem como missão garantir o direito à educação integral, promovendo a permanência e a aprendizagem com qualidade e inclusão. Para isso, fundamenta-se em valores como gestão democrática, equidade, cultura de paz, inovação e integridade, com o objetivo de ser reconhecida como referência nacional na educação pública. O Paebes atua, nesse contexto, como um instrumento de apoio à identificação dos desafios que comprometem o aprendizado dos estudantes capixabas, além de orientar as ações necessárias à superação desses obstáculos, de modo a assegurar o cumprimento da missão, da visão e, sobretudo, dos valores que orientam a educação no estado do Espírito Santo. Assim, conhecer a história do Paebes em seus 25 anos de existência é mergulhar na própria história das relações que a Sedu estabelece com as avaliações em larga escala, descortinando as ações que esta Secretaria desenvolve para sanar os entraves no rendimento escolar dos estudantes capixabas.

Panorama histórico do Paebes: dos anos 2000 aos tempos atuais

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece em seu artigo 9º que cabe à União “[...] VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996). Nesse contexto, até os anos 2000, as principais avaliações educacionais no país eram: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do ensino médio (Enem).

Oferecendo um relevante diagnóstico para o surgimento de políticas públicas educacionais, esses exames traçam um perfil detalhado para gestores e para a população sobre a qualidade do ensino no país. O Saeb exerceu influência direta no desenvolvimento do Paebes, uma vez que se trata de avaliação externa que visa diagnosticar a Educação Básica no Brasil, por meio da aplicação de testes e questioná-

rios, possibilitando, assim, a identificação de fatores que impactam no desempenho dos estudantes brasileiros³.

Com a criação do Saeb, os tipos de informações fornecidas no campo educacional mudam drasticamente, iniciando-se, assim, uma nova fase da educação brasileira, com a coleta de dados sobre as escolas, sobre os estudantes e sobre os fatores escolares associados.

A partir dessa perspectiva nacional, a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo reconheceu a necessidade de desenvolver um programa próprio de avaliação e monitoramento da educação capixaba, com o objetivo de promover melhorias nos padrões de qualidade de nossa educação.

No ano de 2000, o Espírito Santo deu início ao Paebs. Essa primeira edição avaliou especificamente os estudantes da 2ª série do ensino fundamental I. Nesse período, a Sedu realizou uma série de mudanças no modelo de gestão do sistema educacional e, apesar das limitações financeiras, promoveu a formação técnica das equipes central e regional, fortalecendo, ainda, a parceria com as escolas. Inserida nesse contexto, surgiu a necessidade de aferição do desenvolvimento cognitivo dos estudantes da rede, com base em indicadores relacionados ao ensino de competências cognitivas.

A primeira edição do Paebs contou com a participação de aproximadamente 15 mil alunos das turmas de 2ª série e seguiu com toda sistemática que viria a ser consolidada nas avaliações posteriores.

De 2001 a 2003 não houve aplicação do Paebs no estado do Espírito Santo, uma vez que a avaliação permanecia sendo trienal, dado o enorme trabalho logístico e investimentos necessários para a aplicação, correção, tratamento e interpretação dos dados com os recursos disponíveis à época. Urgia, no entanto, a necessidade de produção de indicadores educacionais por meio da aferição da qualidade e da eficiência da educação de nossa rede pública estadual.

Embora a avaliação do Paebs não tenha sido realizada nesse período, vale salientar que a história da educação no Brasil não estacionou e alguns marcos relevantes dessa época precisam ser aqui pontuados.

³Para maiores informações sobre o Saeb, cf. HORTA NETO; JUNQUEIRA, 2016.

Em 9 de janeiro de 2001, a Lei nº 10.172 aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), com duração de 10 anos⁴. A partir da vigência dessa Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ficaram encarregados de elaborar os planos decenais correspondentes. Dessa forma, coube à União instituir o Sistema Nacional de Avaliação (SNA), estabelecendo os mecanismos necessários ao cumprimento e ao acompanhamento das metas constantes do PNE, pautadas na:

1. *Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino.* Essa prioridade inclui o necessário esforço dos sistemas de ensino para que todas obtenham a formação mínima para o exercício da cidadania e para o usufruto do patrimônio cultural da sociedade moderna. O processo pedagógico deverá ser adequado às necessidades dos alunos e corresponder a um ensino socialmente significativo. Prioridade de tempo integral para as crianças das camadas sociais mais necessitadas. 2. *Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram.* A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres.

3. Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior. [...] 4. Valorização dos profissionais da educação. [...] Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério. 5. Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino (BRASIL, 2001).

Como mencionado, entre as prioridades do PNE está a preocupação com a avaliação do desempenho dos estudantes e com o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de coleta e disseminação de dados educacionais – metas a serem alcançadas até 2010. Toda essa preocupação está em consonância com os objetivos centrais deste Plano, a saber:

⁴A Lei nº 10.172/2001 instituiu o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE). Posteriormente, o plano foi reformulado pela Lei nº 13.005/2014, com vigência até 2024. Um novo PNE, para o período de 2024 a 2034, está em tramitação no Congresso Nacional.

- a elevação global do nível de escolaridade da população;
- a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e
- a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2001).

Ao destacar esses objetivos e articulá-los ao desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, a Lei nº 10.172 contribuiu para a busca por padrões de qualidade na educação, viabilizando e legitimando programas de monitoramento do nível de desempenho dos estudantes. O Saeb passa por uma série de transformações teórico-metodológicas e, em 2001, mantendo seu foco nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, atualiza as suas matrizes de referência para que a avaliação estivesse mais alinhada aos referenciais curriculares nacionais.⁵

A busca por padrões de qualidade na educação por meio de um programa de monitoramento segue sendo uma preocupação entre os anos 2000 e 2003. A educação básica no Brasil passa por um período conturbado de altos índices de analfabetismo, altas taxas de abandono escolar e falta de acesso de parte da população à educação. Um marco relevante na educação brasileira nessa época foi a criação do Programa Nacional de Renda Mínima, o “Bolsa Escola”, por meio da Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001.

Essa Lei beneficiou crianças e jovens carentes, permitindo a participação financeira da União em programas municipais de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas, tendo como objetivo central liberar, junto ao MEC, recurso financeiro para mães de crianças e jovens carentes entre 6 e 15 anos de idade, rompendo, assim, o ciclo da reprodução da miséria por meio da educação.

Em 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003) com vistas a promover a alfabetização de jovens acima de 15 anos de idade e adultos excluídos da escola antes do aprendizado da leitura e da escrita, estimulando a erradicação do analfabetismo no Brasil.

⁵Essa e outras mudanças pelas quais o Saeb passou ocorreram em razão da necessidade de tornar os resultados mais comparáveis ao longo do tempo e mais úteis para a formulação de políticas públicas. Para maiores informações sobre os novos pressupostos teóricos e modelo de avaliação adotados no Saeb a partir de 2001, cf. BAETA, 2002.

Outro marco de extrema importância na educação brasileira, a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, determina como obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial das escolas de educação básica do país. Com o intuito de eliminar discriminações e combater desigualdades, promovendo, assim, a inclusão e equidade social e racial, a supracitada Lei surge para reafirmar o compromisso do país com a pauta das políticas afirmativas e com as práticas cidadãs.

No cenário estadual, o ano de 2004 passa a ser mais promissor para o estado do Espírito Santo nos campos da educação e da avaliação. O estado deu continuidade às ações programadas de avaliação em larga escala. A avaliação do Paebes foi realizada, dessa vez, com a 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e com a 1ª série do ensino médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Química, Física e Biologia.

No período de 2005 a 2007 não houve aplicação do Paebes, pois a prova seguia sendo trienal. No Brasil, tem-se, em 2007, a criação do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que reúne em apenas um indicador os resultados do fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, sendo calculado, dessa forma, por meio do Saeb e dos dados obtidos no Censo sobre a aprovação escolar. Os resultados gerados pelo Ideb permitem vislumbrar metas de qualidade para os sistemas educacionais, uma vez que apontam onde são necessárias melhorias, orientando, assim, a criação e/ou o aperfeiçoamento de políticas públicas e investimentos para alavancar o desempenho dos estudantes.

No ano de 2008, o Paebes foi realizado nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática para os alunos de todas as escolas da rede pública estadual da 1ª série do ensino médio. A ação assegurou a aplicação de testes de Leitura e de Matemática para os 78 municípios do estado, além de efetuar um questionário contextual⁶ com diretores e professores acerca dos processos de trabalho e da satisfação no emprego, captando,

⁶É comum nas avaliações externas que os professores e diretores respondam a questionários com itens que procuram captar sua percepção da comunidade escolar, dos processos escolares e da satisfação no trabalho. Os chamados “questionários contextuais” são aplicados também aos alunos com a finalidade de obtenção de dados sobre o nível socioeconômico desses estudantes, suas trajetórias escolares, dificuldades e níveis de aprendizado. Tais instrumentos ajudam a traçar um perfil dos professores, da infraestrutura da escola e das características da gestão escolar, impulsionando informações sobre fatores socioeconômicos associados ao desempenho escolar. A partir de 2022, foi criado um novo questionário voltado às famílias dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de conhecer melhor a realidade desses alunos e o contexto em que estão inseridos. Sobre esses questionários, falaremos mais detidamente no próximo capítulo.

assim, a percepção da comunidade sobre a escola. Era prevista a participação de 44.716 estudantes, mas foram avaliados 29.643 estudantes. Nesse ano, a avaliação passou a ser realizada em duas edições anuais, denominadas de “ondas” (uma no início do ano e outra no final).

Vale destacar ainda que a data da aplicação das provas (10 de dezembro de 2008) não era a mais adequada, especialmente por se tratar de uma data próxima às férias escolares. Mesmo assim, a participação dos estudantes foi significativa e todos os esforços foram realizados para que a avaliação fosse cumprida. O resultado (medido pelo número de cartões lidos e detalhado por Superintendência Regional de Educação - SRE) apontou para a participação de 66% dos estudantes matriculados na 1ª série do ensino médio por meio de itens fornecidos pela Sedu.⁷

Embora tenham sido incluídos alguns itens do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) nos testes, não foi possível estabelecer uma correspondência direta entre as proficiências medidas pelo Paebes e a escala do Saeb. Ressalta-se, no entanto, que as escalas de proficiência utilizadas pelo Paebes estavam alinhadas às das demais avaliações externas aplicadas nos estados e em âmbito nacional.

É importante lembrar que, no cenário nacional de 2008, o Saeb não avaliava a 1ª série do ensino médio. Naquele período, a prova ocorria nos anos ímpares e contemplava as competências de Leitura e Matemática dos estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do ensino médio.

Com o objetivo de viabilizar comparações entre os resultados, as provas aplicadas em 2004 foram reprocessadas, sendo corrigidas novamente com os mesmos critérios adotados em 2008. Essa estratégia permitiu conhecer a trajetória de cada escola nesses dois anos.

Ainda em 2008, o Paebes Alfa avaliou na primeira onda 51.059 estudantes em Língua Portuguesa, do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental: anos iniciais.

⁷Os itens foram criados em 2004 por professores da rede para compor o Banco de Itens do Paebes.

No âmbito nacional, a Lei 11.645, de 10 de março de 2008, também merece destaque em nossa linha do tempo, uma vez que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, traçando para o currículo escolar uma perspectiva inclusiva, conforme nos atestam os parágrafos subsequentes:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)⁸

A criação de leis como a nº 10.639 e a nº 11.645 amplia, ainda, o debate sobre a inclusão e a promoção da equidade racial, sobretudo no que se refere ao desempenho dos estudantes — a partir da análise das taxas de aprovação, reprovação, frequência e abandono escolar —, uma vez que coloca em evidência o impacto grave do racismo estrutural sobre jovens negros e indígenas no espaço escolar brasileiro.

Em termos de avaliação educacional em larga escala, vale destacar que essas leis, ao estabelecerem que a história e os saberes provenientes das populações afro-brasileira e indígena compõem integralmente a cultura nacional — enaltecendo, ao mesmo tempo, a diversidade sociocultural e étnico-racial brasileira e criticando uma visão curricular eurocêntrica —, representam ferramentas determinantes para o enfrentamento das desigualdades que ainda permeiam as diferentes realidades educacionais do Espírito Santo e do Brasil.

Essas legislações contribuem para repensar a realidade vivida por esses alunos, permitindo traçar um perfil mais detalhado dos estudantes, de suas origens e de suas vivências sociais.

⁸Parágrafos da Lei 11.645 na íntegra.

No ano de 2009, a Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, instituiu o Programa ensino médio Inovador (ProEMI) com o intuito de fortalecer propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio não profissional. O foco do ProEMI recai nos projetos pedagógicos que promovem a valorização da leitura, da cultura, a educação científica e humanística, o aprimoramento da relação teoria e prática, a utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras. Foram objetivos desse Programa:

- I** - expandir o atendimento e melhorar a qualidade do ensino médio;
- II** - desenvolver e reestruturar o ensino médio não profissionalizante, de forma a combinar formação geral, científica, tecnológica, cultural e conhecimentos técnicos-experimentais;
- III** - promover e estimular a inovação curricular no ensino médio;
- IV** - incentivar o retorno de adolescentes e jovens ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade;
- V** - fomentar o diálogo entre a escola e os sujeitos adolescentes e jovens;
- VI** - promover uma escola média onde os saberes e conhecimentos tenham significado para os estudantes e desenvolvem sua autonomia intelectual;
- VII** - desenvolver a autonomia do estudante por meio do oferecimento de uma aprendizagem significativa.
- VIII** - criar uma rede nacional de escolas de ensino médio públicas e privadas que possibilite o intercâmbio de projetos pedagógicos inovadores.
- IX** - promover o intercâmbio dos Colégios de Aplicação das IFES, dos Institutos Federais e do Colégio Pedro II com as redes públicas estaduais de ensino médio.
- X** - incentivar a articulação, por meio de parcerias, do Sistema S com as redes públicas de ensino médio estaduais.

Por meio dessa Portaria, o INEP (Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) passou a ser responsável pela coordenação da avaliação externa das escolas participantes do programa, assim como pela análise dos impactos dessa iniciativa na melhoria da qualidade educacional.

No âmbito estadual, em setembro de 2009, a parceria da Sedu com o Ceale/CAEd⁹ foi um marco histórico relevante para o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo, que passa a acontecer de forma anual. Neste ano, houve a aplicação do Paebes Alfa (1ª onda) para as turmas de 1º ano do Ensino Fundamental. A avaliação diagnóstica da alfabetização teve a participação das escolas da rede estadual e de escolas municipais de 76 municípios do estado. Com esse expressivo conjunto de muni-

⁹Resende (2020, p. 207) explica que, até 2011, cabia ao Ceale/UFMG a elaboração das matrizes, dos itens e dos testes, enquanto o CAEd/UFJF era responsável apenas pela aplicação e correção dos testes de escrita. No entanto, a partir da segunda aplicação daquele ano, o CAEd passou também a elaborar os itens e os testes, ampliando sua atuação no processo avaliativo.

cípios que passou a integrar o Paebes Alfa, foi possível a construção de análises longitudinais a partir de 2010, quando um mesmo conjunto de estudantes participou de mais de uma onda de aplicação. Foram mais de 110 mil estudantes avaliados em 2009.

Em 2010, pela primeira vez, o Programa avaliou o desempenho em Matemática dos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental. Também com intenção censitária, as avaliações nesse ano contaram com os questionários contextuais (aplicados aos estudantes, professores e diretores), possibilitando, assim, a (re)formulação e o monitoramento de políticas públicas no estado do Espírito Santo. Foram, ao todo, 83.471 estudantes avaliados em 2010. Ainda em 2010, o Paebes Alfa avaliou 116.729 estudantes capixabas do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental (anos iniciais) da rede estadual, municipal e particular nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

No ano de 2011, foram aplicados testes de Língua Portuguesa e Matemática para as séries iniciais (2º e 3º ano) e para o 5º e 9º ano do Ensino Fundamental. No ensino médio, os alunos da 3ª série foram avaliados em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química). Vale destacar que nesse ano, foram avaliados apenas os estudantes da região metropolitana da Grande Vitória, contabilizando um total de 114.254 estudantes.

Em 2012 foram avaliadas as áreas do conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Humanas (Geografia e História). Foram mais de 106.525 estudantes das redes estadual, particular (Escolas Particulares Participantes - EPP) e municipal do Espírito Santo que foram avaliados nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e na 3ª série do ensino médio. Apenas os alunos da região metropolitana da Grande Vitória fizeram, novamente, a prova nesse ano.

Ainda em 2012, o Paebes Alfa avaliou 127.302 estudantes de 1º, 2º e 3º ano (Ensino Fundamental: anos iniciais) nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática das redes estadual, municipal e particular.

No ano de 2013, o Paebes passou por uma importante inovação ao incluir, na avaliação do 9º ano do Ensino Fundamental, a área de Ciências da Natureza — anteriormente aplicada apenas à 3ª série do ensino médio. Participaram da edição 93.922 estudantes.

No Paebes Alfa de 2013 foram 125.744 alunos avaliados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Essa avaliação contou com a participação das redes

estadual, municipal e particular.

Em 2014, as aplicações das provas do Paebes ocorreram em outubro e contaram com a participação dos estudantes do Ensino Fundamental (1º, 2º, 3º, 5º e 9º ano) e do ensino médio (3ª série) de toda rede estadual, de 76 redes municipais e de 49 escolas particulares que adotaram o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo. Em 2014, os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental passaram também a ser avaliados em produção de texto. Ao todo, 99.343 estudantes realizaram a prova.

No ano de 2015, em que o Paebes avaliou 103.676 estudantes dos 5º anos EF, 9º anos EF, 3ª Séries EM, a avaliação registrou o maior percentual de participação de alunos desde a sua implementação. Foram aplicadas avaliações de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências da Natureza, nas terminalidades de etapa das redes estadual e municipais e das EPPs.

Nesse ano, surge a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi divulgada pelo Ministério da Educação e ficou conhecida como “proposta preliminar”. O documento serviria como base para a elaboração dos currículos de todas as escolas de educação básica do Brasil e foi submetido à consulta pública em 2016, recebendo contribuições de especialistas e professores de todo o país. É fundamental pontuar, aqui, que a BNCC.

[...] está estruturada a partir do desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para o mundo contemporâneo, partindo da perspectiva da educação integral. Portanto, além dos componentes curriculares já trabalhados nas escolas, ela aborda aprendizagens do campo social, cognitivo, emocional e cultural, com temas que vão desde comunicação e cultura digital à responsabilidade e cidadania, passando por autoconhecimento e autocuidado (OBSERVATÓRIO MOVIMENTO PELA BASE, 2025).

Em 24 de junho de 2015, a Lei nº 10.382 aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo – PEE/ES, com vigência de 10 (dez) anos. Por meio do PEE/ES, o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo passa a constituir importante fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica, mediante a produção, a cada dois anos, de:

- I - indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos estudantes, apurados em exames estaduais e por meio do censo escolar da educação básica;
- II - indicadores de avaliação institucional relativos a dimensões como corpo docente, corpo técnico e corpo discente, infraestrutura de escolas, recursos pedagógicos, currículos e processos de gestão, dentre outros¹⁰.

No ano de 2016, não houve muitas mudanças no Paebes, mas a partir desse período, o Paebes Alfa passou a ter somente uma aplicação anual. Foram avaliados, nas redes estadual, municipais e escolas particulares, 101.685 estudantes no Paebes.

A Portaria nº 064-R, de 24 de maio de 2017, instituiu o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica no âmbito do Sistema de Ensino do Espírito Santo – SICAEB. Por meio dessa Portaria, a avaliação educacional do Espírito Santo passou a erguer-se sob três pilares: o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo – Paebes, a Avaliação Interna Trimestral Diagnóstica da Aprendizagem – Paebes TRI e o Indicador de Desenvolvimento Escolar - IDE. A supracitada Portaria estabelece que o Paebes deve

- I - desenvolver um processo de avaliação de desempenho dos alunos do ensino fundamental e médio, identificando as fragilidades e qualidades, com indicação de ações para a melhoria da qualidade do processo educativo;
- II - identificar elementos que subsidiem a formação continuada dos professores e a orientação curricular para o ensino e a aprendizagem.
- III - fornecer às escolas informações e orientações que lhes permitam tomar decisões e adotar estratégias pedagógicas apropriadas, por meio de relatórios e boletins de desempenho dos alunos, com detalhamento das competências observadas na aplicação dos instrumentos de avaliação e daquelas que ainda devem ser desenvolvidas.
- IV - oferecer à Secretaria de Estado da Educação informações científicas e úteis para a implementação de políticas de melhoria da educação pública. (ESPÍRITO SANTO, 2017)

O ano de 2017 foi marcado, ainda, pela participação de 98.953 estudantes capixabas no Paebes, que avaliou alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do ensino médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza (no caso do Ensino Fundamental), Biologia, Física, Química e Produção de Texto.

Já o Paebes Alfa avaliou 134.885 estudantes do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental (anos iniciais), das redes estadual, municipal e particular, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

No âmbito nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada por meio da Portaria nº 1570, de 20 de dezembro de 2017. Nesse mesmo ano, a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro, instituiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento de caráter normativo, a ser respeitado obrigatoriamente em todas as etapas e modalidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Tal Resolução

¹⁰Trecho da Lei nº 10.382, §1º.

estabeleceu a BNCC como documento que determina as aprendizagens essenciais (definidas como conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar, cabendo às instituições escolares, redes de escolas e seus respectivos sistemas de ensino a adoção de formas de organização do Currículo:

Art. 1º A presente Resolução e seu Anexo instituem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar, e orientam sua implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares.

Parágrafo Único. No exercício de sua autonomia, prevista nos artigos 12, 13 e 23 da LDB, no processo de construção de suas propostas pedagógicas, atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos na BNCC, as instituições escolares, redes de escolas e seus respectivos sistemas de ensino poderão adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem necessários.

Art. 2º As aprendizagens essenciais são definidas como conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e a capacidade de os mobilizar, articular e integrar, expressando-se em competências.

Parágrafo único. As aprendizagens essenciais compõem o processo formativo de todos os educandos ao longo das etapas e modalidades de ensino no nível da Educação Básica, como direito de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Com o objetivo de entender a implementação da BNCC e seus impactos na educação brasileira, educadores de todo país foram convidados para uma discussão acerca da importância da BNCC, como ela foi construída, como ela está estruturada e seus impactos no cotidiano escolar. O dia 06 de março de 2018 ficou conhecido como o “Dia D da BNCC”, data importante, escolhida pelo Ministério da Educação para suscitar reflexões sobre a Base.

No estado do Espírito Santo, o Currículo passa a ser uma conquista na busca de políticas públicas que promovam melhorias na qualidade da Educação Básica do nosso território. Elaborado em regime de colaboração entre Estado e municípios, representados, respectivamente, pela Secretaria de Estado da Educação e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, o Currículo capixaba torna-se um referencial que alinha as necessidades educacionais próprias do Espírito Santo à Base Nacional Comum Curricular.

Faltava ainda contemplar o ensino médio. Em 02 de abril de 2018, o Ministério da Educação entregou a 3ª versão da BNCC do ensino médio ao Conselho Nacional de Educação (CNE), que, por sua vez, iniciou as audiências públicas para debatê-la. Apenas em 14 de dezembro de 2018, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino médio, passando, assim, a contemplar a totalidade das aprendizagens previstas para toda a Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e ensino médio.

Essa breve linha do tempo aqui traçada nos permite vislumbrar os processos de criação, construção e efetivação da BNCC como sendo de extrema importância para as avaliações externas no Brasil, uma vez que este documento determina as competências (gerais e específicas), as habilidades e as aprendizagens essenciais que os estudantes devem desenvolver durante as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do ensino médio. Esperando reduzir as desigualdades educacionais existentes no Brasil, a BNCC estabelece-se, em âmbito nacional, como um conjunto de orientações destinadas a nortear as equipes pedagógicas na elaboração dos currículos locais – e no Espírito Santo isso não seria diferente.

As avaliações em larga escala passaram a medir o desempenho dos estudantes e das escolas com base nos objetivos estabelecidos pela BNCC, verificando se os alunos estão desenvolvendo as habilidades e os conhecimentos previstos. Essa relação tem impactos diretos na forma como o ensino é estruturado, pois influencia o planejamento curricular e a metodologia dos professores.

Em 2018, a edição do Paebes contou com a participação de 96.053 estudantes. O Paebes Alfa avaliou 124.231 estudantes do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. Ressalta-se que, nesse ano, não houve alterações na estrutura das provas em relação à edição anterior. Todo o processo de aplicação transcorreu de maneira regular e sem o registro de intercorrências.

Em 2019, manteve-se a mesma configuração das edições anteriores quanto às etapas de ensino e aos componentes curriculares avaliados no âmbito do Paebes, que contou, nesse ano, com a participação de estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do ensino médio. Ao todo, foram avaliados 130.995 estudantes.

No mesmo ano, o Paebes Alfa também seguiu o modelo aplicado nos ciclos anteriores, com avaliações em Língua Portuguesa e Matemática para alunos do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental das redes estadual, municipal e particular.

O ano de 2020 foi muito difícil para a educação no Brasil devido à pandemia de coronavírus. No estado do Espírito Santo, não houve a aplicação dos testes do Paebes nesse ano em razão do isolamento social imposto pela Covid-19. Em meio a inúmeras crises no cenário da educação nacional, a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo não mediu esforços para conter os danos causados pela pandemia, utilizando as mais diversas estratégias para a continuidade das atividades educacionais dos estudantes capixabas – foram ações voltadas desde a elaboração de materiais pedagógicos à produção de videoaulas – tudo para reduzir os impactos dessa crise nacional da educação.

O período pós-pandêmico, em 2021, marcou o retorno do Paebes ao cenário educacional do Espírito Santo, mas também evidenciou, de forma ainda mais acentuada, as desigualdades no acesso à educação e a urgência da promoção de ações com foco na equidade em âmbito nacional. As disparidades, que já existiam antes da pandemia, tornaram-se mais visíveis com a crise sanitária, levando as redes estaduais de ensino em todo o país a buscarem estratégias para mitigar os impactos negativos da Covid-19 sobre a aprendizagem dos estudantes. Considerando-se essa conjuntura, pode-se observar que o percentual de estudantes participantes do Paebes diminuiu consideravelmente de 2019 para 2021 entre as escolas da rede estadual e das redes municipais e particulares. Também houve diminuição da proficiência média em todas as etapas e modalidades escolares, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Nesse contexto, o Paebes ganha importância ainda maior:

A avaliação em larga escala – em particular o PAEBES, que avalia a qualidade da Educação Básica da rede pública estadual e, por adesão, das redes municipais e privada do Espírito Santo¹¹ – adquire uma importância ainda maior no processo de mapeamento do desempenho discente no estado, em função dos impactos decorrentes da pandemia da Covid-19. Para além do processo de luto coletivo, as consequências deste evento se fazem notar em variados setores da sociedade, em especial na educação. Em 2020, 99,3% das escolas brasileiras suspenderam as aulas presenciais por aproximadamente 279 dias, considerando as escolas públicas e privadas. No estado do Espírito Santo, 99,9% das escolas públicas e privadas não tiveram aulas presenciais nesse período (100% das escolas públicas), em média, por 257 dias (199 dias nas escolas estaduais e 272 dias nas municipais). (ESPÍRITO SANTO, 2021, p. 8)

Em 2022, os resquícios do período pandêmico ainda existiam e, cada vez mais, tornava-se evidente a preocupação com a recomposição das aprendizagens dos estudantes brasileiros. As redes de ensino de todo o Brasil traçaram metas e ações para recompor

¹¹Atualmente, as prefeituras não fazem mais por adesão à prova do Paebes, mas, sim, de forma obrigatória.

os aprendizados de estudantes que voltavam para as salas de aula no final de 2021 e início de 2022 de modo presencial. A avaliação do Paebes também ganha ainda mais notoriedade nesse período, pois oferece dados robustos acerca das habilidades essenciais que os estudantes precisam desenvolver para alcançar o sucesso escolar:

[...] a avaliação constitui uma ferramenta potente para a obtenção dessas informações, atendendo à proposta de uma avaliação diagnóstica e contínua, já indicada dentre as ações necessárias à organização da recomposição das aprendizagens. Mais especificamente, a avaliação externa traz, com maior rigor e precisão, aquelas habilidades essenciais que os estudantes ainda não desenvolveram e que são fundamentais para o seu percurso escolar de sucesso.

Por se tratar de uma avaliação somativa, cujo objetivo é aferir o desempenho dos estudantes ao final de uma etapa de escolaridade, o PAEBES 2022 fornece dados robustos para a organização desse debate, sobretudo, para o planejamento de 2023. Toda avaliação tem, como objetivo precípua, o diagnóstico de determinada situação de aprendizagem, e os resultados da avaliação externa em larga escala oferecem informações que atendem a diversas instâncias envolvidas no processo educacional, desde a mais ampla – a rede de ensino como um todo – até a mais específica – cada estudante individualmente. (ESPÍRITO SANTO, 2022, p. 10)

Nesse ano de 2022, em consonância com o fortalecimento institucional das políticas de avaliação educacional e a crescente relevância das avaliações externas, foi instituída, por meio do Decreto nº 4.889-R, de 21 de maio de 2022, a Gerência de Avaliação (GEA), no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. Até então, a coordenação das avaliações externas estava a cargo de uma subgerência vinculada à Gerência de Informação e Avaliação Educacional (GEIA), que, com a nova configuração administrativa, foi transformada na Gerência de Estatística e Informação (GEI), ambas subordinadas à Subsecretaria de Planejamento e Avaliação (SEPLA). A criação da GEA representou um marco na reestruturação da política avaliativa estadual, conferindo maior autonomia técnica e organizacional à área responsável pela coordenação do Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica (Sicaeb), o qual também passou por significativas reformulações no mesmo período.

Neste ano, a avaliação passou a seguir o modelo atualmente utilizado pela Secretaria de Estado da Educação, que busca alinhar a avaliação ao currículo estadual e às metas de aprendizagem, garantindo um diagnóstico mais preciso do desempenho dos estudantes da rede pública. Pode-se notar uma preocupação maior com o monitoramento da equidade:

Observamos que, apesar de todos os impactos negativos gerados pela pandemia, as redes têm conseguido, ao longo do tempo, avançar – mesmo que de forma sutil – na melhoria da qualidade da educação oferecida. Mas a garantia da melhoria da qualidade com a devida equidade ainda é um grande desafio. Portanto, os resultados de 2022 devem nos mobilizar para essa questão: o monitoramento da equidade. O gestor precisa estar atento às desigualdades educacionais que porventura existam em sua rede, observando, para isso, as diferenças entre as regionais, entre os municípios e entre as escolas. Nesse mesmo sentido, as escolas devem ser orientadas a observarem suas turmas e estudantes, buscando identificar, a partir dos dados, se há desigualdades profundas em seu contexto, e a procurarem formas de minimizar essas desigualdades, garantindo a aprendizagem de todos os estudantes. (ESPÍRITO SANTO, 2022, p. 22)

Em 2023, mais de 150 mil estudantes foram avaliados, considerando-se as redes estadual e municipal de ensino do estado, sendo que a maioria dos alunos do Ensino Fundamental estava matriculada nas escolas das redes municipais de ensino e os do ensino médio encontravam-se matriculados nas escolas da rede estadual.

Em 2024, a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo iniciou uma série de ações voltadas para a recuperação das defasagens de aprendizado dos estudantes capixabas. Com o objetivo de reintegrá-los ao ambiente escolar, prevenir a evasão e reduzir os índices de reprovação, foi implantado o Programa de Recomposição das Aprendizagens. Essa iniciativa promoveu a priorização curricular dos componentes de Língua Portuguesa e Matemática, com o apoio de material didático específico, aplicação de avaliações diagnósticas e formativas, adoção de práticas pedagógicas adequadas e formação continuada dos educadores. As ações implementadas buscaram fortalecer aprendizagens que não foram plenamente consolidadas, alinhando as rotinas pedagógicas aos descritores do Paebes e do Saeb, com foco na melhoria dos conhecimentos básicos dos estudantes.

Em 2025, foram elaborados Materiais Estruturados quinzenais para os componentes de Língua Portuguesa e Matemática, com o objetivo de apoiar os professores na condução de suas aulas. Essa iniciativa busca fortalecer a prática docente, contribuindo para a melhoria do ensino e dos resultados das aprendizagens dos estudantes.

A partir desse panorama histórico do Paebes, é possível delinear um breve percurso da educação capixaba, assim como das principais ações empreendidas pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo em prol da qualificação do ensino público.

Referências

BAETA, A. M. B. "Pressupostos teóricos e implicações práticas do modelo SAEB - 2001." Estudos Em Avaliação Educacional, n. 25, p. 23-42, 2002. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2190>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.834, de 08 de setembro de 2003. Cria o Programa Brasil Alfabetizado, institui a Comissão Nacional de Alfabetização e a Medalha Paulo Freire, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4834.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 06 jun. 2025.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Apresentação. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 05 abr. 2025.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10219.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 05 abr. 2025.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal nº 10.172, de 09 jan. 2001. Brasília: MEC, 2001.

_____. Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009. Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa ensino médio Inovador. Disponível em: https://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/port_971_09102009.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. Portaria nº 1.570, de 22 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA1570DE22DEZEZEMBRODE2017.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

CICLO DE ALFABETIZAÇÃO. In: GLOSSÁRIO CEALE. Universidade Federal de Minas Gerais: Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/ciclo-de-alfabetizacao>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 10.382, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo – PEE/ES, período 2015/2025. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/10.382.htm>. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. Portaria nº 064-R, de 24 de maio de 2017. Institui o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica – SICAEB. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/wp-content/uploads/2017/08/portaria-n-064-r-dio-25-05-2017.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo – PAEB-ES. Sedu-ES, 1999.

_____. Secretaria de Estado da Educação. PAEBES – 2022. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2022. v. 2. Revista da Rede (Rede Estadual e Redes Municipais).

_____. Secretaria de Estado da Educação. Sumário Executivo, 2021.

G1. Base Nacional Curricular Comum: Veja a cronologia da elaboração da BNCC. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/educacao/2016/base-nacional-curricular-comum/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

OBSERVATÓRIO MOVIMENTO PELA BASE. O que é a BNCC? Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/basico/o-que-e-a-bncc/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

***O Paebes em Primeira
Pessoa: Relatos de
Quem Fez Parte da
História***

O Paebes em Primeira Pessoa: Relatos de Quem Fez Parte da História

Memórias da Concepção e Implementação do Programa

Marluza Moura Balarini

A criação e a implementação do Programa de Avaliação da Educação Básica - PAEBES da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo ocorreram pouco antes do ano 2000. Até então, as redes escolares participavam das avaliações nacionais, realizadas sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Os resultados referiam-se aos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Quando divulgados, os alunos avaliados já não se encontravam nas escolas.

A Constituição Brasileira de 1988 garantia amplo acesso da população em idade escolar à educação básica, mas a realidade mostrava altos índices de reprovação e de evasão escolares, desde os anos iniciais do ensino fundamental até o ensino médio. Os dados disponíveis eram os resultados aferidos pelos professores, anualmente, coletados, no ano seguinte, pelo Censo Escolar, aos quais podíamos ter acesso. Uma das informações importantes obtidas por meio das análises era a de que as reprovações eram preditores de evasão escolar. E, assim, a garantia constitucional não cumpria a sua promessa de educação pública gratuita e obrigatória para toda a população em idade escolar.

Inicialmente, a implantação do Paebes/Paebes Alfa foi motivada por influências nacionais e internacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e avaliações externas de larga escala, a exemplo do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Também serviram de referência o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação, já em plena execução em Minas Gerais; o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo (SARESP); e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará, com o qual mantínhamos diálogo constante. Em uma visita ao Chile, tivemos a oportunidade de conhecer o Ministério da Educação local, com o intuito de compreender o funcionamento do seu sistema avaliativo. No entanto, naquele

momento, o país priorizava a reformulação dos currículos e estava em fase inicial de implementação. A etapa seguinte seria a avaliação da rede escolar, com base no novo currículo adotado.

Com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP mantínhamos uma relação muito estreita e de confiança mútua. Por diversas vezes, participamos de reuniões em Brasília, com todos os estados brasileiros. A convite do INEP, debatemos na TV Educativa – Rio de Janeiro acerca da importância do Sistema de Avaliação. Além disso, o INEP providenciou oportunidades de formação em avaliação de sistema de ensino para equipes estaduais de todo o país, incluindo aquelas que ainda não haviam constituído um sistema de avaliação.

A par do entusiasmo gerado pelas avaliações nacionais produzidas pelo Saeb/INEP, nós defendíamos a ideia de uma avaliação estadual. Era preciso dispor de dados de todos os anos escolares para, mediante análise, inclusive de cortes, diagnosticar as situações reais e propor com as escolas, em tempo hábil, ações válidas para o desenvolvimento do ensino, da aprendizagem e da própria frequência escolar.

Entendíamos que era necessário Avaliar para Conhecer e Conhecer para Transformar. Assim nasceu o Paebs/Paebs Alfa, das intenções e pretensões de técnicos à aprovação do Secretário de Estado da Educação do Espírito Santo.

A estrutura organizacional da Secretaria, à época, não dispunha de qualquer unidade administrativa que pudesse abrigar um programa de avaliação da rede escolar. A atenção primordial da gestão era a expansão da rede física de escolas e o desenvolvimento da chamada municipalização do ensino – três quartos das matrículas pertenciam à rede escolar pública estadual. Havia municípios que não mantinham qualquer etapa e modalidade de ensino!

Assim que o Secretário nos solicitou a criação de uma Coordenação de Avaliação, constituímos uma equipe técnica, composta por técnicos da própria Secretaria. Apenas a Coordenadora possuía formação em Avaliação de Sistemas Educacionais. Tratamos, de imediato, de providenciar a formação técnica da equipe, por meio dos seguintes eixos de formação:

Estatística Básica – junto ao Departamento de Estatística da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, um professor e uma professora realizaram a formação da equipe;

Informática – a Escola de Serviços Públicos do Espírito Santo – ESESP preparou e realizou um curso básico destinado à equipe;

Avaliação Educacional – da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, convidamos o ilustre Professor Heraldo Marelim Viana, um dos mais competentes técnicos do Brasil em Avaliação Educacional. Ele realizou a formação da equipe em Avaliação de Sistemas de Ensino, de forma brilhante e apropriada ao trabalho que se desenvolveria.

Alguns membros dessa equipe inicial permaneceram na atual Gerência de Avaliação por muito tempo. Cabe a nós agradecer a esses técnicos pelo trabalho responsável e fecundo desenvolvido, pois graças a isso o Paebes/Paebes Alfa progrediu, independentemente da mudança de chefias e de Secretários de Educação.

Foi necessário considerar as reais condições de recursos financeiros escassos, a continuidade da formação técnica da equipe central, a formação das equipes regionais, o fomento de parcerias com as escolas, bem como a busca por conexões para apoio político ao Paebes/Paebes Alfa em todas as instâncias deliberativas de interesse, com vistas à chegada da avaliação.

Era importante contar com a confiança das escolas no sentido de que a avaliação do Paebes/Paebes Alfa não fosse vista como objeto de punição de professores, mas, ao contrário, deveria iluminar as condições do ensino e da gestão escolar. Decidimos iniciar a execução da avaliação da rede estadual de modo mais simples.

A primeira edição do Paebes/Paebes Alfa foi modesta. Incidiu sobre turmas de 2ª série ao final do processo de alfabetização, alcançando cerca de 15 mil alunos - à época a rede escolar estadual considerava os dois anos iniciais do ensino fundamental para a alfabetização.

Embora de caráter amostral, essa avaliação seguiu todo o protocolo que viria a ser adotado nas avaliações posteriores. Entre as etapas realizadas, destacam-se: a preparação das equipes elaboradoras dos instrumentos; a construção das matrizes de referência para Linguagem (Leitura e Escrita) e Matemática; o planejamento das provas; a elaboração e revisão das questões; a elaboração de questionários destinados aos professores; o planejamento logístico, desde a entrada das provas na gráfica até sua distribuição aos aplicadores; a capacitação desses aplicadores; a coleta dos materiais aplicados; a contratação da gráfica responsável pela impressão; a preparação das escolas para o processo de aplicação, incluindo reuniões com pais; a formação da

equipe de correção; a produção de tabelas, gráficos e relatórios; e, por fim, a devolutiva dos resultados às escolas, acompanhada de reuniões para discussão dos dados.

Nessa primeira avaliação não observamos qualquer rejeição por parte das escolas e dos alunos. Um pai, lavrador do interior do município de Santa Teresa, solicitou-nos colaboração para apertar a mão do Secretário para cumprimentá-lo por avaliar a educação. Ele veio à Secretaria e foi muito bem recebido!...

A análise dos dados gerados por meio da avaliação, etapa crucial dentre as diversas outras etapas dessa primeira edição, não foi realizada com base na Teoria da Resposta ao Item - TRI. Essa teoria, à época, era novidade. Não dispúnhamos de estatístico, nem na UFES, que aplicasse a TRI. Lembramo-nos de que, a convite, fomos a um seminário anual realizado pelo Departamento de Estatística da Universidade para falar sobre a Teoria da Resposta ao Item.

Assim, as análises realizaram-se por meio da aplicação de procedimentos mais simples, da estatística descritiva, como: cálculos de média, moda, mediana, desvio padrão, percentuais, bem como a elaboração de gráficos e tabelas. Discutimos com todas as escolas, em reuniões presenciais, todos os resultados gerais e os resultados de cada escola. E, ainda, buscamos a indicação de novas ações com vistas à melhoria de resultados. As escolas ficaram encarregadas de reunir os pais com idêntico objetivo, acrescido de um cafezinho ou de um suco (recomendação nossa)!

A partir das demais edições do Paebes/Paebes Alfa, as avaliações seriam licitadas ou diretamente contratadas. As análises estatísticas aplicariam a Teoria da Resposta ao Item. Mediante a utilização de softwares específicos, geram-se informações a respeito dos itens utilizados nos testes, considerando os seguintes parâmetros: a) o grau de dificuldade do item; b) o poder de discriminar grupos de alunos que acertam ou erram o item; c) a identificação do acerto ao acaso. Com isso, os resultados de uma avaliação educacional, de redes escolares ou de sistema de ensino podem inspirar maior confiabilidade sobre competências, habilidades e conhecimentos avaliados.

A segunda edição do Paebes/Paebes Alfa foi contratada mediante processo licitatório, cuja documentação continha todas as peças necessárias à licitação, preparadas pela própria equipe de avaliação de modo compartilhado com a área administrativa da Sedu.

Com a publicação do edital de chamamento público, a licitação atraiu a participação de instituições experientes, como a Fundação Cesgranrio do Rio de Janeiro, o Centro de

de Avaliação Educacional vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, a empresa local Herkenhoff e Prates/ES. Duas outras empresas muito pequenas e sem qualquer experiência em avaliação não ultrapassaram a fase de habilitação da tomada de preços.

O processo licitatório contava com duas comissões para analisar técnica e preços: a Comissão Permanente de Licitação da Sedu, encarregada da parte administrativa, da habilitação dos concorrentes e das propostas financeiras; e uma Comissão Técnica, constituída por nós, que examinaria a qualidade das propostas técnicas, considerando a finalidade e o modelo metodológico da avaliação. Essa Comissão era formada por três membros: um técnico da Fundação Getúlio Vargas, uma técnica do INEP e uma técnica local, que havia atuado na Sedu por vários anos, profunda conhecedora da rede escolar pública estadual e Mestre em Avaliação de Sistema de Educação. Os três integrantes possuíam sólida formação e ampla experiência em avaliação educacional.

As análises produzidas pelas comissões foram muito bem feitas. As duas empresas de pequeno porte, inexperientes no tipo de avaliação de que tratou o Edital, foram eliminadas por não corresponderem às exigências estabelecidas. Das três competidoras, uma foi desclassificada, por falta de um documento comprobatório. Dentre as duas classificadas, uma venceu em técnica e preço, ou seja, melhor técnica e menor preço, à luz dos critérios propostos no edital.

O processo de elaboração das provas e questionários foi organizado, com participação da equipe técnica do Paebes/Paebes Alfa. Da mesma forma, a aplicação das provas contou com a participação de todas as escolas e alunos frequentes, como também com o acompanhamento da equipe do Paebes/Paebes Alfa. Os dados e as informações a respeito da preparação e da aplicação dos instrumentos de avaliação - provas e questionários - foram registrados em relatórios. Os resultados das provas, agregados por disciplina/turma/escola/unidade regional/total de estado também foram descritos em relatórios.

Além de outras análises, procuramos verificar até que ponto o nível de instrução dos pais poderia interferir no desempenho escolar dos filhos. Os resultados encontram-se no Banco de Dados do Paebes/Paebes Alfa que deixamos ao abrigo da Subgerência de Informações Estatísticas. Um dos resultados mostrou que, principalmente, o grau de formação escolar da mãe correlacionava-se ao desempenho escolar do aluno. Esse resultado, posteriormente, foi corroborado em outros estudos. Não se trata de causa e efeito. Apenas correlação estatística.

Essa segunda edição do Paebes/Paebes Alfa avaliou a rede escolar estadual, agora em larga escala, ainda sob nossa coordenação. Ela foi contratada mediante processo de licitação. Mas garantimos a participação, em todas as etapas do processo, de membros da Coordenação, no sentido de conhecer, deliberar, analisar, propor, acompanhar, atuar junto às escolas e às Superintendências Regionais nas diversas ações a cargo da instituição vencedora da licitação. Desse modo, em todas as etapas que configuraram o processo avaliativo, a participação da equipe técnica foi sempre indispensável.

Essa edição foi planejada e realizada, conforme recomendações teóricas e práticas de técnicos que possuíam profunda experiência nessa área de conhecimento.

Cumpriram-se com rigor os protocolos convencionados, como por exemplo, a tiragem de quatro cadernos de prova, em cores variadas diferentes na formatação, mas idênticos em seus itens. Isso permitiu distribuir a mesma prova em uma mesma turma, diversificando a cor dos cadernos para cada aluno. Eram denominados Blocos Incompletos Balanceados, pois os blocos de questões diferenciavam-se em relação à cor e à posição da questão em cada bloco e, portanto, em cada caderno de prova.

O modo de gerir a contratação da segunda edição do Paebes/Paebes Alfa beneficiou a equipe técnica que aprendeu muito - desde o planejamento da avaliação até a elaboração dos diversos relatórios que descreveram e analisaram os resultados das provas e dos questionários. É que a vencedora da licitação contratada atuou com técnicos muito competentes na área de avaliação. Além disso, todas as ações desenvolvidas eram discutidas com a nossa equipe.

Em Vitória, não se dispunha de estrutura gráfica capaz de produzir cadernos de prova em modelo gráfico que atendesse à utilização do modelo então utilizado. Razão pela qual a impressão das provas se realizou à noite, na Montreal, em Belo Horizonte, empresa que, sendo de outro ramo, dispunha de maquinário adequado à impressão gráfica da forma como necessitávamos.

A nossa participação tornou-se tão ativa que, pessoalmente, junto com técnicos da contratada, durante a impressão das provas, passamos a noite na Montreal, acompanhando e corrigindo a impressão das provas e dos questionários.

A devolução dos resultados dessa avaliação em larga escala às escolas também foi muito bem planejada e realizada. Percorremos todo o Espírito Santo, por Superintendência Regional de Educação – SRE – e 49 reuniões antecederam as provas e, após aplicação, em 49 reuniões entregamos às escolas os resultados obtidos.

Contamos com o envolvimento e a participação de técnicos da SRE e de todas as escolas situadas no território de cada unidade regional. Ao devolvermos os resultados, estimulamos as análises e a criação de propostas das escolas com vistas à utilização desses resultados para a correção de rumos nos processos de ensino, aprendizagem e gestão escolar.

Da mesma forma, cooperamos com Prefeituras Municipais (duas) que participaram da avaliação, apresentando e discutindo os resultados explanados em reuniões com as escolas municipais, da mesma forma como atuamos juntos às escolas estaduais. A nossa intenção era incluir, gradativamente, as redes municipais no Paebes/Paebes Alfa.

Desde cedo entendemos que avaliações de redes escolares ou de sistemas de ensino precisam ser compreendidas e acreditadas pelos envolvidos, essencialmente, pelas escolas, seus professores e gestores. É lá, no solo sagrado de cada escola, que se vai avaliar para conhecer e conhecer para transformar. Com todo respeito à instituição escolar e àqueles que a constituem!

Destacamos o interesse dos professores que se envolveram no movimento de elaboração de itens de provas. Grupos de professores de Língua Portuguesa, de Matemática e de Ciências, em exercício nas escolas estaduais, foram convidados para construir questões de suas respectivas disciplinas.

Inicialmente, eles foram preparados, por meio de um curso teórico-prático em que eram imersos nas atividades em um local especialmente escolhido e organizado para esse fim. Permaneciam internos nesse local durante os dias em que se dedicavam ao curso e à preparação dos itens de provas. Eles produziram numerosos itens, que seriam corrigidos e selecionados pelos professores encarregados de orientar as atividades de aprendizagem e de produção dos itens. Membros da equipe central participaram de todo o processo e aprenderam juntos.

A animação foi geral. Tal como crianças quando aprendem a ler, diversos professores se encantavam com o que produziam e, sobretudo, com a aprendizagem a respeito dessa produção. Ainda que portadores de Licenciatura, confessavam que nunca haviam aprendido a construir questões de prova.

À época, havia professores de Matemática não licenciados na disciplina, eram engenheiros, administradores, contadores, dentre outras formações. Eram os mais animados. Quando nos encontravam, depois de algum tempo, era comum ouvir: E aí, professora, quando vamos elaborar mais itens de prova?

Após essa aplicação do Paebes/Paebes Alfa, no ano de 2007, foram criadas a Gerência e a Subgerência de Avaliação Educacional-GEIA, como unidades administrativas da Secretaria, mediante a reestruturação total de sua estrutura organizacional, que transformou os antigos departamentos e coordenações em gerências e subgerências, dentre outras alterações.

Entretanto, assim como a vida nos impõe limites e dificuldades, a Gerência de Informação e Avaliação - GEIA vivenciou dificuldades e, até mesmo, decepções. Por exemplo, quando a terceira edição do Paebes/Paebes Alfa se encontrava pronta para ser licitada, com todas as peças do processo minuciosamente preparadas, recebeu a ordem de que não seria realizada porque a Gerência teria que realizar o Censo Escolar.

O Censo Escolar possuía equipe específica, ainda que estas se integrassem sempre que necessário. Pessoalmente, arquivamos o processo. Algum tempo depois, desarquivamos-no para, mediante cópia, dar sequência ao processo de licitação.

Nesse tempo, por decisão do novo Secretário, assumimos outra função na Secretaria de Estado da Educação.

A partir de 2007, o processo de avaliação educacional do Paebes/Paebes Alfa, tal como se realiza na atualidade, passou a dispor da cooperação do CAEd/Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Assim, a GEIA passou a contar com quadros técnicos em Avaliação Educacional e Estatística do CAEd que podiam colaborar em todas as etapas do processo avaliativo, incluindo a cooperação na formação dos professores em exercício nessa Gerência. Alguns desses técnicos já concluíram o Mestrado na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.

Em geral, não se estuda nos cursos de Licenciatura o tema da avaliação em larga escala, o Sistema de Avaliação da Educação Básica, nem são analisados os resultados das avaliações nacionais obtidos em todo o país, realizadas pelo INEP, com dados agregados por unidade federativa. Dado o desenvolvimento que a avaliação em larga escala alcançou no Brasil, seria importante estudar e debater essa temática.

Naturalmente a avaliação educacional em larga escala não é capaz de solucionar toda a problemática que permeia os processos de ensino, aprendizagem e gestão escolar, nem se espera que o faça. Mas a compreensão de seus conceitos e os resultados da sua

aplicação podem iluminar os processos de planejamento na escola e nos órgãos gestores da educação pública, com bom senso.

Por fim, pensamos que os resultados das avaliações em larga escala não devem servir à exclusão educacional, por meio do fortalecimento das desigualdades entre os estudantes. Nenhum profissional da educação tem o direito de usar a avaliação e seus resultados para excluir estudantes do direito de aprender. Ao contrário, os resultados devem ser analisados para imprimir modificações no ensino e na gestão escolar com vistas à aprendizagem.

Da mesma forma, os resultados da aplicação dos questionários devem ser examinados com a finalidade de obter informações sobre os diversos contextos e variáveis que envolvem os estudantes, necessários ao conhecimento dos profissionais da educação, inclusive aos gestores escolares.

Além disso, a avaliação em larga escala deve servir aos órgãos gestores da educação, no caso, em nível central, regional e/ou municipal. Principalmente nos tempos das políticas configuradas nos diversos planos e ações (Plano Estadual de Educação, Plano Municipal de Educação, Plano Plurianual de Ações, Planos Anuais) cuja elaboração e implementação são de responsabilidade desses órgãos. É claro que outras políticas precisam ser incluídas, dada a velocidade com que mudanças são geradas, sobretudo com respeito às tecnologias. Tecnologias precisam ser parceiras, instrumentos para alcance de melhores resultados finalísticos. A IA pode nos auxiliar, desde que nos obedeça!

Vitória – ES, 30 de abril de 2025

Nota: Peço licença para retomar aqui o título, modificando-o da seguinte maneira: “O Paebes em Primeira Pessoa do Plural: Relatos de Quem Fez Parte da História”. Coube a mim, Marluza, relatar esta parte da história da avaliação, construída com a valiosa participação de Maria Adelaide Tâmara (in memoriam), Silvia Maria Pires de Carvalho Leite, Marilda Surlo Graciotti, Gloriete Carnielli, Denise Moraes, Lúcia Maria Fornazier e João Batista.

CAPÍTULO 2

Metodologia e Instrumentos de Avaliação

Capítulo 2 – Metodologia e Instrumentos de Avaliação

Larissa Felipe Guedes

Metodologias de coleta e análise de dados

Ao longo do capítulo anterior, discutimos sobre a história, bem como sobre os fundamentos que deram origem ao Paebes, evidenciando como esse sistema de avaliação foi sendo construído ao longo dos anos. Nesse sentido, sintetizamos os principais momentos dessa trajetória, destacando avanços, reformulações e o amadurecimento da política avaliativa no Espírito Santo. Diante desses aspectos, o presente capítulo se dedica a analisar as metodologias e os instrumentos adotados, imprescindíveis para a compreensão da lógica técnica e pedagógica que sustenta a aplicação das avaliações em larga escala no estado.

A metodologia de avaliação adotada pelo Paebes está fundamentada principalmente na Teoria da Resposta ao Item (TRI), que é uma abordagem estatística robusta para estimar com precisão as proficiências dos estudantes a partir de seus padrões de resposta aos itens do teste.

O planejamento do teste contempla diversos elementos que asseguram a coerência e a efetividade dos instrumentos aplicados. Dentre os principais aspectos considerados, destacam-se: a estrutura das Matrizes de Referência, que orienta as habilidades e competências a serem avaliadas; o uso de questionários contextuais; a organização dos cadernos de prova, com atenção à disposição e à complexidade das questões; a duração dos testes; os suportes tecnológicos empregados; a estrutura da escala de proficiência, que permite medir os níveis de desempenho dos estudantes; e a definição de padrões de desempenho, sempre em articulação com o currículo de referência da rede de ensino.

Os testes aplicados seguem princípios psicométricos¹², e consideram aspectos como atenção, memória, leitura e compreensão de textos e problemas matemáticos. Além disso,

¹² Princípios psicométricos são os fundamentos teóricos e estatísticos que asseguram que um teste em larga escala realmente mede aquilo que se propõe a medir (validade), de forma consistente (confiabilidade), padronizada e comparável ao longo do tempo e entre grupos. Para maiores informações sobre o assunto, cf. ZANARDINI, 2012.

os questionários contextuais, aplicados a diferentes atores do processo educativo, estudantes, familiares, professores e diretores, coletam dados relevantes sobre o ambiente escolar, as condições socioeconômicas, os aspectos culturais e os fatores socioemocionais que podem impactar diretamente o desempenho escolar e a qualidade da educação oferecida.

As provas são estruturadas por meio da técnica de Blocos Incompletos Balanceados¹³ (Balanced Incomplete Block – BIB), que organiza as questões em diferentes combinações. Esse modelo minimiza interferências como cansaço ou tempo insuficiente, garantindo um diagnóstico mais preciso. Além disso, alguns blocos de questões são mantidos ao longo dos anos a fim de permitir a comparação entre edições da avaliação.

A análise do desempenho dos estudantes é feita com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI), que além de contabilizar o número de acertos, utiliza escalas de proficiência para interpretar e descrever o nível de aprendizagem dos estudantes.

Esse modelo também qualifica o item de acordo com três parâmetros: o poder de discriminação – capacidade de um item distinguir os estudantes que têm a proficiência requisitada daqueles que não a têm –, o grau de dificuldade e a possibilidade de acerto ao acaso (“chute”). Essa teoria permite uma avaliação mais assertiva do aprendizado consolidado, se utiliza de parâmetros que reduzem a chance de acertos por escolha aleatória e não pensada, e constitui-se como elemento fundamental para inferir a proficiência do estudante em relação aos itens propostos, conferindo um grande poder de discriminação.

A abordagem torna a avaliação mais precisa e confiável, permitindo comparações entre diferentes séries e períodos. Com base nos resultados do Paebes, são gerados dados sobre a taxa de participação dos estudantes, os níveis de proficiência e os padrões de desempenho. Essas informações contribuem para a formulação de indicadores educacionais que auxiliam no monitoramento e aprimoramento da qualidade do ensino no estado.

¹³ A metodologia dos blocos incompletos balanceados (BIB) consiste em compor uma avaliação a partir de diferentes cadernos de provas com itens comuns entre si. Esse processo é realizado porque se deseja avaliar um conjunto amplo de habilidades sem que cada estudante precise responder a um caderno muito extenso. Ou seja, cada estudante, ao fim, responde a um conjunto limitado de itens; porém, quando o resultado de todos os estudantes é agregado, obtêm-se informações estatísticas acerca de todas as habilidades. (ESPÍRITO SANTO, 2023, p. 73)

Organização

A avaliação é constituída por testes de Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática para os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, como já dito no capítulo anterior. No 5º ano, os testes avaliam Língua Portuguesa (leitura e produção textual) e Matemática.

Já os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do ensino médio realizam testes de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas (História e Geografia) e Ciências de Natureza (Química, Física e Biologia ou Ciências), aplicados em anos alternados.

As avaliações são aplicadas de forma censitária para os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental (Paebes Alfa), 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do ensino médio (Paebes), abrangendo as redes pública estadual e municipal, o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes) e as escolas privadas que aderirem ao Paebes.

As turmas indígenas cuja primeira língua é uma língua indígena, assim como as turmas da EJA e as multisseriadas, não participam da avaliação, dadas as suas especificidades curriculares.

Segurança e logística dos testes

Para garantir a integridade do processo de avaliação, a quantidade de testes destinados a cada escola é definida com base no Censo Escolar. O Inep utiliza os dados do Censo para identificar alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades, assegurando a disponibilização de recursos de acessibilidade adequados. Além disso, os testes impressos são enviados lacrados às escolas com antecedência e aplicados por profissionais treinados, garantindo sigilo e imparcialidade no processo.

No que se refere ao planejamento logístico das avaliações, a Sedu encaminha à empresa contratada, com três meses de antecedência à aplicação, a Base de Dados dos alunos da Rede Estadual, Mepes e Rede Municipal. Essa base inclui informações como número de alunos participantes, enturmação, registro acadêmico, turno, série, escola, município e outros dados relevantes. Essas informações são fundamentais para subsidiar o dimensionamento da estrutura e a logística da aplicação das avaliações, que envolvem a produção, distribuição e entrega dos materiais, bem como a organização dos locais de prova, garantindo que os exames sejam aplicados de forma adequada e dentro do cronograma previsto.

Metodologia de Aplicação

Embora a metodologia tenha passado por mudanças ao longo dos anos, atualmente os testes cognitivos são organizados de acordo com a etapa de ensino, variando em conteúdo, complexidade e foco avaliativo conforme o nível escolar dos estudantes:

- Alfabetização (2º ano do EF) – São aplicadas questões de resposta construída, em que os alunos redigem suas respostas. Além disso, algumas partes do teste são lidas pelo aplicador, permitindo avaliar habilidades básicas de leitura sem comprometer a compreensão dos conteúdos de Matemática.
- Matemática (2º ano do EF) – Os enunciados das questões são lidos em voz alta pelo aplicador para garantir que os estudantes possam demonstrar suas habilidades matemáticas, mesmo que ainda estejam em processo de alfabetização.
- Língua Portuguesa e Matemática (5º e 9º anos do EF e 3ª série do EM) - As questões são de múltipla escolha, classificadas como itens dicotômicos, pois permitem apenas dois resultados: acerto (1) ou erro (0).

Como são as provas?

Os testes são compostos por questões chamadas de itens¹⁴, que avaliam conhecimentos, competências e habilidades dos estudantes. Os cadernos de teste e os demais materiais da avaliação são elaborados, com base no currículo vigente do Espírito Santo e alinhados às matrizes de referência do Saeb e do Paebes, previamente validadas pela equipe da Gerência de Avaliação (GEA) da Sedu.

Além dos itens de múltipla escolha, também são utilizados na prova do 2º ano itens politômicos e discursivos, que possibilitam a análise de respostas com mais de duas categorias possíveis, e, portanto, podem receber diferentes pontuações dependendo do grau de acerto ou completude da resposta do estudante.

Testes Cognitivos

Para Língua Portuguesa e Matemática, do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do ensino médio, os itens cognitivos de múltipla escolha são unidimensionais e, dessa forma, classificados como dicotômicos (variam entre 0, resposta errada e 1, resposta correta) (PASQUALI & PRIMI, 2003).

Um item do Paebes é composto por elementos bem definidos. Seguem as principais partes, com suas respectivas funções:

1. Texto-base (ou Texto Suporte) - Apresenta as informações a partir das quais o estudante deverá refletir para responder ao item. Ele pode ser um texto verbal (literário ou não literário), imagem, gráfico, tabela, tirinha, mapa, cartaz, etc. É importante que o texto-base esteja alinhado ao descritor/habilidade avaliada e ser adequado à etapa de escolaridade.
2. Comando da questão (ou enunciado) - Indica de maneira clara o que se espera que o aluno compreenda ou realize a partir da leitura do texto-base. O comando deve ser claro, direto e objetivo. Além disso, ele precisa indicar a habilidade ou operação cognitiva requerida (inferir, localizar, interpretar, relacionar etc.).
3. Alternativas (ou opções de resposta) - Normalmente são quatro ou cinco, de acordo com a série avaliada:

¹⁴ No campo da avaliação educacional, especialmente nas avaliações em larga escala como o Paebes, o termo item é utilizado tecnicamente para se referir a cada unidade avaliativa que compõe um teste. Embora na linguagem escolar o termo mais comum seja questão, há uma diferença conceitual importante: item é um termo mais abrangente, utilizado na área da psicometria, que engloba não apenas a pergunta ou comando, mas também as alternativas de resposta, o gabarito, a função que desempenha dentro da matriz de referência e as propriedades estatísticas que apresenta (como dificuldade e discriminação). Já questão é um termo mais informal e pedagógico, comumente utilizado por professores e alunos para se referir às perguntas de uma prova. Assim, todo item pode ser uma questão, mas nem toda questão atende aos critérios técnicos de um item avaliativo.

A) Alternativa Correta (Gabarito): está em consonância com o comando e com o texto-base; exige a operação cognitiva proposta no descritor.

B) Distratores (alternativas incorretas): são plausíveis, mas erradas; têm como função diagnosticar erros de aprendizagem comuns (conceituais, de leitura, de interpretação etc.); e não devem ser absurdos ou enganadores – devem fazer sentido à luz do texto, mas conter falhas lógicas ou desvios que um aluno com domínio da habilidade consiga perceber.

Exemplo de item

Leia o texto abaixo.

Civilização *play center*

De acordo com o princípio da difusão dos sistemas técnicos, dos aparelhos e dos computadores e de acordo também com o princípio da realidade virtual e das possibilidades de o homem ter hoje mais acesso a ela, todas as experiências de emoção podem ser submetidas a sistemas de programação. Não me ocorre nenhuma outra analogia para descrever esta realidade que não seja a do parque de diversões. Nossa sociedade atual transformou-se num grande complexo de *play centers*, e isso não só pelo princípio de que tudo pode ser comprado, mas também pelo fato de que as emoções se tomam hoje administráveis.

Assim, tanto na sociedade em geral quanto no *play center*, tem-se emoções marcadas por tensão, medo, violência, angústia, aflição, mas ao mesmo tempo, seguras, rapidamente esquecíveis, sem reflexos traumáticos, sem desdobramentos psíquicos, que podem ser previamente adquiridas e sentidas no momento desejado.

FILHO, Ciro Marcondes. Sociedade tecnológica. São Paulo: Scipione, 1994, p. 92-93. (P120817ES_SUP)

(P120819ES) De acordo com esse texto, a difusão da tecnologia permite

- A) acessar a realidade virtual.
- B) adquirir produtos.
- C) comprar sistemas de programação.
- D) submeter as emoções à programação.
- E) descrever a realidade.

Enunciado (aponta para o texto principal)

Suporte (aponta para o texto principal)

Comando (aponta para o enunciado da pergunta)

Distratores (aponta para as alternativas A, B e C)

Gabarito (aponta para a alternativa D)

Alternativas de resposta (aponta para as alternativas A, B, C, D e E)

Figura 1 – Modelo de questão e partes de um item cognitivo da avaliação. Fonte: CAED/UFJF 2024.

Itens Cognitivos: Montagem, diagramação e editoração dos Cadernos de Prova

O modelo adotado no Paebes permite a divisão dos itens em subconjuntos (blocos), organizados em diferentes combinações para formar os cadernos de avaliação. Dessa forma, cada modelo de caderno contém uma seleção equilibrada de questões, garantindo comparabilidade e abrangência dos itens avaliados.

Além disso, todos os cadernos seguem um padrão visual uniforme, o que significa que todos os materiais seguem a mesma identidade visual, garantindo coerência e organização na apresentação. Isso inclui aspectos como formatação do texto, tipos e tamanhos de fontes, cores, margens, espaçamentos, disposição dos elementos gráficos e uso de logotipos. Esse padrão facilita a leitura, a compreensão e a padronização dos documentos, tornando-os mais acessíveis e visualmente harmônicos.

Estruturas dos Cadernos por Etapa de Ensino

A estrutura dos cadernos de prova passou por diversas mudanças ao longo dos anos, mas atualmente é organizada de acordo com cada etapa de ensino, respeitando as especificidades e os conteúdos apropriados a cada nível escolar, conforme podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1 – Estrutura e organização dos Cadernos de prova do Paebes por Etapa de Ensino 2024

Estrutura dos Cadernos por Etapa de Ensino		
Etapa de Escolaridade	Componente	Organização dos cadernos
2º ano EFI	Língua Portuguesa - Leitura	<ul style="list-style-type: none">• 16 modelos de cadernos, divididos em 10 blocos de 07 itens cada.• Total de 70 itens no teste.• Cada caderno contém 21 itens, distribuídos em 3 blocos: Bloco 01 e Bloco 02 → Itens conduzidos pelo aplicador. Bloco 03 a 10 → Itens não conduzidos.• Modelos de cadernos: Cadernos 01 a 08 começam com o Bloco 01. Cadernos 09 a 16 começam com o Bloco 02.• Distribuição total: 14 itens conduzidos + 56 itens não conduzidos.

Etapa de Escolaridade	Componente	Organização dos cadernos
2º ano EFI	Língua Portuguesa - Escrita	<ul style="list-style-type: none"> • 16 modelos de cadernos, cada um com 5 itens de escrita: <p>Escrita de palavra a partir de imagem (1 item). Escrita de palavra ditada (1 item). Escrita de frase a partir de imagem (1 item). Escrita de frase ditada (1 item). Produção de texto (1 item).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Total no teste: 17 itens.
	Matemática	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura idêntica à de Língua Portuguesa - Leitura • 16 modelos de cadernos, distribuídos em 10 blocos de 07 itens cada (70 itens no total). • 21 itens por caderno. • Bloco 01 e Bloco 02 conduzidos pelo aplicador, os demais não. • 14 itens conduzidos + 56 itens não conduzidos.
5º ano EFII	Língua Portuguesa - Leitura e Matemática	<ul style="list-style-type: none"> • 21 modelos de cadernos. • Cada caderno contém 04 blocos: 02 de Língua Portuguesa. 02 de Matemática. • Cada bloco contém 11 itens, totalizando 44 itens por caderno.
	Língua Portuguesa - Escrita	<ul style="list-style-type: none"> • 01 item de produção textual narrativa.
9º ano EFII	Língua Portuguesa e Matemática	<ul style="list-style-type: none"> • 21 modelos de caderno. • 04 blocos por caderno (02 de cada disciplina). • 13 itens por bloco, totalizando 52 itens por caderno.
	Ciências Humanas - História e Geografia	<ul style="list-style-type: none"> • 21 modelos de caderno. • 07 blocos por disciplina, com 11 itens cada. • Total: 154 itens (77 de História + 77 de Geografia).

A principal diferença entre as provas do Paebes e do Paebes Alfa reside na etapa de escolaridade e na estrutura da avaliação. O Paebes Alfa é aplicado exclusivamente aos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental I e possui um formato específico para a fase de alfabetização, com provas de Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática que incluem itens conduzidos pelo aplicador e tarefas como escrita de palavras e frases a partir de ditados e imagens. Em contrapartida, o Paebes é destinado aos anos subsequentes (5º e 9º ano do Ensino Fundamental II e 3ª série do ensino médio), abrangendo um leque maior de disciplinas como Ciências Humanas e da Natureza, e com uma estrutura de prova que não inclui itens conduzidos, focando em blocos de questões de múltipla escolha.

Provas Acessíveis

Para garantir o atendimento adequado aos estudantes da Educação Especial, as provas são disponibilizadas em diferentes formatos adaptados às suas necessidades. Esses formatos incluem:

- Teste em braille: prova impressa no alfabeto braille, com adaptação de textos e imagens em relevo para estudantes com deficiência visual. Os itens selecionados são aqueles que podem ser compreendidos integralmente sem suporte visual, garantindo que o conteúdo original seja preservado sem prejuízo para o estudante.
- Teste em áudio: prova disponibilizada em mídia com narração do conteúdo textual e audiodescrição das imagens, garantindo acessibilidade a estudantes com deficiência visual.
- Teste ampliado e super ampliado: versão da prova com fonte e imagens ampliadas para estudantes com baixa visão.
- Vídeo com tradução em Libras: prova adaptada para estudantes surdos ou com deficiência auditiva, contendo vídeos com tradução dos itens em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Os itens selecionados não incluem referências sonoras, como onomatopeias, letras maiúsculas para indicar entonação ou elementos que exijam conhecimento sobre ondas sonoras ou aparelhos auditivos, pois essas informações não são traduzíveis diretamente para Libras. Assim, evita-se prejuízo à compreensão do conteúdo.

Em avaliações realizadas em larga escala, como o Paebes, a adaptação para estudantes da educação especial enfrenta limitações estruturais. Embora os documentos oficiais orientem os processos de inclusão, esses instrumentos precisam seguir padrões rígidos, o que reduz a flexibilidade na seleção de itens adaptáveis. Por essa razão, na versão em braille, por exemplo, são escolhidos apenas os itens que não dependem de elementos visuais, e, na versão em Libras, conteúdos com componentes sonoros, como

onomatopeias, são excluídos. Assim, a necessidade de padronizar a aplicação restringe o conjunto de questões disponíveis, e isso pode comprometer a equivalência plena entre as versões aplicadas a diferentes públicos.

Estudos críticos sobre avaliações em larga escala no contexto da educação especial apontam que, mesmo dentro das normas legais, como aquelas previstas pelo Decreto 7.611/2011 ou pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), existe tensão entre a exigência pela acessibilidade universal e as limitações práticas inerentes à adaptação de instrumentos padronizados.

Em outras palavras: a adaptação não pode ser completa. Por um lado, assegura-se que o estudante tenha acesso à avaliação; por outro, sacrifica-se a equivalência total dos itens entre as versões.

Aplicação e Análise dos Questionários Contextuais

Além dos testes cognitivos aplicados pelo Paebes, também são utilizados questionários contextuais, com o objetivo de reunir informações amplas sobre os estudantes. Esses questionários buscam identificar aspectos do contexto social, econômico, cultural e escolar, além de elementos ligados às trajetórias educacionais e experiências formativas dos alunos.

Desde o ano de 2020, essas avaliações contam com a participação de aplicadores externos nas provas do 2º e 5º ano. Nos demais anos/séries, a aplicação é realizada pelos professores da própria unidade de ensino, preferencialmente aqueles que não lecionam os componentes curriculares avaliados.

A aplicação desses instrumentos varia conforme o público-alvo: os estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do ensino médio respondem aos questionários em formato impresso. Da mesma forma, os responsáveis pelos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, avaliados no Paebes Alfa, também recebem versões impressas. Por outro lado, os professores e diretores das escolas participantes do Paebes preenchem os questionários por meio digital, em ambiente online.

É importante destacar que, embora os questionários contextuais incluam algumas questões sobre aspectos socioemocionais, essa abordagem ocorre de forma periférica, dentro de um escopo mais amplo que enfoca o ambiente escolar e suas variáveis. A investigação aprofundada, específica e estruturada das competências socioemocionais

dos estudantes é realizada exclusivamente por meio da Autoavaliação Socioemocional — um instrumento criado com esse propósito e aplicado no início do ano letivo, não associado ao Paebes.

A seguir, apresenta-se um exemplo ilustrativo de item presente nos questionários contextuais aplicados aos diferentes públicos envolvidos no processo educacional: professores, estudantes, diretores e familiares. Esses instrumentos têm como objetivo coletar informações relevantes sobre aspectos intra e extraescolares que influenciam o desempenho dos alunos nas avaliações. Cada questionário é elaborado com base nas especificidades e nas responsabilidades de cada grupo respondente, de modo a subsidiar análises pedagógicas, orientar políticas públicas e promover a equidade educacional.

Bloco 1 - Práticas pedagógicas				
Quantas vezes o professor ou professora da disciplina da prova que você acabou de fazer faz essas coisas?	Nunca ou quase nunca	De vez em quando	Quase sempre	Sempre
22. Dá atividades parecidas com as que estão nos testes que acabamos de fazer.	A	B	C	D
23. Traz assuntos que os estudantes gostam para ajudar a entender a matéria.	A	B	C	D
24. Diz como acertar quando você erra um exercício.	A	B	C	D
25. Diz para a turma porque estamos estudando cada assunto.	A	B	C	D
26. Trabalha para desenvolver nossa capacidade de pensar, argumentar e resolver problemas relacionados à matéria.	A	B	C	D
27. Consegue fazer com que os estudantes se interessem pela matéria.	A	B	C	D

Bloco 2 - Expectativas dos estudantes				
Pensando no seu futuro, você concorda com as seguintes frases?	Não concordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo muito
28. Vou ter aprendido as matérias dadas até o fim do ano.	A	B	C	D
29. Vou tirar boas notas neste ano.	A	B	C	D
30. Vou ser aprovado ou aprovada neste ano.	A	B	C	D
31. Pretendo fazer as provas do ENEM.	A	B	C	D
32. Vou conseguir um bom emprego ou um melhor do que o atual, depois que concluir meus estudos.	A	B	C	D

Figura 2 - Modelo de questões do questionário do estudante. Fonte: CAED, 2024.

Para melhor visualização da estrutura desses instrumentos, apresenta-se a seguir uma tabela com o desenho dos questionários contextuais aplicados juntamente com os testes de proficiência do Paebes no ano de 2023. A tabela detalha os diferentes públicos respondentes, a modalidade de aplicação utilizada e os principais eixos temáticos abordados em cada versão do questionário.

Tabela 2: Desenhos dos questionários Paebes 2023

Instrumento	Ano de Escolaridade	Aplicação	Distribuição dos Instrumentos
Questionário do Professor	2º ano EF, 5º ano EF, 9º ano EF e 3ª série EM	Digital	<ul style="list-style-type: none"> • 2º e 5º ano EF: 1 questionário por turma; • 9º ano EF e 3ª série EM: 1 questionário por turma/ componente curricular avaliado
Questionário do Diretor	***	Digital	1 questionário por escola
Questionário do Responsável	2º ano EF, 5º ano EF, 9º ano EF e 3ª série EM	Impresso	1 questionário por estudante
Questionário do Estudante	5º ano EF, 9º ano EF e 3ª série EM	Impresso	1 questionário por estudante

Fonte: CAEd/UFJF 2023. Tabulação do autor.

Esses questionários são fundamentais para que a escola compreenda melhor seus estudantes, identifique suas necessidades e promova ações mais eficazes para a melhoria da aprendizagem, preparando cidadãos para uma sociedade democrática. Quanto mais informações a escola tiver sobre seus estudantes, mais eficaz será na adaptação de suas estratégias pedagógicas para atender às necessidades de todos. Os dados contextuais permitem à escola refletir sobre suas práticas, especialmente ao lidar com estudantes de famílias de baixo nível socioeconômico, reavaliar as percepções dos professores sobre o corpo discente, direcionar projetos para reduzir a infrequência e o baixo desempenho escolar, além de aprimorar a gestão educacional e a qualidade do ensino.

Os resultados dos questionários são analisados por meio de modelos estatísticos multivariados para avaliar o impacto dos fatores contextuais no desempenho dos estudantes. Esses modelos permitem identificar as influências de diferentes aspectos e

controlar variáveis externas para medir o efeito real de cada fator sobre a aprendizagem. A partir dessa análise, é possível aprimorar as políticas educacionais e desenvolver estratégias mais eficazes para garantir o sucesso escolar.

Escalas e Níveis de Proficiência

Como é calculada a pontuação e a proficiência do estudante?

A análise dos resultados do Paebes baseia-se na Teoria Clássica dos Testes (TCT) e na Teoria de Resposta ao Item (TRI), aplicando o modelo logístico de três parâmetros. O uso dessas teorias para as análises dos resultados ocorre desde 2009, permitindo a criação de uma série histórica dos resultados e a comparação dos desempenhos ao longo dos anos.

A TCT avalia a porcentagem de acertos e a distribuição das alternativas escolhidas pelos estudantes. Já a TRI considera padrões de resposta dos estudantes, o que permite uma medição mais precisa das habilidades avaliadas. Esse modelo também analisa a coerência das respostas: quando um estudante acerta itens de alta complexidade, mas erra questões mais fáceis da mesma competência, a pontuação é ajustada para reduzir a influência de acertos ao acaso e garantir maior fidedignidade nos resultados.

Com o objetivo de assegurar a comparabilidade com a escala do Saeb, o CAEd utiliza, no processo de equalização da escala estadual do Paebes, itens originalmente pertencentes à matriz de avaliação do Saeb. Devido à equalização dos itens e à combinação com a matriz de referência do Saeb, o uso da TRI no Paebes possibilita a comparação dos resultados com outras avaliações, inclusive a nacional. Além disso, permite avaliar com maior precisão, a proficiência dos estudantes em amplas áreas do conhecimento, sem a necessidade de submetê-los a longos testes.

Os testes do Paebes são elaborados de forma que cada aluno responda apenas uma parte do total de questões disponíveis. Essa organização permite:

- A avaliação de um maior número de habilidades por meio da circulação de mais itens.
- A garantia do equilíbrio entre os diferentes cadernos de prova.
- A criação de uma escala única de proficiência, pois estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental respondem a itens do 5º ano, e os da 3ª série do ensino médio respondem a itens do 9º ano.
- A comparação dos resultados ao longo do tempo, utilizando itens de edições anteriores.

A pontuação no Paebes varia de 0 a 500 pontos e é organizada em escalas de proficiência, estruturadas em níveis crescentes que descrevem as competências e habilidades adquiridas pelos estudantes.

Principais indicadores utilizados no Paebes

1. Proficiência Média: Reflete o nível médio de conhecimento dos estudantes em determinada disciplina, sendo fundamental para compreender o desempenho geral da turma, escola ou rede de ensino.
2. Padrão de Desempenho: Classifica os estudantes em diferentes níveis de habilidade, permitindo a identificação de áreas que necessitam de intervenção pedagógica específica.
3. Percentual de Acerto por Descritor: Indica a porcentagem de acertos dos estudantes em habilidades específicas dentro de cada disciplina, auxiliando na identificação de pontos fortes e áreas que requerem aprimoramento.
4. Participação: Avalia o percentual de estudantes que participaram da avaliação em relação ao número previsto, garantindo a representatividade dos resultados e a confiabilidade das conclusões.¹⁵
5. Análise Contextual: Incorpora dados qualitativos provenientes de questionários preenchidos por estudantes, professores e gestores, oferecendo uma visão mais abrangente dos fatores que influenciam o desempenho escolar.

A interpretação conjunta desses indicadores permite que gestores e educadores desenvolvam estratégias pedagógicas direcionadas, visando à melhoria contínua da qualidade educacional no Espírito Santo.

Os níveis de proficiência e os padrões de desempenho atualmente são definidos da seguinte forma:

¹⁵ O cálculo desse indicador leva em conta três elementos: a quantidade de alunos esperados para realizar a avaliação, o número de alunos que realmente fizeram o teste e a relação entre esses dois números — ou seja, a taxa de participação. É importante destacar que, quando essa participação atinge ou supera 80% do total previsto, os resultados podem ser considerados representativos do grupo analisado.

Tabela 3: Níveis de proficiência e padrões de desempenho Paebes 2024

Nível de Proficiência X Padrão de Desempenho					
Disciplina	Etapa de Escolaridade	Abaixo do Básico	Básico	Proficiente	Avançado
Língua Portuguesa	2º ano EFI	até 500	501 a 600	601 a 700	acima de 701
	5º ano EFII	até 150	151 a 200	201 a 250	acima de 251
	9º ano EFII	até 200	201 a 275	276 a 325	acima de 326
	3ª série EM	até 250	251 a 300	301 a 350	acima de 351
Matemática	2º ano EFI	até 400	401 a 500	501 a 600	acima de 601
	5º ano EFII	até 175	176 a 225	226 a 275	acima de 276
	9º ano EFII	até 225	226 a 300	301 a 350	acima de 351
	3ª série EM	até 275	276 a 325	326 a 375	acima de 376
Ciências Humanas	9º ano EFII	até 200	201 a 275	326 a 350	acima de 351
	3ª série EM	até 250	251 a 325	326 a 375	acima de 376
Ciências da Natureza	9º ano EFII	até 225	226 a 300	301 a 350	acima de 351
	3ª série EM	até 250	251 a 325	326 a 375	acima de 376

Entendendo os Padrões de Desempenho

Os resultados das avaliações do Paebes são organizados em diferentes padrões de desempenho, que indicam o nível de desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes em cada componente curricular e ano de escolaridade avaliados. Esses padrões têm como objetivo orientar escolas, professores e gestores no planejamento de ações pedagógicas mais adequadas às necessidades dos alunos.

A categorização dos estudantes em diferentes padrões permite identificar em que estágio de aprendizagem cada um se encontra, facilitando a definição de estratégias de intervenção, reforço ou aprofundamento. Além disso, esses níveis servem como referência para o acompanhamento da evolução dos alunos ao longo do tempo.

A seguir, são apresentados os quatro padrões de desempenho utilizados pelo Paebes: Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado, com a descrição de cada um deles e as orientações pedagógicas correspondentes:

- Abaixo do Básico - Padrão de desempenho muito abaixo do mínimo esperado para o componente curricular e o ano de escolaridade avaliados. Os estudantes que se encontram neste padrão revelam uma grande carência de aprendizagem. Faz-se necessário, portanto, acompanhá-los individualmente, promovendo ações pedagógicas de recuperação das aprendizagens.
- Básico - Padrão considerado básico para o componente curricular e o ano de escolaridade avaliados. Os estudantes situados neste padrão caracterizam-se por um processo inicial de desenvolvimento de competências e habilidades correspondentes ao ano de escolaridade em que estão matriculados, demandando estratégias de reforço das aprendizagens.
- Proficiente - Padrão considerado adequado para o componente curricular e o ano de escolaridade avaliados. Os estudantes que alcançaram este padrão demonstram ter desenvolvido as habilidades essenciais esperadas para o ano de escolaridade em que se encontram. Dessa forma, é preciso incentivá-los mediante ações de aprofundamento das aprendizagens.
- Avançado - Padrão de desempenho desejável para o componente curricular e o ano de escolaridade avaliados. Os estudantes alocados neste padrão apresentam um desempenho além do esperado para o ano de escolaridade em que estão situados, necessitando de estímulos para continuar avançando no processo de aprendizagem.

A descrição dos padrões de desempenho contribui para a interpretação dos resultados da avaliação. A escala de proficiência mensura o desempenho dos estudantes e subsidia a formulação de políticas educacionais e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, com foco na melhoria da qualidade do ensino.

Desvio Padrão

O desvio padrão é um indicador estatístico utilizado para mensurar a dispersão dos resultados individuais de proficiência entre os estudantes avaliados, ou seja, o grau de variação no desempenho escolar dentro de um mesmo grupo.

Imaginemos uma escola na qual todos os alunos obtêm exatamente a mesma pontuação em uma avaliação: o desvio padrão será igual a zero. Isso significa que não há variação entre os desempenhos, caracterizando um cenário de homogeneidade. Quanto menor o valor do desvio padrão, mais próximos estão os desempenhos dos estudantes, refletindo um ambiente escolar mais igualitário em termos de aprendizagem.

Por outro lado, valores elevados de desvio padrão revelam uma maior heterogeneidade no grupo, indicando que há diferenças significativas entre os níveis de proficiência dos estudantes. Isso evidencia a presença de desigualdades, com casos extremos de desempenho, tanto superiores quanto inferiores à média do grupo.

Esse indicador é especialmente relevante no contexto educacional, pois fornece pistas sobre o grau de equidade no processo de ensino-aprendizagem. Promover uma educação equânime — que assegure oportunidades semelhantes de aprendizagem para todos — é um dos maiores desafios enfrentados pelas redes de ensino, e o desvio padrão constitui uma ferramenta essencial para monitorar esse aspecto.

Matrizes de Referência

A matriz do Paebs estrutura a avaliação de forma organizada, definindo os componentes e habilidades que serão analisados nos testes cognitivos. A matriz geral do Paebs serve como base para a construção das Matrizes de Referência, que detalham as habilidades e competências avaliadas em cada área do conhecimento.

Desde o ano 2000, as matrizes utilizadas no Paebs são construídas com base nos parâmetros curriculares vigentes na época: inicialmente, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que orientaram o currículo brasileiro até a implementação da Base

Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, e em 2018 para o ensino médio. Atualmente, essas matrizes são elaboradas a partir da BNCC e do Currículo do Espírito Santo, mantendo alinhamento com as matrizes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Os conteúdos e habilidades a serem desenvolvidos em cada ano/série e componente curricular são subdivididos em descritores, que representam operações mentais mobilizadas para a realização de tarefas e resolução de problemas, e cada descritor orienta a elaboração de itens. Dessa forma, cada item deve avaliar um descritor específico da Matriz de Referência, garantindo a correspondência entre a questão e as habilidades avaliadas.

Essa matriz elenca as habilidades consideradas essenciais para o desenvolvimento do estudante em determinado ano de escolaridade e que são possíveis de serem medidas. A matriz de referência é um recorte do currículo, portanto, não deve ser confundida com a matriz curricular, que é mais ampla e inclui orientações mais abrangentes para o ensino e a aprendizagem (ESPÍRITO SANTO, 2022, p. 77).

É importante ressaltar que essas avaliações não têm como objetivo verificar o domínio de todos os conteúdos do currículo, mas sim aferir o desenvolvimento de habilidades consideradas essenciais para a progressão dos estudantes em sua trajetória escolar.

Dessa forma, as matrizes de referência relacionam os conhecimentos e as habilidades para cada componente e ano de escolaridade avaliado, detalhando o que será aferido e as operações mentais desenvolvidas pelos estudantes em relação aos conteúdos escolares, passíveis de aferição por meio de testes de proficiência em larga escala.

Além disso, é importante destacar que os resultados dessas avaliações podem fornecer informações valiosas para a prática pedagógica nas escolas, orientando ajustes e melhorias no ensino. Com base nos dados obtidos, educadores podem revisar suas abordagens pedagógicas, focando nas áreas em que os estudantes apresentam maiores dificuldades e potencializando suas competências nas áreas de maior sucesso. Segue abaixo um exemplo de Matriz de Referência:

Tabela 4: Matriz de Referência 2024 - Matemática 5º Ano do Ensino Fundamental

Descritor	Descrição da habilidade
D044_M	Identificar a localização ou a movimentação de pessoas ou objetos em uma representação plana do espaço.
D111_M	Relacionar diferentes poliedros ou corpos redondos com suas planificações ou vistas.
D112_M	Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados, pelos tipos de ângulos.
D113_M	Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais, usando malhas quadriculadas.
D060_M	Utilizar conversão entre diferentes unidades de medidas na resolução de problema.
D059_M	Utilizar conversão entre unidades de medidas de tempo na resolução de problema.
D061_M	Reconhecer o horário de término de um evento ou acontecimento dado seu intervalo de duração e horário de início.
D114_M	Num problema, estabelecer trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, em função de seus valores.
D057_M	Utilizar o perímetro de uma figura bidimensional na resolução de problema.
D058_M	Utilizar área de figuras bidimensionais na resolução de problema.
D106_M	Executar a medição de grandezas por meio de medidas convencionais ou não.

D014_M	Reconhecer características do sistema de numeração decimal.
D002_M	Corresponder números naturais a pontos da reta numérica.
D005_M	Identificar composições ou decomposições de números naturais.
D008_M	Comparar e ordenar números racionais.
D009_M	Corresponder pontos da reta numérica a números racionais.
D003_M	Executar adição ou subtração com números naturais.
D004_M	Executar multiplicação ou divisão com números naturais.
D148_M	Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados das operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
D013_M	Reconhecer as diferentes representações de um número racional.
D110_M	Resolver problemas utilizando números racionais, dados em representação decimal de valores do Sistema Monetário Brasileiro, envolvendo diferentes significados da adição, subtração e multiplicação.
D011_M	Identificar fração como representação que pode estar associada a diferentes significados.
D024_M	Resolver problema com números racionais, envolvendo diferentes significados das operações.
D038_M	Utilizar porcentagem na resolução de problemas.
D115_M	Determinar o número desconhecido que torna verdadeira uma igualdade que envolve as operações fundamentais com números naturais.

D064_M	Utilizar informações apresentadas em tabelas ou gráficos na resolução de problemas.
D065_M	Resolver problema envolvendo noções de probabilidade.
D153_M	Ler informações e dados apresentados em tabelas.

Fonte: CAEd/UFJF 2023. Tabulação do autor.

Exemplo Prático

Se um descritor de Matemática para o 5º ano indicar a habilidade de “Utilizar informações apresentadas em tabelas ou gráficos na resolução de problemas”, um item correspondente poderia ser:

(M050568A9) Observe no quadro abaixo o número de visitantes em um museu.

	Mês			
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Manhã	500	750	200	850
Tarde	300	250	350	100
Noite	50	100	150	60

De acordo com esses dados, em que mês o museu recebeu mais visitantes?

- A) Janeiro.
- B) Fevereiro.
- C) Março.
- D) Abril.

Figura 3 - Questão retirada do banco de itens Paebes 2024 - Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. Fonte: SEDU, 2024.

As respostas dos estudantes aos itens avaliados são organizadas em uma escala de proficiência, permitindo verificar quais habilidades foram efetivamente desenvolvidas e em quais níveis de desempenho os estudantes se encontram. Os itens das provas são elaborados considerando diferentes níveis de dificuldade – fácil, médio e difícil – para captar os variados estágios de aprendizagem dos estudantes. Antes de serem aplicados, todos os itens passam por uma pré-testagem rigorosa realizada por especialistas, garantindo que sejam claros, adequados e que realmente avaliem a habilidade proposta. Esse processo tem como objetivo identificar possíveis inconsistências nas questões, assegurar a comparabilidade dos resultados ao longo dos anos e definir com precisão o grau de dificuldade de cada item. Com essa metodologia, as avaliações do Paebes tornam-se instrumentos confiáveis para medir o desempenho dos estudantes e fornecer subsídios para o aprimoramento da educação no Espírito Santo.

A definição das Matrizes de Referência representa uma etapa fundamental no processo avaliativo do Paebes, pois orienta a construção dos itens e a estruturação das provas, garantindo a coerência entre o que é proposto nas avaliações e as competências e habilidades previstas no currículo. No entanto, para que os resultados obtidos ganhem efetividade no contexto escolar, é imprescindível que sejam devidamente analisados e utilizados pelos profissionais da educação. Nesse sentido, a seguir abordaremos as estratégias de devolutiva e uso dos resultados, destacando as formas como os dados são apresentados, interpretados e aplicados pelas escolas e redes de ensino, com foco na melhoria contínua das práticas pedagógicas e no acompanhamento da aprendizagem dos estudantes.

Disseminação dos Resultados

A divulgação dos resultados no início do ano letivo, por meio da Plataforma Avaliação e Monitoramento, realizada pela Sedu, é um dos pilares do processo de disseminação dos resultados do Paebes. Esse sistema facilita a interpretação dos dados, permitindo que os resultados sejam acessados de maneira intuitiva e organizada. A plataforma oferece diferentes recortes de dados (Regional, Escola, Turma e Estudante), de acordo com o perfil de acesso de cada usuário (Sedu, SREs, Diretores, Pedagogos, PCAs e Professores), o que facilita a personalização das análises e o planejamento de ações específicas para cada contexto.

Os resultados são apresentados por meio de gráficos, tabelas e relatórios detalhados, e a plataforma disponibiliza materiais de apoio, orientações pedagógicas para leitura e interpretação dos resultados e outros recursos pedagógicos. Esses materiais auxiliam os educadores a traduzirem os dados em estratégias práticas de ensino.

Oficina Online de Apropriação dos Resultados do Paebes

A oficina online de apropriação dos resultados do Paebes, realizada após a apresentação técnica dos resultados, visa capacitar os profissionais da educação, como supervisores das Superintendências Regionais de Educação (SREs) e Coordenadores Municipais, para poderem, além de entender os dados, utilizá-los ativamente no planejamento e na formulação de ações pedagógicas. Essa capacitação é fundamental para garantir que os resultados impactem positivamente as práticas educacionais e promovam melhorias no aprendizado dos estudantes.

Os profissionais capacitados tornam-se multiplicadores das informações dentro das escolas, apoiando gestores e professores na reformulação de estratégias pedagógicas voltadas à melhoria do desempenho dos estudantes. A ação formativa é realizada anualmente, com carga horária de 4 horas, e busca incentivar o uso contínuo e contextualizado dos dados nas práticas pedagógicas diárias.

Revistas Digitais

A disseminação dos resultados das avaliações também é realizada por meio de relatórios pedagógicos, direcionados a educadores e gestores, fornecendo informações detalhadas sobre desempenho das escolas, turmas e alunos. O objetivo é aproximar a análise dos resultados das práticas pedagógicas cotidianas, fornecendo uma visão clara e acessível para promover melhorias. A divulgação é feita de forma transparente e dinâmica, utilizando plataformas digitais e sistemas online que possibilitam o acesso imediato aos dados, garantindo uma maior transparência e agilidade no processo.

As publicações que compõem o material de divulgação dos resultados do Paebes contribuem para a compreensão e a análise dos dados gerados pela avaliação, promovendo condições para que os profissionais das redes e das escolas reflitam criticamente sobre o planejamento pedagógico e as práticas de gestão. Esse processo fomenta o desenvolvimento de ações mais efetivas, direcionadas às dificuldades de aprendizagem identificadas entre os estudantes avaliados.

As Revistas são publicadas considerando o público alvo de cada etapa e instância, com informações detalhadas sobre todos os processos da avaliação educacional, bem como orientações pedagógicas para auxiliar as equipes na apropriação dos resultados, como por exemplo, a disponibilização de roteiros de leitura dos resultados, que podem ser utilizados durante as reuniões da equipe gestora da escola. São importantes instrumentos de estudo para todos os profissionais da educação.

A seguir, apresentamos um breve resumo sobre cada uma dessas revistas, que são organizadas considerando os perfis do público ao qual ela está voltada:

Revistas da Escola: Equipe Pedagógica Alfabetização, direcionada aos profissionais que atuam na etapa da Alfabetização; Equipe Pedagógica Língua Portuguesa; Equipe Pedagógica Matemática:

Esses relatórios contemplarão todos os anos/séries e componentes curriculares avaliados. Seu público alvo é o professor e a equipe pedagógica da unidade escolar com o objetivo principal de contribuir para que a escola, com base nos resultados, consiga fazer um planejamento pedagógico voltado à sua realidade. O material apresenta os resultados de proficiência e a interpretação pedagógica dos resultados por meio de Escala de Proficiência, dos Padrões de Desempenho por etapa de escolaridade e componentes curriculares avaliados; a análise Pedagógica e interpretação dos resultados de desempenho para cada componente curricular e série/ano avaliados, com base nas matrizes de referências da avaliação; e informações pedagógicas que visem facilitar a reflexão a ser feita pelos professores e equipe pedagógica da escola sobre a avaliação realizada.

- **Revista da Escola – Gestão Escolar:**

Dirigida a diretores e demais integrantes da gestão escolar, esta revista reúne orientações sobre a avaliação externa em larga escala e oferece um guia prático para leitura e interpretação dos resultados. Seu objetivo principal é ajudar a equipe gestora a elaborar um planejamento ajustado à realidade da escola, com base nos dados obtidos.

- **Revista da Rede - Gestores da Rede e das SRE:**

Voltada às equipes gestoras da Secretaria de Educação, esta revista apresenta, primeiro, o panorama geral do programa de avaliação, depois conteúdos sobre avaliação externa em larga escala e, por fim, um guia para leitura e análise dos resultados. Seu objetivo principal é apoiar a gestão da rede no planejamento alinhado à realidade das escolas, utilizando os dados da avaliação como subsídio.

- **Relatório dos Fatores Associados (Revistas Contextuais):**

Esse relatório deverá informar acerca dos fatores intra e extraescolares que interferem nos resultados dos estudantes, coletados a partir dos questionários contextuais. Os estudos evidenciam as desigualdades educacionais vinculadas ao nível socioeconômico, gênero, raça/cor e localização, investigando proficiência, trajetórias escolares e fatores pedagógicos. Esse olhar multifacetado procura revelar áreas que exigem intervenção para ampliar a equidade, reconhecendo a complexidade das relações de causa e efeito em distintos contextos.

- **Relatório Executivo (Sumário Executivo):**

Este relatório apresenta de forma condensada os resultados gerais do programa e sua abrangência; a síntese dos resultados de proficiência e de participação dos estudantes das redes públicas de ensino nas avaliações de Língua Portuguesa, Matemática e demais componentes curriculares avaliados; as Matrizes de Referência de todas as etapas de escolaridade avaliadas. A publicação também traça um panorama dos perfis socioeconômicos e demográficos de alunos, professores e diretores, bem como de indicadores de gestão escolar, práticas pedagógicas, clima escolar e outros aspectos correlatos.



Figura 4 - Modelos de revista do Paebes/Paebes Alfa 2023. Fonte: CAEd, 2025. Disponível em: <https://avaliacaoemonitoramentoespiritosanto.caeddigital.net/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Após a disponibilização dos resultados, o foco é no uso desses dados para orientar ações concretas nas unidades de ensino. Relatórios pedagógicos incluem descrições das escalas de proficiência, sumários executivos e materiais explicativos, que orientam os educadores sobre como interpretar os dados e aplicá-los nas práticas escolares. A plataforma Avaliação e Monitoramento possibilita o acesso online aos resultados, permitindo que gestores e educadores baixem esses documentos em formato PDF, facilitando o uso contínuo e aprofundado das informações.

A acessibilidade e a transparência são princípios centrais nesse processo. No portal de Dados Abertos, os interessados podem consultar os resultados de redes e escolas, com a garantia de que não há divulgação de informações individuais sobre os alunos. Isso assegura a privacidade, ao mesmo tempo em que torna os dados amplamente disponíveis para análise pública e investigação.

Entre 2021 e 2024, a apresentação dos resultados evoluiu, incorporando Business Intelligence (BI) on-line. Esse recurso facilita a consulta dos dados pelos profissionais da educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo, permitindo uma visualização dinâmica e personalizada. Por meio do portal Seges, os educadores podem acessar resultados detalhados sobre o desempenho das escolas e o progresso dos alunos, com a possibilidade de realizar consultas específicas e extrair informações conforme as necessidades de cada unidade de ensino.

Por exemplo, se uma escola apresenta um desempenho abaixo do esperado em Matemática, os gestores podem usar os dados para planejar intervenções pedagógicas específicas, como aulas de reforço ou mudanças na metodologia de ensino. Já escolas com um desempenho mais alto podem ter metas mais desafiadoras, focadas em aprofundamento e desenvolvimento de habilidades mais avançadas.

Além disso, os microdados das avaliações de 2007 a 2019 estão acessíveis para consulta pública. Esses dados podem ser utilizados por pesquisadores e educadores para aprofundar as análises e gerar novas pesquisas, desde que o usuário tenha as ferramentas adequadas para manipulá-los.

A transparência, aliada à personalização das metas, oferece uma maneira eficaz de promover melhorias contínuas e garantir que cada aluno tenha uma trajetória de aprendizagem adaptada às suas necessidades.

Diante do exposto, fica evidente que o Paebes se constitui como um instrumento consistente de avaliação educacional, com base em um desenho avaliativo alinhado ao currículo e sustentado por rigor técnico, metodologias consolidadas, estrutura técnica minuciosamente planejada e estratégias de devolutiva que visam à qualificação das práticas pedagógicas nas escolas capixabas.

No capítulo seguinte, aprofundaremos a análise sobre os principais marcos e inovações que marcaram a trajetória do Paebes ao longo dos anos, destacando suas transformações e aprimoramentos em resposta às demandas educacionais contemporâneas.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília - DF, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

____. Guia de elaboração e revisão de itens. Brasília, DF: MEC/Inep, 2010. v. 1. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5438426-Guia-de-elaboracao-e-revisao-de-itens-volume-1.html>. Acesso em: 10 maio 2025.

____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília - DF, jul. 2010. Disponível em: https://prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/resolucao_cneceb_no_4_de_13_de_julh_o_de_2010.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 17 jul. 2025.

____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, edição extra, nº 120, p. 1-7, jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 17 jul. 2025.

____. Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2017.

____. Cartilha Saeb. Brasília, DF: Inep/DGP/DAEB, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/cartilha-saeb-2021>. Acesso em: 10 maio 2025.

____. Histórico do Saeb. Brasília, DF: MEC, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>. Acesso em: 10 maio 2025.

ESPÍRITO SANTO. Contrato nº 097/2016 para Contratação de Instituição Especializada para Operacionalização Anual do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo – Paebes. Vitória, 2016.

____. Contrato nº 113/2022 para Contratação de Instituição Especializada no Desenvolvimento de Avaliações Externas em Larga Escala. Vitória, 2022.

____. Contrato nº 2024.000175.42101.01. Termo de Contrato com a Universidade Federal de Juiz de Fora para Realização das Avaliações Externas do SICAEB e AMA. Vitória, 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (ES). Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes/Paebes Alfa). Revista do Sistema, 2011.

____. Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes/Paebes Alfa). Sumário Executivo, 2016.

____. Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes/Paebes Alfa). Revista da Rede, 2022.

____. Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes/Paebes Alfa). Sumário Executivo, 2023.

INSTITUTO REÚNA. Avaliações em Larga Escala no Brasil e no Mundo: uma análise comparada de 14 experiências. São Paulo, out. 2021. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/10/avaliacoes-em-larga-escala2.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

PASQUALI, L.; PRIMI, R. Fundamentos da teoria da resposta ao item - TRI. Avaliação Psicológica, v. 2, n. 2, Porto Alegre, dez. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712003000200002. Acesso em: 10 maio 2025.

TAVARES, C. Z. Teoria da resposta ao item: uma análise crítica dos pressupostos epistemológicos. Estudos em Avaliação Educacional, v. 24, n. 54, p. 56-76, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1785/1785.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

ZANARDINI, José Bonifácio. Dos testes psicométricos às avaliações em larga escala: instrumentos diferenciados com ontologia em comum. Teoria e Prática da Educação, Maringá, v. 15, n. 3, p. 65-74, set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/tpe/article/view/19647>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CAPÍTULO 3

Principais Marcos e Inovações

Capítulo 3 - Principais Marcos e Inovações

Samira Colombi

Reformulações e avanços no Paebes

Após a exposição das metodologias e instrumentos utilizados no Paebes, este capítulo se dedica a refletir sobre as transformações pelas quais o sistema passou ao longo dos anos. Evidenciam-se aqui os avanços, as adaptações e os alinhamentos estratégicos que contribuíram para o aperfeiçoamento do Programa de Avaliação da Educação Básica (Paebes).

Além de abordar essas transformações, exploram-se as inovações tecnológicas e metodológicas incorporadas, ampliando a compreensão sobre o desenvolvimento contínuo do sistema avaliativo. O depoimento da professora Lina Kátia Mesquita, diretora da Fundação CAEd, ao final do capítulo, enriquece essa narrativa ao trazer a perspectiva institucional de quem acompanha de perto a trajetória do Paebes.

Instituído em resposta às mudanças no modelo de gestão da educação e ao movimento nacional liderado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Paebes passou a exercer um papel estratégico no monitoramento da qualidade da educação básica capixaba. A partir de sua reformulação em 2008, o programa passou a incorporar tecnologias avaliativas mais avançadas, matrizes de referência e escalas de proficiência alinhadas aos padrões nacionais — permitindo diagnósticos cada vez mais precisos e úteis para as redes de ensino.

Esse processo de reformulação fortaleceu a dimensão técnica do programa e consolidou a cultura de uso dos resultados educacionais em todos os níveis da gestão pública e da prática pedagógica. A criação de instrumentos como o Painel Digital de Resultados, o desenvolvimento de indicadores como os perfis de alfabetização e letramento, e a articulação entre estado e municípios reforçaram o compromisso com uma educação mais equitativa e de qualidade.

A evolução do Paebes incluiu a melhoria dos instrumentos de avaliação, com a adoção de metodologias mais sofisticadas de análise dos dados e a informatização de processos. A parceria com o CAEd/UFJF contribuiu para o aperfeiçoamento dos

instrumentos e para a formação continuada dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Em 2004, a avaliação adotada no Espírito Santo foi construída com base em múltiplas referências, incluindo a proposta curricular do estado, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as matrizes de referência do Saeb, o levantamento dos conteúdos efetivamente trabalhados nas escolas estaduais e a escuta da opinião dos docentes da rede pública estadual (ESPÍRITO SANTO, 2004, p. 10). Naquele momento, a escala de proficiência dos estudantes era organizada em três níveis: elementar, quando a pontuação obtida ficava abaixo do primeiro ponto de corte; intermediário, quando a proficiência se situava entre os dois pontos de corte; e adequado, quando a pontuação ultrapassava o segundo ponto de corte. Destaca-se, contudo, que essa escala priorizava uma análise quantitativa dos resultados, ao invés de uma abordagem qualitativa mais aprofundada sobre o desempenho estudantil.

Em 2008, houve um avanço na definição da escala de proficiência, que passou a adotar quatro níveis, inspirados no modelo do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa): abaixo do básico, básico, proficiente e avançado.

Tabela 1
Definição dos níveis de desempenho para Leitura
1ª série do Ensino Médio, PAEBES 2008

NÍVEL	INTERVALO DE PROFICIÊNCIA
Abaixo do básico	Menor que 50
Básico	Entre 51 e 59
Proficiente	Entre 60 e 74
Avançado	Acima de 75

Tabela 2
Definição dos níveis de desempenho para Matemática
1ª série do Ensino Médio, PAEBES 2008

NÍVEL	INTERVALO DE PROFICIÊNCIA
Abaixo do básico	Menor que 41
Básico	Entre 42 e 58
Proficiente	Entre 59 e 83
Avançado	Acima de 84

Figura 5 - Tabelas com a nova escala de proficiência do Paebes em Língua Portuguesa e Matemática. Fonte: Paebes. Sumário Executivo, 2008.

Essa reformulação da escala de proficiência permitiu que a aprendizagem de cada estudante fosse avaliada de forma mais precisa. Estudantes classificados no nível abaixo do básico apresentavam, em média, um ano de defasagem em relação ao nível proficiente, considerado o parâmetro de referência. Aqueles no nível básico apresentavam aproximadamente seis meses de atraso. Já os estudantes no nível avançado demonstravam pleno domínio dos conteúdos, sendo capazes de aplicá-los de forma autônoma na resolução de problemas.

A segmentação da escala de proficiência em níveis facilitou o monitoramento das políticas públicas e a definição de metas educacionais. As unidades escolares passaram a acompanhar a média dos desempenhos e a redução das desigualdades de aprendizagem, analisando, por exemplo, a diminuição do percentual de alunos em "abaixo do básico" ou o aumento dos que alcançam "proficiente" e "avançado". Isso torna a avaliação um instrumento mais potente para a promoção da equidade e da qualidade da educação, permitindo que os resultados sirvam como base concreta para a tomada de decisão.

A partir dessa análise, foi possível elaborar diferentes representações gráficas, incluindo uma média histórica comparativa que evidenciou os avanços nos níveis de proficiência ao longo do tempo, conforme podemos observar nos gráficos abaixo:

Gráfico 1
Percentual de alunos por nível em Leitura – 1ª série do Ensino Médio,
PAEBES 2004 e 2008

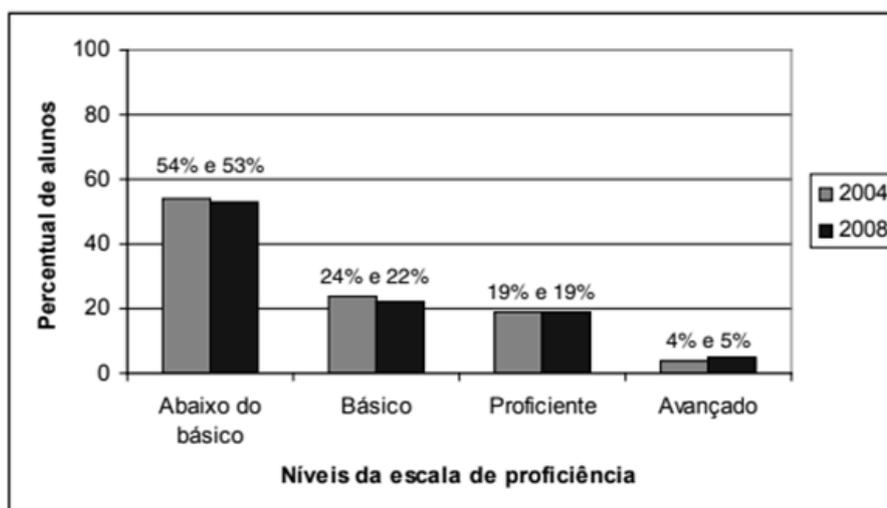


Figura 6 - Avanço na análise da escala de proficiência em Língua Portuguesa. Fonte: Paebes. Sumário Executivo, 2008.

Gráfico 2

Percentual de alunos por nível em Matemática – 1ª série do Ensino Médio,
PAEBES 2004 e 2008

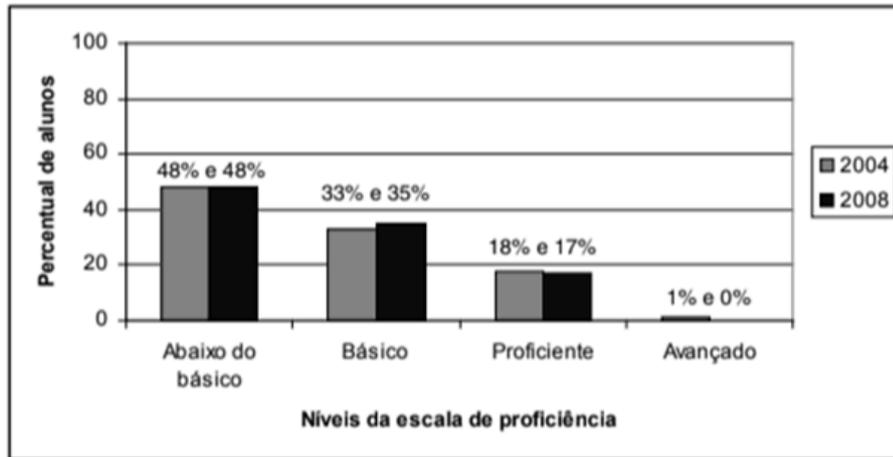


Figura 7 - Avanço na análise da escala de proficiência em Matemática.
Fonte: Paebes. Sumário Executivo, 2008.

Essa nova configuração possibilitou uma compreensão mais precisa do "status pedagógico" de cada estudante, garantindo, assim, uma análise quantitativa e qualitativa no momento do planejamento das ações, por parte das escolas, assim como da Secretaria de Estado da Educação (Sedu).

Em 2008, também foi realizada uma análise utilizando o modelo estatístico de regressão hierárquico dos resultados¹⁶, com base nas variáveis sexo, cor/raça, atraso escolar e nível socioeconômico dos estudantes, bem como a análise dos fatores associados ao desempenho cognitivo, por meio de modelos estatísticos que enfatizam dois níveis - o dos alunos e o da escola.

De acordo com Soares e Mendonça (2000, p. 422), a utilização desse modelo tem como objetivo estabelecer relações entre os resultados das avaliações e determinadas características sociais, culturais e éticas. Os autores destacam que os dados coletados em contextos educacionais seguem uma estrutura hierárquica, composta por agrupamentos encadeados como estudantes, turmas e escolas, nos quais as variáveis de diferentes níveis podem interagir tanto entre si, dentro do mesmo nível, quanto com variáveis de outros níveis.

¹⁶ Modelos de regressão hierárquica, também conhecidos como modelos multinível ou modelo de efeitos mistos, são usados para analisar dados que possuem uma estrutura hierárquica ou multinível. Isso significa que as observações não são independentes, mas sim agrupadas em níveis diferentes, onde cada nível pode ter suas próprias características e influenciar os resultados.

Assim, o modelo estatístico de regressão hierárquico permite estruturar os dados para que seja possível averiguar a influência de cada variável no impacto do desempenho escolar.

Dessa forma, a análise dos resultados do Paebes vai além da simples verificação do desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas. É fundamental considerar os fatores socioeconômicos e culturais que permeiam o ambiente em que esses alunos estão inseridos. Famílias com menor renda, acesso limitado a recursos educacionais e condições de moradia precárias enfrentam desafios que impactam diretamente o processo de aprendizagem. Portanto, ao interpretar os resultados do Paebes, é necessário reconhecer que as desigualdades sociais podem criar barreiras significativas ao desenvolvimento educacional.

Em 2017, foi incorporado um novo indicador ao Paebes. Para o 3º ano, estabeleceu-se o perfil “não alfabetizado”, correspondente a estudantes que reconhecem apenas letras e algumas palavras isoladas. No 5º ano, adotou-se o indicador “alfabetização incompleta”, referente a alunos que identificam letras e palavras, mas apresentam dificuldades na leitura de textos completos. Para o 9º ano, foi definido o indicador “letramento insuficiente”, caracterizando estudantes que não consolidaram plenamente as habilidades de leitura esperadas para a etapa. A adoção desse novo indicador revelou um importante desafio relacionado ao desenvolvimento da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Ao detalhar os perfis de aprendizagem com essas categorias, o programa passou a fornecer informações mais qualitativas e contextualizadas sobre os níveis de leitura dos estudantes ao longo da trajetória escolar. Essas categorias ajudam a superar a visão simplificada de alfabetização como um estágio binário (alfabetizado/não alfabetizado), revelando nuances que indicam persistência de lacunas de aprendizagem e que demandam ações pedagógicas mais específicas e articuladas entre as etapas de ensino.

Além disso, a implementação desse indicador trouxe à tona um desafio estrutural importante nos anos iniciais do Ensino Fundamental: os dados mostraram que uma parcela significativa dos alunos chegava ao final do ciclo de alfabetização (considerado o 3º ano à época) sem ter desenvolvido as habilidades essenciais de leitura e escrita, e que parte desse déficit se mantém e se aprofunda nos anos subsequentes. O fato de haver estudantes no 5º e no 9º ano com alfabetização incompleta ou letramento insuficiente evidencia a necessidade de estratégias de intervenção contínuas, que não se limitem apenas ao ciclo inicial, mas que garantam acompanhamento e reforço sistemático ao longo de toda a Educação Básica. Ao fornecer esse diagnóstico mais

detalhado, o Paebes Alfa fortaleceu o papel da avaliação como ferramenta de apoio à gestão educacional e ao planejamento pedagógico.

A ampliação do escopo do Paebes trouxe impactos pedagógicos relevantes para a rede de ensino capixaba. Ao fornecer um retrato mais completo e diversificado das aprendizagens dos estudantes, o programa passou a subsidiar de forma mais efetiva as ações pedagógicas nas escolas. Professores e gestores, munidos de dados mais detalhados e abrangentes, podem identificar com maior precisão as necessidades específicas de cada turma e de cada aluno, promovendo intervenções pedagógicas mais direcionadas e eficazes. Além disso, a inclusão de novas áreas do conhecimento contribuiu para uma abordagem curricular mais integrada, estimulando práticas de ensino que valorizam a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de competências gerais.

Por outro lado, essa ampliação também trouxe desafios importantes. A aplicação e análise de avaliações em um número maior de componentes curriculares exigiram investimentos em formação continuada para os educadores, de modo a garantir a correta interpretação e utilização dos resultados. Além disso, a necessidade de assegurar a qualidade e a equidade na aplicação das avaliações em contextos escolares diversos — incluindo escolas em áreas rurais e com diferentes realidades socioeconômicas — demandou esforços logísticos e metodológicos adicionais.

Outro avanço notável do Paebes foi a modernização dos processos de análise de dados, que trouxe mais eficiência e precisão ao programa. As avaliações passaram gradualmente a incorporar tecnologias digitais para o processamento dos resultados. Essa transformação possibilitou a redução dos prazos entre a aplicação das provas e a disponibilização dos dados e também uma maior segurança e confiabilidade nas informações coletadas.

Além disso, a modernização incluiu a implementação de painéis de acompanhamento digital, que dão suporte ao monitoramento contínuo da evolução dos indicadores educacionais. Com isso, as escolas e as Secretarias de Educação passaram a dispor de informações atualizadas que orientam o planejamento pedagógico e a gestão escolar de forma mais responsiva às necessidades dos estudantes.

A adoção de plataformas digitais também permitiu um salto qualitativo na análise dos resultados. Hoje, os dados gerados pelo Paebes alimentam sistemas interativos que oferecem visualizações dinâmicas e relatórios personalizados para diferentes públicos — redes de ensino, equipes gestoras, professores e formuladores de políticas públicas.

Essas ferramentas facilitam a identificação de padrões de aprendizagem, pontos fortes e fragilidades, permitindo uma atuação mais estratégica e baseada em evidências.

Em 2022, o CAEd passou a disponibilizar na Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Espírito Santo, além dos perfis de proficiência, uma análise baseada na Teoria Clássica dos Testes (TCT), um painel com acerto por habilidade, em cada disciplina avaliada no Paebes, conforme podemos observar na figura abaixo:



Figura 8 - Painel interativo do Paebes - Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Espírito Santo. Fonte: CAEd, 2022. Disponível em: <https://avaliacaoemontoramentooespiritosanto.caeddigital.net/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

O Painel Digital de Resultados da Plataforma Avaliação e Monitoramento é uma ferramenta essencial para democratizar o acesso às informações sobre a qualidade da educação no Espírito Santo. Cada escola vê seus resultados de maneira individual, o que permite traçar estratégias para que os descritores que mais apresentaram dificuldades aos estudantes na hora da avaliação sejam trabalhados de maneira mais assertiva.

Verifica-se ainda na plataforma um painel que apresenta, de forma detalhada, os percentuais de acerto em diferentes níveis de agregação dos resultados: desde as Superintendências Regionais de Educação (SRE) até o nível de turma — com indicação do percentual de acerto total no teste e por habilidade avaliada —, e no nível individual, com o percentual de acerto total e o número de itens respondidos corretamente em relação ao total de itens apresentados em cada habilidade. O quadro abaixo ilustra essa distribuição:

REGIONAL	ACERTO TOTAL	H 01 (%)	H 02 (%)	H 03 (%)	H 04 (%)	H 05 (%)	H 06 (%)	H 07 (%)	H 08 (%)	H 09 (%)	H 10 (%)	H 11 (%)
REGIONAL 1	71%	96	53	72	79	85	70	72	64	61	87	74
REGIONAL 2	62%	94	50	60	65	75	58	61	52	56	75	73
REGIONAL 3	56%	86	40	57	60	76	60	56	47	53	71	59

MUNICÍPIO	ACERTO TOTAL	H 01 (%)	H 02 (%)	H 03 (%)	H 04 (%)	H 05 (%)	H 06 (%)	H 07 (%)	H 08 (%)	H 09 (%)	H 10 (%)	H 11 (%)
MUNICÍPIO A	65%	100	35	64	52	94	75	77	67	71	100	72
MUNICÍPIO B	71%	100	60	63	69	78	88	75	62	71	100	78
MUNICÍPIO C	59%	100	33	56	72	69	61	72	49	67	67	62

ESCOLA	ACERTO TOTAL	H 01 (%)	H 02 (%)	H 03 (%)	H 04 (%)	H 05 (%)	H 06 (%)	H 07 (%)	H 08 (%)	H 09 (%)	H 10 (%)	H 11 (%)
ESCOLA 1	77%	100	65	89	83	92	82	100	82	71	100	92
ESCOLA 2	84%	100	67	94	89	95	76	63	91	89	100	73
ESCOLA 3	71%	92	48	60	76	85	73	72	61	59	75	73

TURMA	ACERTO TOTAL	H 01 (%)	H 02 (%)	H 03 (%)	H 04 (%)	H 05 (%)	H 06 (%)	H 07 (%)	H 08 (%)	H 09 (%)	H 10 (%)	H 11 (%)
TURMA A	75%	100	45	74	79	87	65	91	69	55	88	90
TURMA B	69%	100	69	73	79	84	58	57	55	46	88	73
TURMA C	71%	100	56	73	79	90	69	61	69	53	71	73

Figura 9 - Distribuição de acertos por SRE, município, escola e turma. Fonte: Paebes. Revista da Rede, 2022.

Disponibilizando dados de forma visual e interativa, o painel facilita a compreensão dos resultados por diferentes públicos, de acordo com seu perfil de acesso. Essa transparência fortalece o controle social e permite que cada escola, rede municipal e estadual acompanhe seu desempenho ao longo do tempo, identificando avanços, desafios e áreas prioritárias para intervenção pedagógica. Além disso, ao apresentar informações desagregadas por variáveis como nível socioeconômico, participação e resultados por disciplina, o painel contribui para diagnósticos mais precisos e contextualizados.

De acordo com Rezende (2020), a divulgação dos resultados representa a etapa mais visível de um processo avaliativo, sendo considerada a entrega final de um programa de avaliação. Todas as fases que compõem a avaliação convergem para seus resultados, os quais são sua principal razão de existir. Por isso, são tratados como um critério autônomo, uma vez que têm como função central fornecer informações qualificadas para subsidiar a tomada de decisões.

A modernização dos processos de aplicação e análise de dados do Paebes também trouxe um impacto direto no fortalecimento da autonomia das escolas e dos professores. Com o acesso facilitado a informações detalhadas e atualizadas sobre o desempenho dos estudantes, as equipes escolares passaram a contar com um instrumento poderoso para o planejamento pedagógico. Por meio de relatórios

personalizados e painéis interativos, cada escola pode analisar seus próprios resultados em profundidade, identificar desafios específicos e definir estratégias de intervenção ajustadas à sua realidade.

Por fim, um dos avanços mais significativos do Paebes ao longo dos anos foi a ampliação de seu escopo quanto aos componentes curriculares contemplados. Inicialmente, o programa concentrava-se na avaliação das habilidades de Língua Portuguesa e Matemática. A partir de 2011, reconhecendo a necessidade de uma visão mais abrangente do percurso educacional dos alunos, foram inseridos os componentes de Ciências da Natureza e de Ciências Humanas, avaliados em anos alternados.

Mudanças metodológicas e operacionais no Paebes Alfa

No ano de 2009, o Paebes Alfa foi ampliado¹⁷ e passou a contar com avaliações específicas para 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, permitindo a detecção de diferentes níveis no continuum de habilidades essenciais para a alfabetização. O objetivo era identificar os avanços e dificuldades persistentes dos estudantes ao longo da trajetória escolar.

A implementação do Paebes Alfa como uma ferramenta de avaliação diagnóstica da alfabetização de natureza longitudinal¹⁸, possibilitou a medição dos níveis de aprendizagem dos alunos e o acompanhamento de seu progresso. Essa avaliação foi guiada por concepções contemporâneas sobre alfabetização – entendida aqui como o processo de apropriação do sistema de escrita e dos princípios gráficos e "formais" da língua – e sobre como se efetivam, na prática, os processos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita nos primeiros anos de escolarização.

Há uma expectativa de que a alfabetização ocorra em um período específico de escolarização, conhecido como “ciclo de alfabetização”. Durante esse período, a meta é que todas as crianças sejam capazes de ler e escrever até os oito anos de idade.

¹⁷ Em 2000, as turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental foram avaliadas por meio de provas de Língua Portuguesa e Matemática, além da aplicação de questionários contextuais a estudantes, professores e diretores. Contudo, a nomenclatura Paebes-Alfa passou a ser adotada apenas em 2008. No ano seguinte, em 2009, o programa foi ampliado para incluir também os estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental.

¹⁸ A avaliação diagnóstica da alfabetização de natureza longitudinal constituía-se de um instrumento contínuo de acompanhamento da aprendizagem da leitura e escrita, aplicado em momentos sucessivos, com foco na evolução dos mesmos estudantes ao longo do tempo. Para maiores informações sobre o assunto, cf. SEDU, Revista do Educador, 2009, p.10.

Atualmente, o Paebes Alfa configura-se também como um programa de avaliação da escrita consolidada. Ele inclui instrumentos específicos para esse componente, com dois descritores na Matriz de Referência: i) escrever palavras; e ii) escrever frases/textos. Na edição de 2010, a matriz foi reformulada, passando a conter três descritores para a escrita: i) escrita de palavras; ii) escrita de frases; e iii) produção de texto, formato mantido até a edição de 2017. Trata-se, portanto, de uma matriz estável no que se refere à avaliação da escrita.

Houve uma mudança significativa nos itens da avaliação, especialmente na escolha das palavras e das imagens utilizadas. As ilustrações foram substituídas por fotografias de objetos reais, com o propósito de tornar os materiais mais próximos da realidade dos estudantes. As imagens passaram a ser mais simples, com menos elementos distrativos, a fim de evitar confusões durante a leitura dos enunciados. Além disso, os comandos tornaram-se mais objetivos e precisos. O CAEd passou a ter autonomia na elaboração dos testes de escrita, o que motivou a instituição a investir em pesquisas próprias sobre esse tipo de avaliação. Esse movimento culminou, em 2013, na criação de uma equipe especializada exclusivamente na avaliação da escrita — tarefa que, até então, era desempenhada pela equipe de Língua Portuguesa, também responsável pela leitura. Essa mudança representou um avanço expressivo, contribuindo para a elevação da qualidade dos testes aplicados.

Ainda de acordo com Rezende (2008), a partir de 2015, os testes do Paebes Alfa passaram a enfatizar a produção textual autônoma, incentivando o desenvolvimento de temas pelos próprios estudantes. Essa mudança foi motivada por dificuldades observadas nas edições da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) — avaliação aplicada pelo Inep, vinculada ao Ministério da Educação, com o objetivo de avaliar o nível de alfabetização dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras. Na edição de 2013, por exemplo, o uso de imagens como base para escrita gerou obstáculos à produção textual dos estudantes. Em 2014, foi usada uma frase inicial no lugar da imagem, mas essa abordagem também não foi eficaz. Outras modificações importantes no Paebes Alfa incluíram a exclusão da lista de palavras como item de avaliação e a retirada dos gêneros bilhete e convite, que já não faziam parte do repertório dos alunos. A ANA também influenciou o formato físico dos testes, propondo uma estrutura mais objetiva: uma única folha contendo dois itens de escrita de palavras e um de produção textual.

Em 2017, de acordo com Rezende (2008), o teste de escrita do Paebes Alfa passou por mudanças influenciadas pelo formato da ANA, tornando-se mais enxuto do que nas edições anteriores. Os itens passaram a avaliar tanto a escrita de palavras quanto de textos completos, sem analisar frases de maneira isolada — o tópico frasal passou a ser considerado no contexto geral da produção textual. Até 2015, o Paebes Alfa utilizava extensivamente imagens em seus testes, que continham cinco itens: cópia de frases, escrita de palavras (por ditado ou a partir de imagens), escrita de frases (também por ditado ou imagem) e a produção de textos (como listas ou narrativas com base em sequência de imagens; bilhetes e convites, somente para o 3º ano). O uso predominante de imagens limitava a produção autônoma dos alunos.

Segundo especialistas do CAEd/UFJF, em entrevista concedida a Wagner Silveira Rezende para a sua tese, o Paebes Alfa se destaca entre os programas de avaliação da alfabetização pela ênfase contínua e consolidada na avaliação da escrita, presente em todas as suas edições. Essa característica, aliada à complexidade e abrangência de seus instrumentos, o torna mais completo do que outros programas de avaliação brasileiros. O Paebes Alfa tem influenciado práticas avaliativas em outras redes, como no caso do teste de escrita aplicado no Sistema de Avaliação Educacional de Teresina (Saethe) em Teresina/PI, no ano de 2015. (REZENDE, 2020).

O autor salienta que em relação aos resultados das avaliações, os especialistas apontaram três observações principais com base na experiência do Paebes Alfa, que possui uma linha histórica: primeiro, os resultados estão adequados ao perfil dos alunos avaliados e vêm melhorando ao longo do tempo, o que tem elevado o grau de dificuldade dos testes; segundo, é necessário que esses resultados sejam melhor utilizados pelas redes de ensino; e terceiro, os dados obtidos não permitem um diagnóstico definitivo sobre o processo de alfabetização dos estudantes. Quanto ao aumento da dificuldade, os testes de escrita não passam por pré-testes, e, com o tempo, à medida que as redes se familiarizam com o processo avaliativo, os estudantes tendem a apresentar melhor desempenho. Isso exige que os instrumentos se tornem mais complexos para continuar gerando informações úteis. No entanto, ainda há menor atenção dada à escrita, especialmente quando comparada aos resultados de leitura.

Em relação aos níveis de desempenho do Paebes Alfa, são utilizados quatro padrões, com uma escala de proficiência que varia de 0 a 1000 pontos: Abaixo do Básico (até 599 pontos), Básico (de 600 a 649 pontos), Proficiente (entre 650 e 749 pontos) e Avançado (acima de 750 pontos). Esses níveis não foram alterados ao longo dos anos.

Além da reformulação geral do Paebes Alfa, duas mudanças específicas merecem destaque por seu impacto direto na qualidade da avaliação e nos resultados obtidos. A primeira, é a mudança nos comandos de itens, que passaram a ser mais diretos e claros. Essa mudança buscou garantir que todos os estudantes, independentemente de seu nível de proficiência, pudessem compreender com exatidão o que era solicitado em cada item. A simplificação da linguagem e a retirada de ambiguidades contribuíram para tornar a avaliação mais acessível e equânime. A segunda mudança relaciona-se aos critérios de correção, que ficaram mais rigorosos. Houve um aprimoramento no processo de correção das respostas, especialmente nas questões abertas. A seleção de corretores passou a seguir critérios mais rígidos, incluindo formações específicas e treinamentos intensivos com base em orientações detalhadas de correção. Isso garantiu maior confiabilidade e padronização na análise das respostas dos estudantes, refletindo em dados mais consistentes para diagnósticos educacionais.

Outro aspecto importante que merece ser destacado é a aplicação em duas ondas anuais da avaliação Paebes Alfa, já a partir de 2009, até o ano de 2015. Essa mudança foi estratégica para possibilitar um acompanhamento mais preciso e contínuo da evolução da aprendizagem dos estudantes ao longo do ano letivo. Com a realização da avaliação em dois momentos distintos — geralmente no início e no final do ano — foi possível medir com mais clareza os avanços, lacunas persistentes e o impacto das intervenções pedagógicas aplicadas pelas escolas e redes.

A primeira onda, também conhecida como avaliação de entrada, se destinava aos estudantes do 1º ano, que realizavam a avaliação no primeiro semestre. Ela tinha caráter diagnóstico e permitia identificar as necessidades de cada aluno no início do ciclo, possibilitando a criação de estratégias pedagógicas mais eficazes para o desenvolvimento da aprendizagem.

A segunda etapa, denominada avaliação de saída ou segunda onda, era realizada com os estudantes do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental ao final de seus respectivos anos letivos e permitia estipular um perfil de saída dos estudantes, a fim de serem traçadas estratégias para garantir a aprendizagem nos anos subsequentes.

Até 2021, o Paebes Alfa avaliava os três ciclos iniciais da alfabetização: 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. No entanto, a partir de 2022, houve uma reconfiguração na proposta avaliativa, e a avaliação passou a concentrar-se exclusivamente no 2º ano. Essa mudança teve como objetivo alinhar-se ao foco nacional estabelecido pelo Saeb e pela Política Nacional de Alfabetização, que define o 2º ano como o ponto chave para

verificar o domínio das habilidades básicas de leitura e escrita. Além disso, essa concentração tornou a avaliação mais precisa e direcionada, otimizando os esforços de diagnóstico e intervenção pedagógica por parte das redes de ensino.

Essa mudança foi influenciada por diferentes fatores. Do ponto de vista técnico, concentrar a avaliação em um único ano permite maior aprofundamento na elaboração dos itens, na análise psicométrica e na precisão dos diagnósticos. Além disso, torna os resultados mais comparáveis ao longo do tempo e facilita o alinhamento com outras avaliações em larga escala.

Dessa forma, no campo pedagógico, a decisão dialoga com o entendimento de que o 2º ano é o ponto culminante do ciclo de alfabetização, etapa em que se espera que a maioria dos estudantes já tenha desenvolvido as habilidades fundamentais de leitura e escrita. Avaliar essa etapa escolar permite aferir de forma mais objetiva se os alunos estão efetivamente alfabetizados ao final do período previsto.

Ainda para garantir a continuidade da série histórica do Saeb no 2º ano do Ensino Fundamental e permitir a comparação entre os resultados de 2023 e 2024, foram feitas mudanças pontuais nas questões objetivas. Nos testes de leitura, passou-se a adotar em 2024 uma nova organização, com o instrumento dividido em duas partes: a primeira mediada pelo aplicador e a segunda realizada sem mediação (SEDU, 2024). Até 2023 todos os itens eram mediados, ou seja, com partes dos itens lidos pelo aplicador. Essas modificações também visaram adequar o formato do teste, de modo a reduzir qualquer possibilidade de interferência do aplicador durante a mediação dos itens.

O Paebes Alfa também tem avaliado Matemática de forma contínua desde 2010. Até 2012, suas matrizes de referência eram elaboradas pelo Ceale/UFMG em parceria com a Sedu/ES. A partir de 2013, essa responsabilidade passou ao CAEd/UFJF, que assumiu também a construção dos itens e dos testes, mantendo essa função nas edições seguintes. A mudança resultou em uma primeira reformulação da matriz, a pedido da Secretaria de Educação. Uma das alterações mais significativas foi a redução dos descritores relacionados às operações básicas: anteriormente, havia um descritor específico para cada uma das quatro operações (adição, subtração, multiplicação e divisão), que passaram a ser agrupadas em apenas dois, um para adição e subtração e outro para multiplicação e divisão. Essa reorganização permitiu incluir novas habilidades na matriz, conferindo maior ênfase a conteúdos como grandezas e medidas, destacando, por exemplo, a habilidade de leitura das horas, que passou a ter maior visibilidade.

Em 2017, com o objetivo de fortalecer a parceria com os municípios e assegurar a alfabetização das crianças, o Estado lançou o Paes – Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo. A proposta central do programa é a de que não há distinção entre estudantes da rede municipal e da rede estadual, mas sim o reconhecimento de um único sujeito de direito: o aluno capixaba. Dessa forma, a parceria entre o Estado e os municípios passou a funcionar de maneira integrada, envolvendo o fornecimento de material didático estruturado, formação continuada, currículo comum e avaliação. Na prática, o Paes se organiza em três eixos de atuação: Apoio à Gestão, Fortalecimento da Aprendizagem e Planejamento e Suporte às Secretarias Municipais de Educação. Assim,

A partir das diretrizes curriculares do programa, o material do PAES promove um diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o currículo do estado e os Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização. Contando com um material do estudante e outro do professor, os conteúdos versam sobre proposições de uma rotina pedagógica para as turmas de alfabetização, com foco na apropriação do sistema de escrita alfabética, trazendo atividades de leitura, escrita e produção de textos. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, Revista da Alfabetização, 2003, p. 8).

Assim, podemos destacar que a evolução do Paebes Alfa garantiu a promoção de uma maior cooperação entre o estado e os municípios em torno da melhoria da aprendizagem. O caráter censitário da avaliação e o compromisso com a alfabetização na idade certa mobilizaram esforços conjuntos, possibilitando a construção de pactos intergovernamentais e o compartilhamento de boas práticas. Isso fortaleceu o Regime de Colaboração e ajudou a reduzir desigualdades de aprendizagem entre as diferentes redes, na medida em que o programa evidencia de forma sistemática os avanços e os desafios da alfabetização e das habilidades essenciais de leitura, de escrita e de matemática.

Paebes Tri e AMA

Em 2015, foi instituído o Programa de Avaliação Diagnóstica da Aprendizagem (Paebes TRI). Elaborada pelo CAEd/UFJF, a partir das demandas da Sedu, a avaliação, de caráter formativo, voltada para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, era aplicada ao final de cada trimestre com a finalidade de gerar informações diagnósticas sobre o desempenho dos estudantes. A partir desses dados, esperava-se subsidiar intervenções pedagógicas em tempo oportuno, promovendo o desenvolvimento da aprendizagem e o aprimoramento das práticas docentes.

Em 2017, o Paebes TRI passou a ser utilizado como instrumento de avaliação trimestral, compondo 20% da nota dos estudantes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

A prova era aplicada a todos os anos do ensino médio. As avaliações trimestrais eram corrigidas rapidamente e os resultados disponibilizados para as escolas em uma plataforma digital, onde era possível ver os resultados por aluno, de maneira individual. Em 2017, O Paebes TRI, juntamente com o Paebes e o IDE¹⁹, passou a compor o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica (Sicaeb). E em 2021, devido à instabilidade provocada pela pandemia, o Paebes TRI foi descontinuado, sendo retomado em 2023 com outra nomenclatura: Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem (AMA), ampliando o escopo de atendimento para mais etapas do Ensino Fundamental e a precisão das intervenções, a partir do cruzamento dos resultados do Paebes.

O trabalho complementar nas escolas com a introdução das avaliações formativas Paebes TRI e AMA evidencia a preocupação da Secretaria de Educação em promover uma cultura avaliativa voltada ao acompanhamento contínuo da aprendizagem. As formativas representam um importante instrumento diagnóstico, possibilitando intervenções pedagógicas em tempo real e contribuindo para o aprimoramento das práticas. O peso atribuído à avaliação formativa no cálculo da nota final do aluno reflete uma mudança de perspectiva, priorizando o envolvimento direto das escolas no monitoramento da aprendizagem e fortalecendo o vínculo entre avaliação, ensino e aprendizagem.

Os avanços metodológicos, tecnológicos e pedagógicos analisados neste capítulo indicam que o Paebes se posicionou como uma referência em avaliação educacional. Um dos pontos fortes do Paebes é a incorporação de tecnologias que elevaram a qualidade das análises e ampliaram o aproveitamento pedagógico dos resultados pela Sedu e pelas escolas. Assim, as transformações pelas quais o Paebes passou ao longo desses 25 anos demonstram seu caráter dinâmico, atento às exigências contemporâneas e às necessidades do contexto educacional capixaba.

¹⁹ Esses indicadores faziam parte, na época, do conjunto de instrumentos utilizados pela Secretaria da Educação do Espírito Santo para avaliar e monitorar a qualidade da educação básica na rede estadual, compondo, junto com o Paebes e o Paebes TRI, o Sicaeb.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

LIMA, Licínio C.; RIBEIRO, Vera Maria. Avaliação educacional e políticas públicas: entre a regulação e a emancipação. São Paulo: Cortez, 2016.

REZENDE, Wagner Silveira. Avaliação em larga escala da alfabetização: os casos de Paebes Alfa, Proalfa e Spaece Alfa. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11773?mode=full>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (ES). Relatórios Técnicos do PAEBES. Vitória: SEDU, 2004.
_____. Sumário Executivo – Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes/Paebes Alfa). Vitória: SEDU, 2008.

_____. Revista do Educador. Juiz de Fora, v. 1, jan./dez. 2009. Acesso em: 1 jul. 2025.

_____. PAES – Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/paes>. Acesso em: 30 jun. 2025.

_____. Paebes/Paebes Alfa: Manual do Coordenador de Polo Estadual – Avaliação Somativa 2024. Vitória: SEDU/CAEd/UFJF, 2024. Disponível em: <https://avaliacaoemontoramentoespirtosanto.caeddigital.net>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SOARES, Tufi Machado; MENDONÇA, Márcia Cristina Meneghin. Construção de um modelo de regressão hierárquico para os dados do SIMAVE-2000. Política e Planejamento Educacional, [S. l.], 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pope/a/p4M6XbyBf5ggfj49BcL7BxK/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SOUSA, Sandra Aparecida de. Avaliação em larga escala e gestão escolar: interfaces e desafios. Educação & Sociedade, Campinas, v. 38, n. 141, p. 1043–1059, 2017.

VIEIRA, Márcia Mendes Cardoso; OLIVEIRA, Dalila Andrade. A avaliação da educação básica no Brasil: um balanço das políticas de accountability. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 973–1002, 2014.

***O Paebes em Primeira
Pessoa: Relatos de
Quem Fez Parte da
História***

O Paebes em Primeira Pessoa: Relatos de Quem Fez Parte da História

Principais Marcos e Inovações do Paebes

*Lina Kátia Mesquita de Oliveira
Carlos Palacios*

No início dos anos 2000, a discussão em torno da avaliação em larga escala começava a tomar conta do debate educacional brasileiro. Entre gestores, pesquisadores e professores, entendia-se que não conseguiríamos avançar e superar os obstáculos que enfrentávamos, para garantir uma educação de qualidade a todos os brasileiros, sem termos dados confiáveis e frequentes sobre a aprendizagem de nossos estudantes. Afinal, não há política pública que se sustente sem indicadores que atestem a sua eficácia e que permitam o seu monitoramento e constante aperfeiçoamento.

Esse debate levou à criação da Prova Brasil em 2005, pelo Governo Federal, como parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Mas esse importante marco da educação do país só foi possível porque estados brasileiros iniciaram, ainda antes, movimentos em direção à criação de sistemas próprios de avaliação. Esse foi o caso do Espírito Santo, que implementou, ainda em 2000, o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes).

A idade do Paebes se aproxima do tempo de existência do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), o que revela como o estado capixaba e essa instituição, da qual faço parte, foram pioneiros na proposta da avaliação educacional. Muito me orgulha estar no CAEd desde a sua criação e, atualmente, ocupar a função de Diretora Executiva da Fundação CAEd, assim como me orgulho da longa parceria com o Espírito Santo e de ter atuado nas implementações do Paebes e nas reformulações pelas quais passou ao longo das suas mais de duas décadas.

Ao mencionar as mudanças do sistema de avaliação capixaba, adianto um dos segredos do seu sucesso: a capacidade de se adaptar às demandas da educação pública. Em todo esse tempo, conversei e lidei com secretários e governadores

diferentes, em contextos políticos e econômicos diversos – nem sempre favoráveis –, contudo, em nenhum momento, vi o Paebes sob algum tipo de ameaça.

Em um país que muitas vezes sofre com a descontinuidade de suas políticas públicas, o que faz do Paebes um caso bem-sucedido de política de Estado?

História e Consolidação do Paebes

Para responder a essa pergunta, preciso contar um pouco da história do sistema de avaliação do Espírito Santo. Quando o Paebes surgiu, há 25 anos, eram poucas as experiências de avaliação em larga escala no Brasil, de modo que a periodicidade e o formato das avaliações eram diferentes do que conhecemos atualmente. No entanto, na edição do Paebes de 2008, tivemos o que pode ser considerado um verdadeiro divisor de águas: avaliações censitárias de Língua Portuguesa e Matemática e resultados publicados em uma escala de proficiência, com base na Teoria da Resposta ao Item (TRI), o que passou a permitir comparações ao longo do tempo e entre escolas, municípios e regiões.

Com um propósito somativo – isto é, de verificar se as expectativas de aprendizagem foram alcançadas ao final do ano –, periodicidade constante e rigor metodológico, os dados do Paebes passaram a embasar decisões de governantes, gestores e professores. Inicialmente, eram avaliados apenas os dois primeiros anos do Ensino Fundamental e o 1º do ensino médio, mas o sucesso da proposta levou à ampliação do sistema já no ano seguinte. Entrou em cena o 3º ano do Ensino Fundamental, que, à época, representava a etapa em que se esperava que a criança consolidasse a sua alfabetização. O foco nesse ciclo foi tanto que as avaliações dos anos iniciais passaram a ter um nome próprio: Paebes Alfa.

A criação do Paebes Alfa sinaliza, também, a construção da escala de alfabetização do CAEd, que já havia sido implementada em outros sistemas em anos anteriores, mas se consolidou com sua expansão em redes como a do Espírito Santo. A adoção de uma escala específica para a alfabetização é fundamental porque permite mensurar com maior precisão as etapas do processo de aprendizagem da leitura e da escrita. A alfabetização demanda uma matriz de referência que capture desde habilidades iniciais — como reconhecimento de letras, consciência fonológica e leitura e escrita de palavras e frases — até a compreensão e produção de textos – com localização de informações explícitas e realização de inferências. Além do acompanhamento contínuo do

desenvolvimento dos estudantes, isso permite a identificação precoce de dificuldades e a implementação de políticas e intervenções específicas para a alfabetização.

Outra mudança importante, ainda em 2009, foi a avaliação do 5º e do 9º ano do Ensino Fundamental e, em 2010, do 3º ano do ensino médio. A entrada dessas etapas no ciclo avaliativo consolidou uma das características fundamentais das avaliações somativas: a necessidade de contemplar etapas cruciais do percurso educacional do estudante. Enquanto os primeiros anos representam a alfabetização, o 5º ano marca a transição do professor polivalente para a sala de aula com diversos outros professores e componentes curriculares. Por sua vez, o 9º ano sinaliza a passagem do Ensino Fundamental para o Médio, enquanto a 3ª série do ensino médio representa o egresso da educação básica. Nesses momentos-chave para o sucesso do percurso escolar, as avaliações do Paebes asseguraram que jamais ficássemos no escuro em relação aos avanços que conquistamos e aos obstáculos que ainda enfrentamos.

O foco das avaliações sempre foram Língua Portuguesa e Matemática, por serem compreendidos como a base para o desenvolvimento das habilidades de qualquer outro componente curricular. A inclusão de outras áreas nunca foi uma tarefa simples, dada a falta de consenso e referenciais para a construção de matrizes, instrumentos e padrões de desempenho. Ainda assim, o Espírito Santo inovou na inclusão, em 2011, de testes Ciências, Física, Química e Biologia, alternando, no ano seguinte, com a inserção de História e Geografia. Nesse sentido, a área de Ciências da Natureza passou a ser contemplada em anos ímpares, enquanto as Ciências Humanas, em pares. Essa divisão perdura até hoje, o que ressalta o compromisso do sistema em apoiar toda a rede de professores, com devolutivas pedagógicas específicas e formações baseadas nos resultados.

Pioneirismo na Avaliação da Alfabetização e na Avaliação Formativa

Atualmente, vivemos um importante movimento nacional em torno da alfabetização, que coloca a avaliação dessa etapa como um dos principais instrumentos para a garantia do direito de toda criança a ler e a escrever na idade adequada. Soma-se a isso a expansão das avaliações formativas, aplicadas em diferentes momentos do ano letivo com o propósito de apoiar o trabalho pedagógico de professores em sala de aula.

Movimentos que estão sendo iniciados agora por diversas redes de ensino brasileiras já faziam parte do Paebes anos atrás. No campo da alfabetização, o Espírito Santo inovou,

em 2012, com as avaliações na entrada e na saída de cada ano letivo com o Paebes Alfa – chamadas de 1ª e 2ª Onda. Desde então, já se entendia que se a criança não se alfabetizar no tempo adequado, ela vai enfrentar dificuldades cada vez maiores, à medida que bimestres e anos escolares passam e as defasagens se acumulam. Esse olhar atento e cuidadoso para os anos iniciais ajuda a explicar por que o Espírito Santo alcançou, em 2024, mais de 70% de suas crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, segundo o Índice Criança Alfabetizada (ICA) do Governo Federal.

Se hoje praticamente todas as unidades federativas brasileiras avaliam o ciclo de alfabetização, muito disso se deve às iniciativas pioneiras de estados e municípios que concentraram seus esforços na produção de evidências sobre o processo de ensino e aprendizagem dos anos iniciais, tornando-se casos de sucesso a serem seguidos por outras redes de ensino.

Outro marco que merece destaque é a criação do Paebes-TRI, em 2015, substituído posteriormente pela Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem (AMA). A iniciativa foi uma das primeiras experiências de avaliações formativas em larga escala no país, aplicadas em diferentes momentos do ano letivo. Nesse modelo, o foco deixa de ser a rede e o final do ciclo, colocando o processo de aprendizagem e os professores no centro do jogo. Com formato mais flexível e menos controle e rigidez logística, esse tipo de avaliação visa à produção de resultados mais rápidos, de modo a serem usados de forma tempestiva e viabilizarem intervenções pedagógicas e mudanças de rota dentro da escola, ainda no decorrer do período letivo.

No contexto pós-pandemia, a avaliação formativa se expandiu por todo o país, dado o entendimento de que o cenário exigia mudanças rápidas e urgentes. No Espírito Santo, esse senso de urgência já existia anos antes.

Sem dúvida, tudo o que apresentei até aqui explica, em boa parte, o sucesso e a longevidade do sistema de avaliação da educação do Espírito Santo. O constante aperfeiçoamento, a capacidade de se expandir e de se adaptar às mudanças e demandas da sociedade; a antecipação de temas importantes da educação pública, incorporados de forma pioneira e inovadora; e o diálogo constante com professores, que são os atores da linha frente do processo de ensino e aprendizagem e, por isso, devem ser o foco de toda política pública educacional.

Desafios e Caminhos para o Futuro

Quando lançamos o Paebes, os principais desafios giravam em torno da falta de referenciais consolidados em avaliação, da resistência de professores e gestores e, conseqüentemente, da compreensão e do uso dos resultados. Muito do que esses desafios acarretavam foi superado atualmente, tendo em vista que a avaliação externa se institucionalizou em todo o país, com professores e gestores concordando com a sua importância para que a gestão e o trabalho pedagógico estejam alinhados às demandas de nossos estudantes.

Mas ainda há desafios, que não são exclusivos do Espírito Santo e dizem respeito a todo sistema de avaliação em larga escala do Brasil.

Um dos principais está relacionado ao mundo digital. Como já destaquei, as avaliações devem se adaptar às mudanças da sociedade, e não há como ignorar que hoje o mundo é muito mais digital do que analógico, enquanto a maioria das avaliações ainda usam papel e caneta. A migração do papel para as telas deve ser conduzida com cuidado, levando em consideração as imensas desigualdades que ainda temos em nosso país. Um ponto de partida que considero promissor é iniciar esse movimento a partir das avaliações formativas, cujos resultados não trazem consequências diretas para a rede, e de forma híbrida e escalonada – isto é, começando primeiro pelas escolas e regiões que estão mais preparadas.

O uso da Inteligência Artificial (IA) também não pode ser ignorado. O uso dessa tecnologia, aliada ao protagonismo do professor, é algo promissor no campo da avaliação, principalmente para acelerarmos o processo avaliativo, entregando resultados mais rápidos, com maior customização e detalhamento de informações. Na avaliação da fluência em leitura, conduzida pelo CAEd e da qual o Espírito Santo também faz parte, a IA possibilitou a correção de áudios de leitura de crianças com maior rapidez e acurácia, além de produzir ainda mais dados sobre o processo de leitura delas. Acredito que isso precisa se estender, aos poucos, a outros modelos de avaliação.

O ambiente digital e a IA também nos levam a uma outra inovação necessária: a avaliação de competências e habilidades mais complexas, que envolvem raciocínio crítico, criatividade e capacidades diversas de interagir com o mundo. Essas dimensões

da aprendizagem são uma demanda cada vez maior da sociedade, principalmente quando habilidades mais elementares, como as da alfabetização, já foram ou estão próximas de serem superadas pela maior parte dos estudantes, como é o caso do Espírito Santo. Isso também dialoga com o contexto da reformulação do ensino médio e da expansão da Educação Profissional e Tecnológica, que se distanciam do currículo vasto e conteudista de outrora em prol de itinerários alinhados às aspirações e vocações de cada jovem, com foco no mercado de trabalho. Nesse sentido, na última etapa da educação básica, as avaliações precisam trazer instrumentos mais complexos e interativos, além de diversificados e associados aos diferentes percursos possíveis que os estudantes têm e terão à sua disposição.

Nenhuma dessas inovações acontecem em laboratórios a portas fechadas. Elas ocorrem dentro das redes, a partir da constante interação entre pesquisadores, gestores e professores. O Espírito Santo e o CAEd entenderam isso ainda no início de sua parceria e do processo avaliativo no estado, uma das razões que fizeram do Paebes uma história de muito sucesso. Como tudo na educação, essa é uma história que nunca vai acabar: novos ciclos surgem a cada ano, com turmas, estudantes e contextos específicos, o que exigirá de nós ainda mais disposição para inovar e atender às demandas da educação pública brasileira.

Que o exemplo do Espírito Santo continue a inspirar caminhos, mostrando que a avaliação, quando bem conduzida, é ferramenta de justiça, equidade e transformação educacional.

CAPÍTULO 4

Repercussões no Sistema Educativo

Capítulo 4 - Repercussões no Sistema Educacional

Giselle Peres Zucolotto

“A avaliação é um dos mecanismos a serviço do funcionamento da democracia, por meio do qual a sociedade recebe informações sobre a qualidade de um serviço que o poder público tem o dever de prestar. Esse é o fundamento político da avaliação.” (Brooke, 2020)

Em consonância com as reflexões desenvolvidas nos capítulos anteriores, é inegável que, nas últimas décadas, a avaliação em larga escala consolidou-se como uma política pública estratégica voltada para o monitoramento da qualidade da educação básica brasileira. O surgimento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), no início da década de 1990, deu início a um processo de institucionalização da avaliação educacional como política de Estado, com o objetivo de superar a ausência de dados consistentes sobre o desempenho escolar e permitir o planejamento educacional com base em evidências, conforme pondera Gatti (2009).

A partir da década de 2000, com o desenvolvimento das avaliações censitárias, e a criação de índices como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), os sistemas estaduais e municipais de educação passaram a instituir seus próprios sistemas de avaliação, e os objetivos estratégicos das avaliações em larga escala foram consideravelmente ampliados. Além do diagnóstico e monitoramento da aprendizagem, os resultados passaram a ser utilizados como mecanismos de transparência, incentivo e prestação de contas à sociedade. Em adição a isso, as avaliações em larga escala passaram também a prover subsídios para a formulação e a reformulação de políticas curriculares, orientar programas de formação docente, identificar desigualdades educacionais intra e inter-regionais, e fomentar a cultura avaliativa nos sistemas de ensino.

Nesse contexto, o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes/Paebes Alfa¹), ao longo dos seus 25 anos, constituiu-se um eixo estruturante da gestão educacional capixaba. Idealizado para aferir a proficiência dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, o Paebes evoluiu para um dispositivo de governança capaz de articular diagnóstico, formulação de políticas, distribuição de recursos e intervenção pedagógica. Os indicadores produzidos pelo Paebes passaram a subsidiar

decisões estratégicas de âmbito administrativo, tais como o cálculo de incentivos financeiros e a reconfiguração dos critérios de repasse intergovernamental, e, simultaneamente, orientar as práticas pedagógicas baseadas em evidências dentro das escolas.

Neste capítulo, serão discutidas as repercussões do Paebes, compreendidas como os feitos e efeitos decorrentes de sua implementação ao longo do tempo. No âmbito administrativo, abordaremos como os dispositivos normativos e os mecanismos de incentivo têm orientado o uso dos dados avaliativos em favor da equidade educacional. Na dimensão pedagógica, demonstraremos de que maneira as evidências geradas pelas avaliações têm influenciado a prática docente, impulsionado programas de reforço da aprendizagem e contribuído para qualificar a formação continuada dos profissionais da educação, reafirmando o papel do Paebes na promoção dos direitos de aprendizagem. Por fim, serão apresentadas as repercussões do programa no campo acadêmico, com destaque para as investigações que o tomam como objeto de análise e reflexão crítica.

Reconhecer que a avaliação é um ato político, implica compreender que o Paebes carrega em si a responsabilidade de refletir as prioridades educacionais do Estado focadas na diminuição das desigualdades. Sua metodologia, instrumentos, critérios de análise e indicadores estão associados a ideais relacionados à transparência, à equidade, ao direito de aprender dos estudantes e ao dever do Estado em garanti-lo.

Repercussões no Âmbito Administrativo: Regulamentações e Políticas de Incentivo

A institucionalização do Paebes como política pública direcionada à melhoria da qualidade do ensino fundamenta-se em dispositivos constitucionais e infraconstitucionais. Traçaremos um breve apanhado de normativas que fundamentam a existência das avaliações externas, desde a esfera nacional até o contexto do nosso estado.

Começamos pela Constituição Federal de 1988, que atribui ao poder público o dever de assegurar padrões mínimos de qualidade, enquanto o art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996, alterada pela Lei n.º 12.796/2013) confere à União a competência de “avaliar a qualidade, o rendimento e os custos da educação no País”. Embora a atribuição seja federal, ela se desdobra em programas nacionais, como o Saeb, e orienta, por simetria federativa, iniciativas estaduais, a exemplo do Paebes.

No âmbito estratégico, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), instituído pela Lei n.º 13.005/2014, respalda o uso de avaliações sistêmicas. A Meta 7, especialmente a estratégia 7.3, determina que estados e municípios implantem, ampliem e aperfeiçoem exames de larga escala, condição que legitima o Paebes no Espírito Santo.

Em âmbito estadual, a Lei n.º 10.382/2015, que aprova o Plano Estadual de Educação (PEE 2015-2025), também prevê a adoção das avaliações para monitorar metas de aprendizagem. A Resolução CEE/ES n.º 3.777/2014 complementa o arcabouço, regulando a organização, o funcionamento e a avaliação das instituições de educação básica. Ela determina, em seus Arts. 195 e 210, que o rendimento do ensino fundamental e médio seja aferido pelo Paebes, no âmbito estadual, e pelo Saeb, no âmbito nacional.

Do ponto de vista dos fundamentos legais e normativos, destaca-se ainda a Portaria Estadual Sedu n.º 003-R, de 13 de janeiro de 2023, que atualiza o marco regulatório das avaliações externas no Espírito Santo ao reestruturar o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica (Sicaeb), instituído originalmente pela Portaria n.º 151-R/2010. O Sicaeb passou a englobar três componentes: Avaliação Diagnóstica, Avaliação de Fluência em Leitura e o Paebes. A mesma portaria consolidou também o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Espírito Santo (Idebes) como indicador-chave da qualidade da educação no Espírito Santo calculado pela combinação de taxas de fluxo escolar e proficiência anual obtida nos testes do Paebes. Desse modo, o Paebes tornou-se um mecanismo de governança e transparência para orientar decisões de gestão.

A avaliação educacional, nesse contexto, é compreendida como instrumento de regulação, planejamento e controle social das políticas públicas. Nesse sentido, outras regulamentações, incentivos e programas emergiram como elementos integrados de gestão das políticas públicas baseados em dados para a tomada de decisões.

Políticas de Incentivos

Esta lógica também está alinhada com as reformas recentes no financiamento da educação básica. O Novo Fundeb, regulamentado pela Lei n.º 14.113/2020, trouxe uma novidade denominada Valor Aluno-Ano Resultado (VAAR), que direciona recursos suplementares da União às redes que demonstram avanço em indicadores de desempenho, fluxo e redução de desigualdades, baseados nos resultados do Saeb. Assim, os dados obtidos por meio de avaliações externas, como o Saeb, ganham relevância como critério técnico para a alocação equitativa de recursos, não como

elementos estruturantes do fundo em si, mas como referências para sua execução redistributiva.

No Espírito Santo, a articulação entre avaliação e distribuição de recursos foi institucionalizada pela Lei Estadual n.º 11.227, de 29 de dezembro de 2020, que criou o Índice de Qualidade da Educação (IQE). A norma determina que parte da quota-parte municipal do ICMS seja repartida com base no desempenho aferido pelo Paebes. O IQE é calculado de acordo com metodologia específica, contemplando três indicadores principais derivados do Paebes: a Proficiência média anual dos estudantes das redes municipais em Língua Portuguesa e Matemática; a Participação dos estudantes e distribuição nos níveis de desempenho; e a Taxa média de aprovação. A lei estabelece ainda, que somente os municípios formalmente aderentes ao Paebes farão jus ao rateio previsto, reforçando o caráter indutor das avaliações externas na política de financiamento educacional capixaba. Desse modo, o IQE traduz os resultados das avaliações em indicadores concretos que orientam a política de incentivo fiscal para a educação, direcionadas a melhorias na aprendizagem em nível municipal.

Nesse ecossistema, vale mencionar a importância das parcerias firmadas a partir de 2015, com os 78 municípios capixabas por meio de Acordos de Cooperação Técnica que tinham como objetivo garantir o compromisso entre o governo do estado e municípios na realização contínua do Paebes.

A partir de 2023, os Protocolos de Intenções formalizados entre a Sedu e os municípios capixabas, no âmbito das ações do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes), reforçam o compromisso do Estado em fomentar o regime de colaboração entre as redes municipais e a rede estadual de ensino, a partir do diálogo permanente e de ações conjuntas voltadas ao fortalecimento da aprendizagem e a melhoria dos indicadores educacionais dos alunos da educação infantil e do ensino fundamental no Espírito Santo, com metas específicas para orientar ações de alfabetização, redução da distorção idade-série, formação continuada e promoção da equidade, o que envolve diretamente as avaliações externas realizadas pela Sedu, como a Avaliação de Fluência em Leitura, direcionada aos estudantes do 2º ano, e bem como, o Paebes.

No âmbito das políticas direcionadas aos profissionais da educação, o primeiro mecanismo de incentivo institucionalizado na rede estadual de ensino que utilizou os resultados do Paebes como base de cálculo foi a Bonificação por Desempenho – o “Bônus Desempenho”, criado pela Lei Complementar n.º 504, de 20 de novembro de 2009 e operacionalizado, a partir do ciclo avaliativo 2010, pelo Decreto n.º 2 761-R, de 31 de maio de 2011. O Bônus é uma premiação financeira anual, cujo valor é determi-

nado a partir da combinação de indicadores institucionais e do desempenho individual. Os critérios de pagamento do bônus são definidos por decretos e portarias complementares, que estipulam as metas pactuadas e os indicadores de desempenho coletivos, derivados dos resultados do Paebes, e indicadores individuais. Assim, configura-se como uma política de valorização profissional voltada aos servidores da Secretaria de Estado da Educação, com a finalidade de reconhecer e incentivar o comprometimento e os resultados alcançados.

Inserir-se também neste contexto de política educacional de incentivo, o Prêmio Escola que Colabora - PEC. Instituído pela Lei nº 10.880/2018 e regulamentado pelo Decreto nº 5.410-R/2023 e pela Portaria nº 155-R/2023, o programa tem como finalidade melhorar a qualidade da educação básica nos municípios signatários do Paes e na rede estadual capixaba e representa um esforço da Secretaria de Estado da Educação (Sedu) para promover um modelo de incentivo que combina elementos de reconhecimento financeiro e cooperação técnica e pedagógica, considerando os resultados do Paebes. Atualmente as 50 escolas que apresentam os melhores resultados, recebem o valor de R\$70 mil, objetivando incentivá-las a manter e expandir práticas de sucesso. Essas escolas também apoiam outras 50 unidades com desempenho abaixo da média, formando parcerias técnico-pedagógicas que podem durar até dois anos. Para facilitar essa troca de experiências, as escolas apoiadas recebem R\$50 mil para investimento em ações pedagógicas e compra de materiais.

Essa estratégia busca estimular melhorias sem estigmatizar as escolas com maiores desafios, promovendo uma cultura de colaboração entre elas. Para concorrer à premiação ou receber o auxílio, a escola deve promover a participação de, pelo menos, 90% de seus estudantes no Paebes. Esta porcentagem inibe práticas de exclusão estratégica de alunos de baixo desempenho, evitando vieses de não resposta e assegura a representatividade estatística robusta das médias e da dispersão.

Repercussões no engajamento das redes

Para ilustrar a movimentação e engajamento das escolas, traçamos uma linha histórica da participação dos estudantes desde a origem do programa. A apresentação separada do Paebes e do Paebes Alfa justifica-se pelo fato de a avaliação dessas etapas ter ocorrido em anos distintos nos anos iniciais do programa. Apesar de o Paebes ter seu marco inaugural no ano de 2000, até 2008 a avaliação era realizada em anos intercalados, em etapas distintas e com abrangência limitada. A partir de 2009, o

programa passou a contar com a adesão de 76 dos 78 municípios capixabas, tornando-se censitário para as redes públicas estadual e municipais, a partir de 2010. O gráfico 1 a seguir, retrata bem a participação nesses períodos.

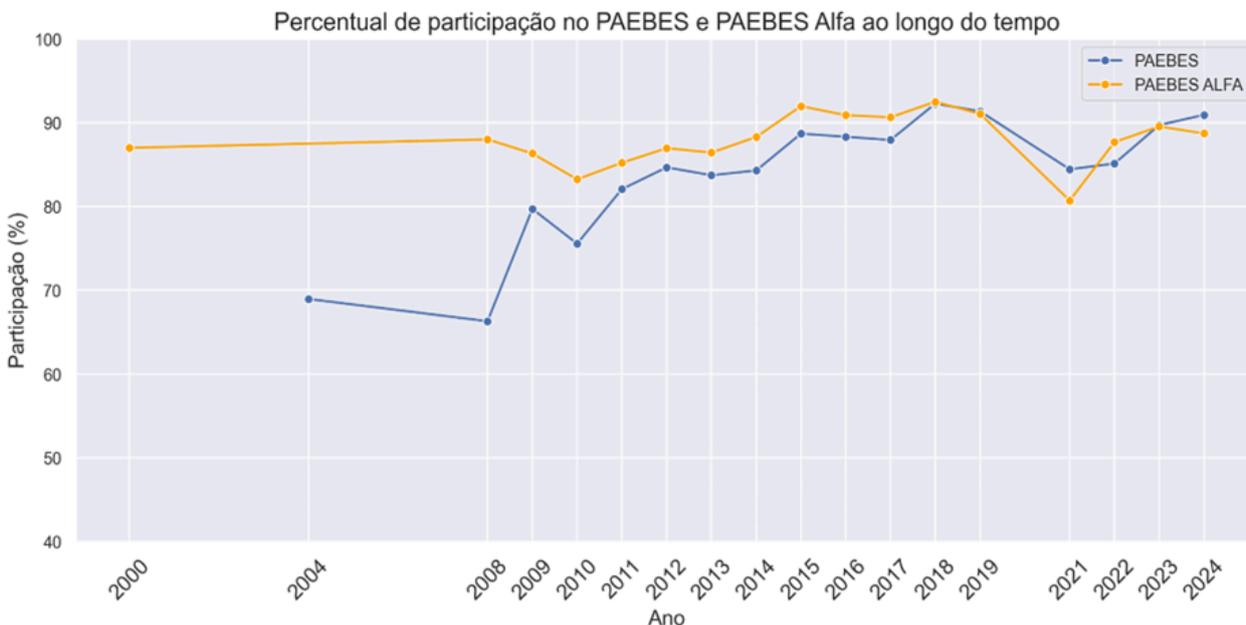


Gráfico 1 - Série Histórica de Participação Paebes e Paebes Alfa da rede Pública.
Fonte: Sedu/ES – Gerência de Avaliação – GEA, 2025.

Podemos observar no Gráfico 1 o crescimento contínuo da participação dos estudantes, sendo a linha azul representativa do Paebes e a linha amarela correspondente ao Paebes Alfa. A partir do ano de 2011, destaca-se a consolidação dos índices de participação, com valores superiores a 85%. No período compreendido entre 2014 e 2019, a participação no Paebes Alfa manteve-se consistentemente acima de 90%. Após uma redução acentuada observada em 2021, decorrente dos efeitos do contexto pandêmico, verificamos uma clara tendência de recuperação nos anos subsequentes, com aumento gradual na participação estudantil em ambas as avaliações.

Para demonstrar a alta taxa de engajamento no programa, apresentamos a seguir um recorte do percentual das escolas que obtiveram alta participação, alcançando índices iguais ou superiores a 90% nas edições de 2013 a 2024. Precisamos fazer este recorte temporal, sem desmerecer os esforços das redes em anos anteriores, pois os microdados com as informações pertinentes ao estudo passaram a apresentar padronização a partir de 2013, assegurando maior consistência e comparabilidade na série histórica analisada.

Percentual de Escolas com Alta Participação (Paebes e Paebes Alfa \geq 90% de participação por Ano)

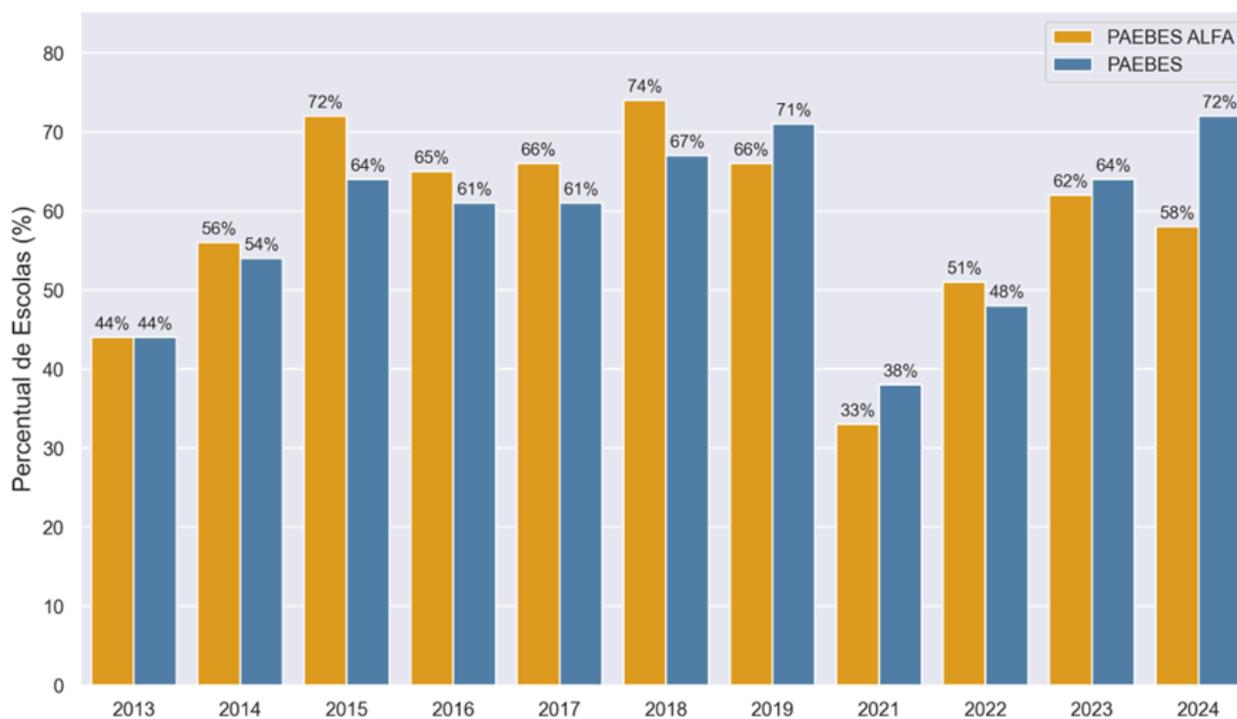


Gráfico 2 - Escolas com percentual de participação acima de 90% no Paebes e Paebes Alfa da rede Pública. Fonte: Elaboração Gerência de Avaliação – GEA/Sedu/ES, 2025.

Observamos no Gráfico 2 uma evolução do percentual de escolas públicas com participação igual ou superior a 90% nas avaliações do Paebes e Paebes Alfa, no período de 2013 a 2024. Houve uma tendência de crescimento deste indicador até 2018, com patamares superiores a 70% em ambos os programas. Em 2021, notamos uma queda acentuada marcada pelo período pós pandêmico, o que foi gradualmente recuperado nos anos subsequentes, chegando em 2024 a 72% de escolas que alcançaram alta participação no Paebes e 58% de escolas no Paebes Alfa. Esses dados evidenciam o impacto das adversidades impostas pelo contexto pandêmico, bem como a resiliência e o esforço das redes públicas para restabelecer altos níveis de participação nas avaliações externas.

Nesse sentido, retomamos a reflexão de Bonamino (2022) sobre a exigência de participação nos testes como condição para tornar visíveis as desigualdades: “A própria política, formulada a partir de critérios meritocráticos, introduz também critérios de equidade ao exigir uma alta taxa de participação na avaliação, que será capaz de evidenciar as desigualdades de aprendizagem.” Desse modo, promover a participação massiva dos estudantes converge com o princípio da equidade, uma vez que maximiza a representatividade estatística e evidencia as lacunas de aprendizagem que demandam intervenção do poder público.

Repercussões no Âmbito Pedagógico

Assim como há políticas e dispositivos legais voltados à normatização e ao financiamento da educação, a regulamentação das políticas educacionais no Brasil compreende também um conjunto normativo responsável por orientar as práticas pedagógicas e estabelecer as expectativas de aprendizagem no contexto escolar. A seguir, faremos um breve percurso por essas normativas, as quais respaldam a existência das avaliações como parte integrante do processo educativo.

Iniciemos pela nossa Carta Magna de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, a qual, em seu Artigo 205, estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988). Tal dispositivo confere à educação um caráter formativo integral, reconhecendo-a como direito fundamental do cidadão e dever compartilhado entre Estado, família e sociedade.

Em complementação às diretrizes constitucionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece os fundamentos legais para a organização da educação nacional, conferindo aos sistemas de ensino autonomia para definir suas propostas pedagógicas e seus currículos desde que alinhadas aos princípios de qualidade, equidade, gestão democrática e valorização da diversidade.

Nesse escopo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e, em 2018, para o ensino médio, representa um marco normativo curricular que busca consolidar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento ao longo da Educação Básica. A BNCC define um conjunto de aprendizagens essenciais a serem garantidas a todos os estudantes brasileiros, respeitando a diversidade regional e sociocultural do país, com vistas à promoção da equidade e à redução das desigualdades educacionais.

No Espírito Santo, a implementação das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) concretiza-se por meio do Currículo do Espírito Santo – Ensino Fundamental, instituído pela Portaria SEDU nº 168-R, de 28 de dezembro de 2020, e do Currículo do

Espírito Santo – ensino médio, lançado posteriormente, em 2022, por meio da Portaria SEDU nº 138-R, de 23 de junho de 2022. Ambos os documentos foram construídos de forma colaborativa e em consonância com os marcos normativos nacionais, com o objetivo de orientar o trabalho pedagógico nas escolas e enfrentar os desafios relacionados à aprendizagem.

Nesse mesmo cenário, a Sedu elabora anualmente as Orientações Curriculares, que funcionam como um guia de implementação do currículo, organizando os conhecimentos e expectativas de aprendizagem por trimestre. As orientações oferecem referências para a elaboração de planos de ensino e promovem um realinhamento curricular contínuo, permitindo ao corpo docente refletir criticamente sobre suas práticas e adotar estratégias de ensino que potencializem aprendizagens significativas e de qualidade para todos os estudantes.

A partir desse breve percurso em torno das regulamentações orientadas ao campo pedagógico, é possível perceber que as normativas educacionais e os objetivos das avaliações externas convergem para um mesmo ponto: a defesa do direito à aprendizagem, fundamentado nos princípios da equidade e da qualidade social.

Avaliação como ato pedagógico

Nesse contexto normativo, orientado à promoção da garantia do direito de aprendizagem dos estudantes, a avaliação educacional deve ser compreendida como componente indissociável do ato pedagógico, integrando-se à tríade: planejamento, execução e avaliação. À luz da concepção defendida por Cipriano Carlos Luckesi, referência nacional nos estudos sobre avaliação escolar, o sentido pedagógico da avaliação consiste em investigar a qualidade da realidade para tomar decisões que promovam o crescimento (LUCKESI, 2011). Trata-se de uma prática operacional, diagnóstica e ética, sustentada pelo acompanhamento contínuo do percurso formativo.

Segundo o autor, a avaliação é operacional porque se articula diretamente ao planejamento e à execução das ações pedagógicas, funcionando como instrumento de suporte e reajuste da prática docente (LUCKESI, 2005). É diagnóstica na medida em que identifica, de forma contínua e contextualizada, avanços e dificuldades de aprendizagem, permitindo intervenções que promovam o sucesso escolar. E é, sobretudo, ética, pois implica decisões que impactam a trajetória dos estudantes, exigindo do educador compromisso com a inclusão, a justiça e a garantia de oportunidades reais de aprendizagem para todos (LUCKESI, 2011).

Em perspectiva convergente, Soares (2009) argumenta que os dados gerados pelas avaliações em larga escala constituem insumos fundamentais para a gestão educacional, sobretudo quando mobilizados a partir de uma perspectiva de justiça social.

Com base nessa compreensão, o Paebes cumpre sua função operacional, diagnóstica e ética. Embora possua natureza eminentemente somativa, dado que é aplicado ao término de cada ciclo escolar, seus resultados são devolvidos às unidades de ensino com finalidade formativa: subsidiar o planejamento docente, fomentar intervenções pedagógicas e sustentar processos de recomposição das aprendizagens.

Para que essa função pedagógica seja levada a efeito, o processo avaliativo deve estar comprometido com a transformação da realidade escolar e com a promoção da aprendizagem. A análise contextualizada dos dados, integrada a informações sobre clima escolar e práticas didáticas, possibilita a compreensão dos desafios específicos de cada escola e potencializa a tomada de decisões orientadas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Esse potencial para promover a equidade se materializa, por exemplo, quando os resultados são desagregados por recortes como cor/raça, sexo e nível socioeconômico, possibilitando a identificação de desigualdades estruturais e a formulação de políticas públicas capazes de enfrentá-las de forma progressiva e contínua.

Considerando essa perspectiva, a Sedu vem articulando um conjunto organizado de iniciativas para enfrentar as desigualdades de aprendizagem na rede. Apresentaremos a seguir um pouco de cada uma dessas ações que dialogam diretamente com o uso pedagógico dos resultados das avaliações externas.

O ponto de partida desse processo é o Diagnóstico Escolar, etapa indispensável para qualificar a tomada de decisões. A partir desse levantamento, a escola obtém um retrato objetivo das suas condições e desafios, evitando que o planejamento se fundamente em percepções ou suposições. Antes de definir metas e estratégias, a equipe escolar deve analisar os fatores que impactam negativamente os indicadores educacionais e que a afastam das metas projetadas pela rede. As escolas devem lançar um olhar atento a indicadores como taxas de aprovação e reprovação, abandono escolar, resultados do Ideb e do Idebes, resultados do Paebes, e de outras avaliações externas realizadas pelos estudantes: a Avaliação de Fluência em Leitura, Avaliação Diagnóstica, Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem (AMA) e Avaliação Socioemocional.

Outras informações contextuais ou especificidades locais consideradas relevantes também devem ser observados pela equipe escolar ao elaborarem o diagnóstico escolar. O perfil discente requer atenção especial, contemplando variáveis como distorção idade-série, inclusão de estudantes público da educação especial, desigualdades associadas à raça, gênero e condição socioeconômica, habilidades socioemocionais e projetos de vida dos estudantes. A análise crítica desses dados deve resultar em sínteses que apontem os principais desafios de aprendizagem e orientem a definição de prioridades. Com o apoio do supervisor escolar, a escola seleciona os problemas mais críticos e elabora seu Plano de Ação, estruturando intervenções com foco em avanços efetivos nos resultados educacionais.

O Plano de Ação da Escola constitui o documento orientador das práticas da unidade de ensino, detalhando mapas de ação específicos para cada etapa e modalidade escolar. Partindo dos objetivos estratégicos e finalísticos da Sedu e dos indicadores educacionais da própria escola, a equipe define as iniciativas viáveis para superar os desafios diagnosticados objetivando alcançar as metas estabelecidas. Com base no diagnóstico, nos desafios priorizados, nas metas/indicadores e nas lições do ciclo anterior, a equipe elabora seus Mapas de Ação. O primeiro passo é explicitar o desafio a enfrentar e o resultado esperado para cada iniciativa. Em seguida, descrevem-se as ações, indicam-se os responsáveis, especifica-se o produto que permitirá o monitoramento, distribuem-se tarefas e definem-se prazos de início e término. Na construção desses mapas, a escola deve contemplar outras ações e atores, de forma integrada, tais quais: os programas e projetos da Sedu a serem incorporados ao plano; a participação discente no planejamento das ações; o acolhimento e intervenções pedagógicas para estudantes oriundos da busca ativa; as estratégias de redução das desigualdades relacionadas a raça e gênero, alinhadas à gestão escolar para a equidade racial; as ações formativas voltadas às equipes pedagógica e docente; e enfim, as práticas de recuperação, recomposição e mitigação das lacunas de aprendizagem.

Dentre os programas implementados com foco na diminuição das desigualdades de aprendizagem, destaca-se o Programa de Fortalecimento da Aprendizagem (PFA), instituído por meio da Portaria N° 349-R, de 23 de dezembro de 2022. Trata-se de uma intervenção pedagógica voltada a reduzir desigualdades e lacunas de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática entre os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio da rede estadual. A iniciativa prevê aulas semanais de reforço e recuperação, com material estruturado, direcionado às necessidades dos estudantes.

Outra iniciativa estruturada, a partir do ano de 2024 e de forma integrada, é o Programa de Recomposição das Aprendizagens. Trata-se de um conjunto de iniciativas articuladas e sistematicamente organizadas que visam superar as defasagens de aprendizagem, e orientar os estudantes a desenvolver as habilidades necessárias para prosseguir com êxito em sua trajetória escolar. Dentre essas ações, destacam-se: a busca ativa para garantir o retorno e a permanência dos alunos na escola; a prevenção à evasão escolar; a diminuição dos índices de reprovação; a definição de prioridades curriculares nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática; o uso de materiais didáticos específicos; a aplicação de avaliações com função diagnóstica e formativa; bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas intencionais, apoiadas por processos formativos direcionados aos educadores voltados para o fortalecimento das aprendizagens ainda não consolidadas.

Com o objetivo de atuar de forma pontual nas necessidades de aprendizagem dos estudantes, a partir de 2024 também foram implantadas as Rotinas Pedagógicas Escolares (RPE), com a disponibilização de material didático estruturado, elaborado a partir das Orientações Curriculares priorizadas em Língua Portuguesa e Matemática, inicialmente voltadas para as séries do ensino médio. Em 2025, essas rotinas foram ampliadas para contemplar turmas do 5º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do ensino médio, promovendo a sistematização das ações de recomposição em diferentes etapas da escolarização. O Currículo priorizado organiza as habilidades e os conhecimentos essenciais nestes componentes curriculares, com o propósito de garantir a uniformização dos conteúdos mínimos trabalhados na rede estadual. Dessa forma, busca-se assegurar que todos os estudantes tenham acesso a esses conhecimentos no mesmo período letivo, minimizando as disparidades nos conteúdos abordados entre as diferentes unidades escolares da rede.

Outra importante ação implementada com foco na melhoria da aprendizagem, é a criação do Programa Escola do Futuro, instituído por meio da Portaria nº 263-R de 29/11/2023, com oferta ampliada nos anos posteriores, que busca promover uma educação pública mais atualizada e integral, incorporando metodologias pedagógicas inovadoras e tecnologias ao cotidiano escolar. Suas diretrizes estão alinhadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e à Política Nacional de Educação Digital. Ademais, o Programa contribui para os pressupostos da BNCC e do currículo estadual. As inovações metodológicas implementadas com a Escola do Futuro sugerem uma mudança nas práticas

pedagógica e conseqüentemente maior protagonismo e engajamento dos estudantes na aprendizagem.

Para garantir a organização e o monitoramento integrado de todas essas ações institucionalizadas, a Sedu utiliza, como instrumento de gestão pedagógica nas escolas, o Circuito de Gestão Capixaba (CDG), metodologia que toma os resultados do Paebes e de outros indicadores da rede como referência para a definição de metas, para orientar a elaboração de planos de ação das escolas e o acompanhamento de indicadores estruturantes como aulas ministradas, frequência discente e médias de desempenho por componente curricular. O CDG é uma metodologia que organiza e orienta a gestão pedagógica nas escolas, estruturando etapas de planejamento, execução, monitoramento e correção de rotas. O processo tem início com a definição da meta de aprendizagem, a partir da qual a equipe escolar elabora o Plano de Ação, considerando as realidades e especificidades locais. Esse plano é acompanhado por visitas técnicas, realizadas pelos(as) supervisores(as) escolares, que apoiam e orientam os gestores na qualificação das práticas pedagógicas e na melhoria dos resultados. Para a definição e o acompanhamento das metas para cada escola, utiliza-se o Ideb, indicador estadual anual que combina dados do Paebes e do fluxo escolar. Ao longo do ano, o monitoramento baseia-se em indicadores estruturantes, como aulas ministradas, frequência dos estudantes e notas por componente curricular e ano/série, que permitem verificar se a escola está caminhando em direção às metas estabelecidas.

A importância dos profissionais da educação no processo avaliativo

Todas essas ações só se tornam viáveis graças ao comprometimento direto dos profissionais da educação. Professores, equipes escolares, gestores, técnicos das regionais e das secretarias municipais e estadual, são os agentes principais no processo de conversão das normativas em realidade concreta. Conforme aponta Mainardes (2006; 2018) são eles que interpretam, traduzem e ajustam as diretrizes oficiais às condições, culturas e necessidades específicas de cada escola. Ao fazê-lo, exercem agência criativa, negociando sentidos, mobilizando recursos e articulando saberes práticos que não estavam previstos nos documentos formais. Esse trabalho cotidiano, muitas vezes invisível, garante a continuidade das ações, alimenta ciclos de monitoramento e retroalimenta os formuladores das políticas com evidências valiosas sobre resultados, desafios e possibilidades de aprimoramento.

Sob esta perspectiva, a consolidação de qualquer política pública, para além das normativas e do financiamento adequado, depende do compromisso e da capacidade

reflexiva desses profissionais em transformar princípios abstratos em práticas pedagógicas e de gestão que promovam o direito de aprender a todos os estudantes.

Assim, para que a avaliação cumpra seu papel formativo e orientador de políticas públicas, ela deve ser apropriada pelos profissionais da educação. Isso implica investir em formação continuada e acesso qualificado aos dados, reconhecendo a importância de fornecer subsídios para que o professor se aprimore continuamente em sua trajetória profissional.

Nesse sentido, a Sedu sistematiza uma série de ações relacionadas às devolutivas e à disseminação e apropriação dos resultados da avaliação, tais como: as Oficinas de Apropriação dos Resultados do Paebes, a Disponibilização dos dados e orientações para a leitura dos resultados na Plataforma Avaliação e Monitoramento do Espírito Santo²⁰, as Coleções de Divulgação e Apropriação de Resultados do Paebes, os Painéis Visuais BI de Resultados das Avaliações, bem como cursos de formação continuada direcionados aos profissionais da educação. Essas ações serão brevemente abordadas a seguir.

Após a divulgação oficial dos resultados do Paebes, os dados são discutidos na Oficina de Apropriação dos Resultados, dirigida a representantes das SREs, coordenadores municipais e gestores escolares. Nela, os participantes são estimulados a utilizar os recursos da Plataforma Avaliação e Monitoramento, que disponibiliza dados por rede, escola, turma e estudante, além de fatores associados (questionários contextuais) relativos a condições socioeconômicas, clima escolar, raça e sexo. Com esse repertório, podem apoiar as escolas na formulação de intervenções focadas na aprendizagem, monitorar desigualdades e analisar a evolução histórica de cada unidade.

Com o objetivo de fortalecer a formação dos profissionais da educação, são disponibilizadas também na Plataforma as Coleções de Divulgação e Apropriação de Resultados do Paebes²¹. Já tratados no capítulo anterior, os relatórios da avaliação, também conhecidos como Revistas Pedagógicas, trazem informações e análises valiosas sobre cada edição no sentido de apropriação efetiva dos resultados da avaliação.

²⁰Os resultados das avaliações podem ser acessados na Plataforma Avaliação e Monitoramento do Espírito Santo de acordo com os perfis de cada profissional no seguinte endereço eletrônico: <https://avaliacaoemonitoramentoespiritosanto.caeddigital.net#!/resultados>.

²¹As Coleções de Divulgação e Apropriação de Resultados podem ser acessadas na Plataforma Avaliação e Monitoramento do Espírito Santo no seguinte endereço eletrônico: <https://avaliacaoemonitoramentoespiritosanto.caeddigital.net#!/colecoes>.

Outra estratégia criada para a divulgação dos resultados de forma prática e de fácil acesso a todos, são os Relatórios das Avaliações Externas - Painéis GEA, disponibilizados por meio de relatórios eletrônicos de business intelligence (BI)²², os quais trazem informações sucintas e auxiliam na interpretação e correlação de resultados da avaliação.

No contexto das ações formativas, vale mencionar os cursos ofertados por meio do Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo (Cefope).²³ Instituído pela Lei nº 10.149, de 17 de dezembro de 2013, o Cefope configura-se como o núcleo estratégico de promoção e articulação das políticas de formação e desenvolvimento dos profissionais da educação no Estado do Espírito Santo. Nos últimos anos, a Sedu tem ofertado diversos cursos sobre avaliação educacional, capacitando os profissionais a interpretar e aplicar os resultados das avaliações externas em suas práticas pedagógicas e a compreender o processo avaliativo como instrumento de melhoria da qualidade do ensino.

Outra iniciativa que vale ser mencionada são os cursos de capacitação oferecidos pela Sedu em parceria com Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - Caed/UFJF. Ao longo da existência do programa foram realizados diversos cursos com a temática da avaliação educacional, como as Oficinas de Elaboração de Itens de Avaliação, Oficinas de Apropriação Pedagógica dos Resultados das Avaliações, e Cursos de Gestão do Currículo e Ação Avaliativa.

Essas iniciativas se alinham à compreensão de que “os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas” (MAINARDES, 2006).

Resultados de aprendizagem ao longo dos anos

Com o propósito de oferecer uma síntese clara e objetiva, apresentamos a seguir um panorama da série histórica do Paebes, no período de 2009 a 2024. A escolha desse recorte temporal fundamenta-se na padronização da aplicação dos testes a partir de 2009.

²²Os painéis com os relatórios eletrônicos de business intelligence (BI) encontram-se disponíveis no seguinte site: <https://sites.google.com/edu.es.gov.br/painel-gea>.

²³A plataforma do Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo (Cefope) pode ser acessada por meio deste endereço eletrônico: <https://formacoes.sedu.es.gov.br/>.

Os dados utilizados concentram-se nas etapas avaliadas pelo Paebes entre o 5º ano do Ensino Fundamental e a 3ª série do ensino médio, contemplando tanto a rede estadual quanto as redes municipais, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Optou-se por não incluir o Paebes Alfa nesta análise, por critérios técnicos de padronização e consistência estatística nas etapas de aplicação ao longo dos anos, o que inviabiliza comparações consistentes e adequadas para a consolidação de análises longitudinais em séries temporais a partir dos microdados disponíveis.

Os valores de proficiência média apresentados a seguir correspondem à média aritmética das proficiências individuais dos estudantes da rede pública, estimadas com base na Teoria da Resposta ao Item (TRI). Ressalta-se que essas médias não correspondem diretamente aos intervalos das escalas originais de proficiência utilizados para os diferentes componentes curriculares avaliados no Paebes, apresentados em capítulo anterior. Para fins de visualização e análise comparativa, os dados foram padronizados, o que pode implicar diferenças numéricas em relação às escalas por componente curricular e etapa de ensino, sem comprometer, contudo, a validade das análises realizadas.

Os gráficos a seguir representam a série histórica da proficiência média dos estudantes. A linha contínua representa a média de proficiência ao longo dos anos, enquanto a área sombreada ao redor da linha corresponde ao desvio padrão, que indica a dispersão dos resultados individuais em torno da média.

Como já mencionado no capítulo anterior, o desvio padrão é uma medida estatística que mostra o grau de variação ou dispersão de um conjunto de valores em relação à média. No contexto dos gráficos, quanto maior o desvio padrão, mais heterogêneo foi o desempenho dos estudantes naquele ano — ou seja, havia grande diferença entre os alunos com maiores e menores proficiências. Por outro lado, um desvio padrão menor indica que os estudantes apresentaram desempenhos mais uniformes, com menor desigualdade nos resultados.

Série Histórica Proficiência Média do Paebes - 5º ano EF

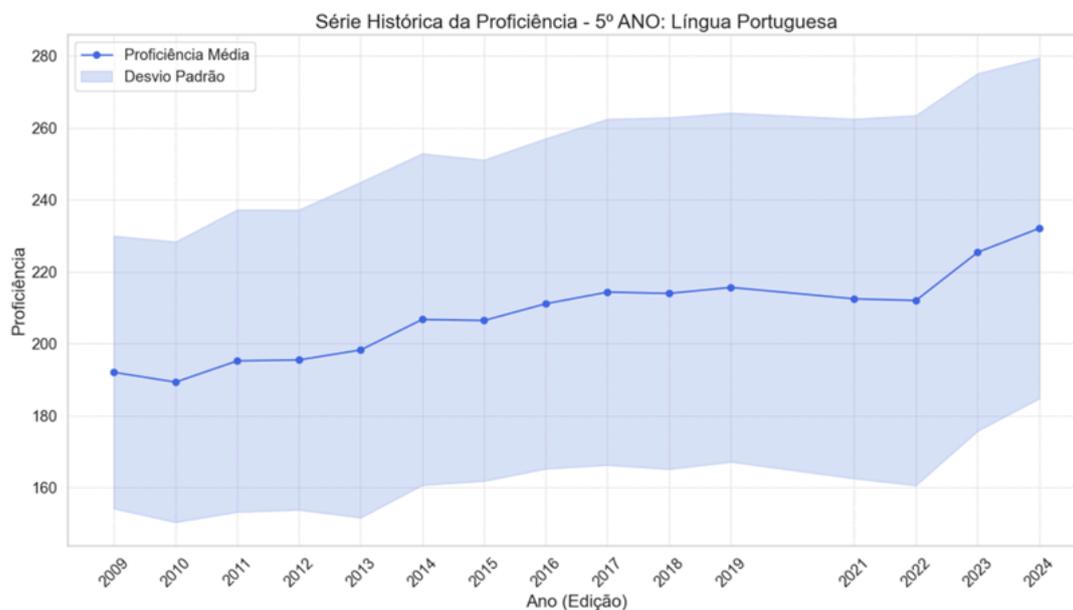


Gráfico 3 - Série Histórica da Proficiência Média do Paebes - 5º ano EF Língua Portuguesa. Fonte: Elaboração Gerência de Avaliação – GEA/Sedu/ES, 2025.

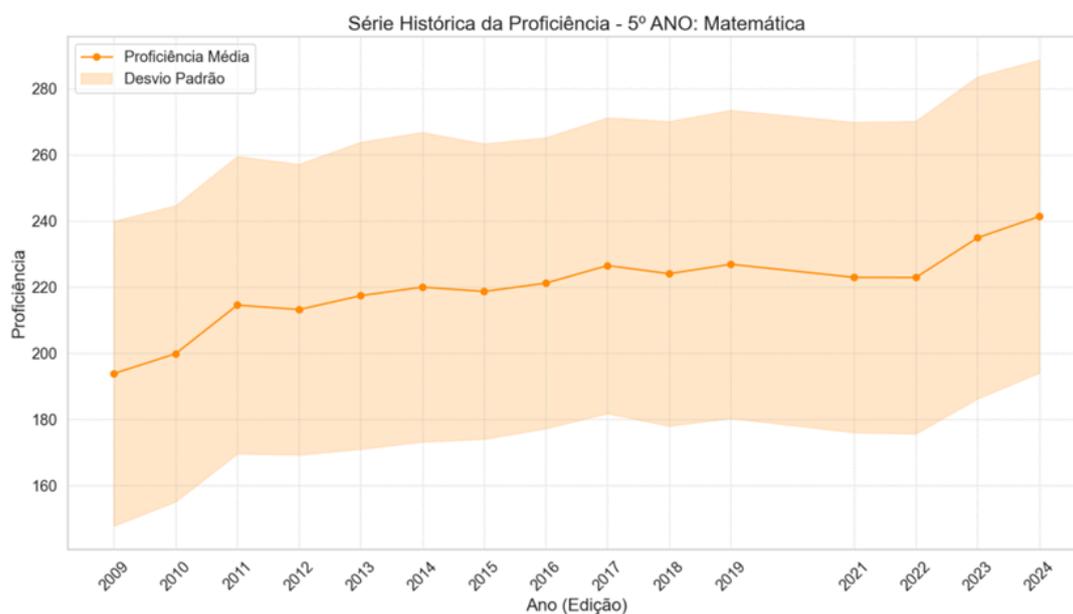


Gráfico 4 - Série Histórica da Proficiência Média do Paebes - 5º ano EF - Matemática. Fonte: Elaboração Gerência de Avaliação – GEA/Sedu/ES, 2025.

Série Histórica Proficiência Média do Paebes - 9º ano EF

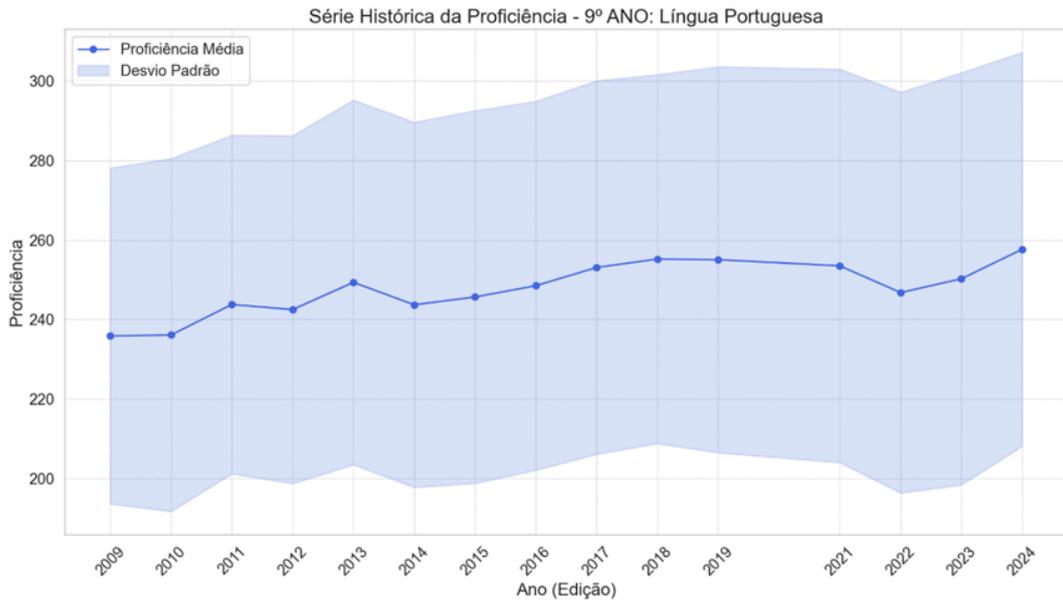


Gráfico 5 - Série Histórica da Proficiência Média do Paebes - 9º ano EF Língua Portuguesa. Fonte: Elaboração Gerência de Avaliação – GEA/Sedu/ES, 2025.

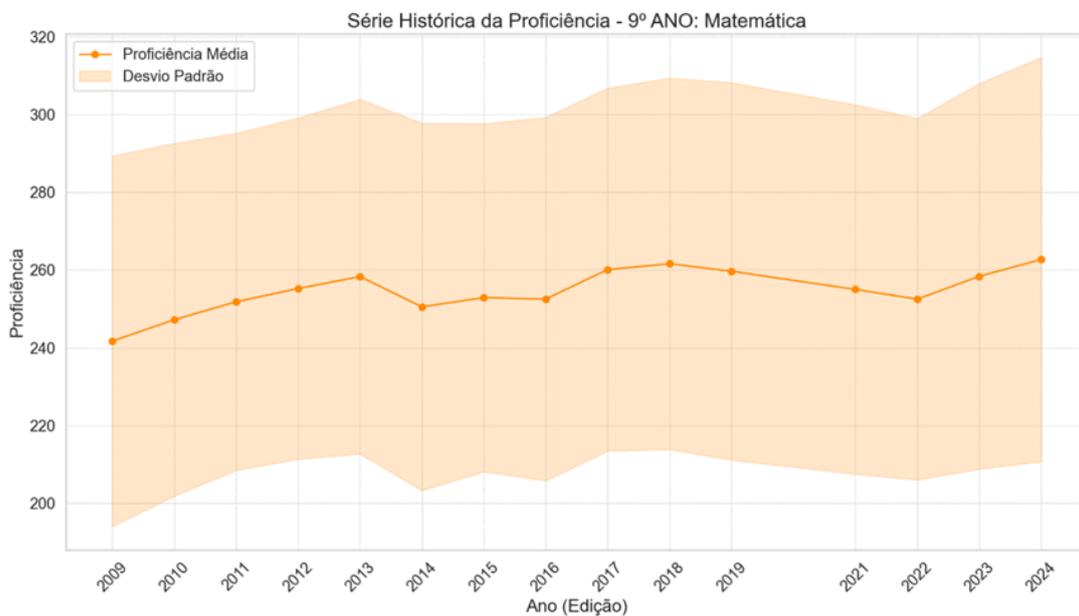


Gráfico 6 - Série Histórica da Proficiência Média do Paebes - 9º ano EF - Matemática. Fonte: Elaboração Gerência de Avaliação – GEA/Sedu/ES, 2025.

Série Histórica Proficiência Média do Paebes - 3ª Série EM

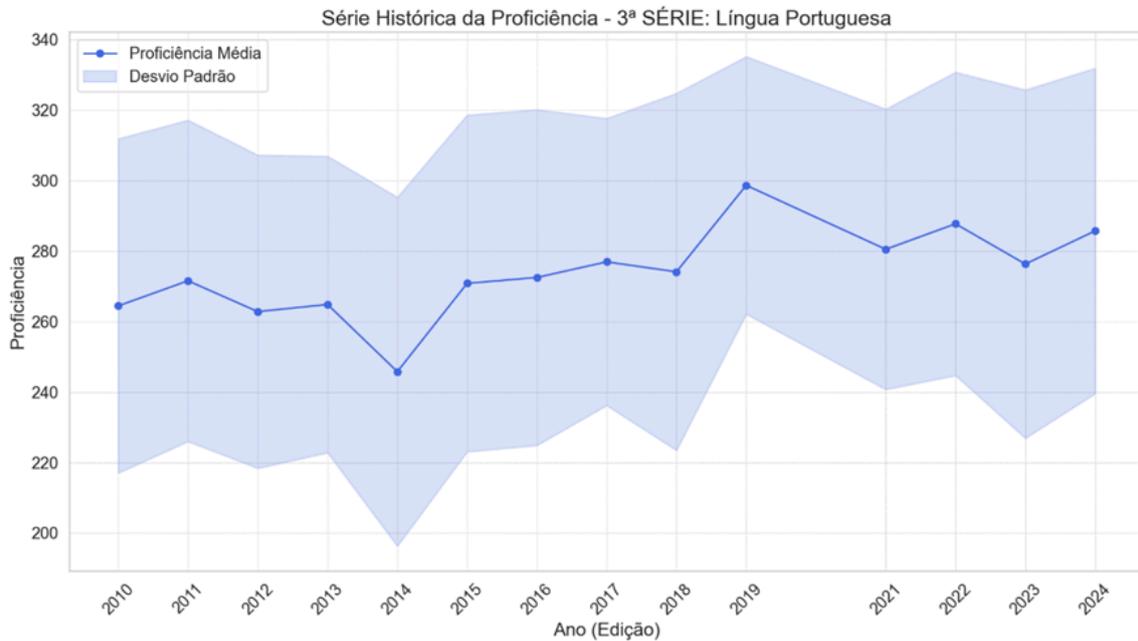


Gráfico 7 - Série Histórica da Proficiência Média do Paebes - 3ª série EM - Língua Portuguesa. Fonte: Elaboração Gerência de Avaliação – GEA/Sedu/ES, 2025.

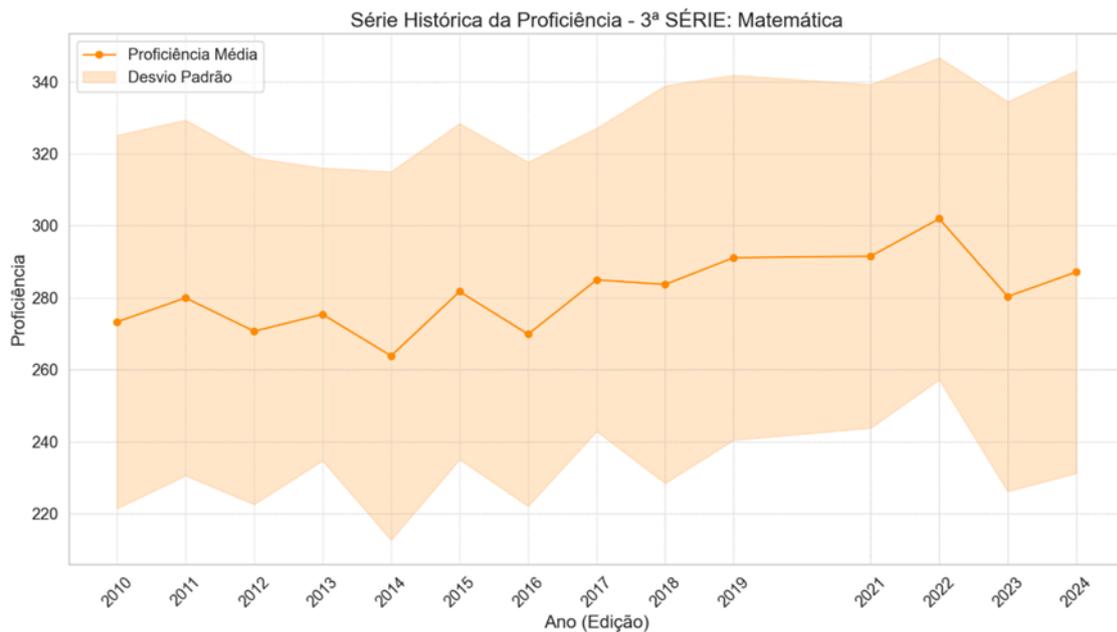


Gráfico 8 - Série Histórica da Proficiência Média do Paebes - 3ª série EM - Matemática. Fonte: Elaboração Gerência de Avaliação – GEA/Sedu/ES, 2025.

A análise longitudinal dos indicadores do Paebes evidencia que os maiores avanços se concentram nos anos iniciais do ensino fundamental. O desempenho do 5º ano demonstra ganhos consistentes acompanhados de maior equidade intraescolar, sinalizando efetividade das políticas de alfabetização, acompanhamento pedagógico e formação docente focada. Nos anos finais do ensino fundamental, a trajetória é mais lenta e desigual. No 9º ano, os resultados em Língua Portuguesa permanecem estáticos, enquanto matemática registra progresso gradual. Esse quadro indica a necessidade de reforçar o desenvolvimento de leitura crítica e letramento científico, bem como de aprimorar a transição curricular entre etapas.

O ensino médio configura-se como o maior desafio estrutural. As oscilações expressivas nas médias, o aumento do desvio-padrão e ganhos líquidos modestos revelam que ainda estamos travando uma luta árdua no combate às desigualdades. A recomposição das aprendizagens basilares, o redesenho de itinerários formativos e a adoção de políticas de permanência e engajamento estudantil surgem como estratégias indispensáveis, alinhadas aos objetivos de equidade e eficiência expressos na política avaliativa do Espírito Santo.

Um ponto que merece a mesma atenção dada às médias das notas, ou seja, à proficiência média dos estudantes, é a variabilidade dos resultados, também chamada de desvio padrão. Nos anos iniciais, a redução do desvio-padrão indica diminuição das desigualdades internas; entretanto, no ensino médio, o aumento dessa variabilidade sinaliza a existência de bolsões de baixo desempenho capazes de comprometer a média geral, exigindo ações focalizadas.

Apesar das elevadas variações apresentadas no ensino médio, observamos uma tendência de crescimento entre os anos de 2014-2019. Tal elevação pode ser interpretada como reflexo do fortalecimento das estratégias de intervenção pedagógica orientadas pelas devolutivas do Paebes e, em especial, da implementação da Avaliação Diagnóstica Trimestral (Paebes-TRI), que ampliou a frequência e a capilaridade da coleta de dados sobre a aprendizagem, promovendo maior sensibilidade do sistema às necessidades formativas. No entanto, esse avanço foi temporariamente interrompido no período pós pandêmico, o qual afetou o funcionamento regular das escolas e o engajamento dos estudantes com o processo de ensino-aprendizagem.

A retomada do crescimento em 2023 e 2024, em todas as etapas e componentes, marca um ponto de inflexão significativo, apresentando uma nova dinâmica de crescimento, após os impactos da pandemia. Esse avanço pode estar vinculado ao con-

junto de ações articuladas como o fortalecimento do regime de colaboração entre o Estado e os Municípios capixabas por meio das ações do PAES, o reforço das estratégias de recomposição da aprendizagem, a institucionalização da Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem - AMA, em 2023, realizada trimestralmente, de forma similar ao Paebes Tri - descontinuado após a pandemia - e a intensificação do uso pedagógico dos dados das avaliações externas.

Ademais, a observação de uma redução relativa do desvio padrão nesse período aponta para uma possível melhora na equidade dos resultados. Para efeito de ilustração da movimentação dos estudantes matriculados na rede estadual, dentro dos padrões de desempenho (Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado), apresentamos a seguir três figuras com os recortes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª Série do ensino médio da Rede Pública Estadual de Ensino nos anos de 2021 a 2024:

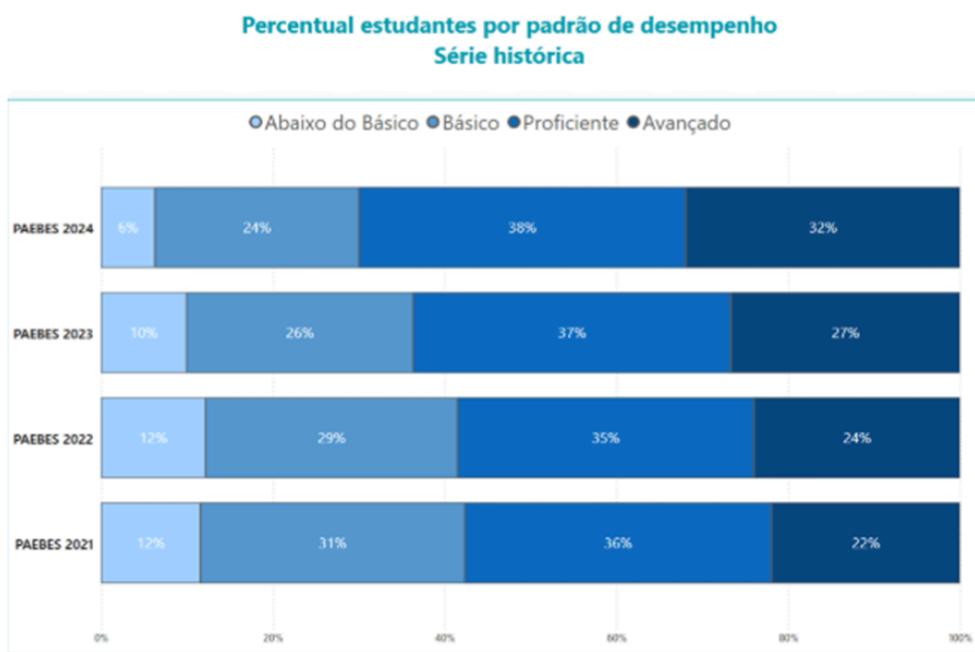


Figura 10. Distribuição dos estudantes nos padrões de desempenho na rede Estadual de Ensino - 5º ano EF - LP e MT. Paebes 2021-2024. Fonte: Sedu/ES – Gerência de Avaliação – GEA. Relatório BI - GEA Paebes: Série Histórica Período – 2021 a 2024. Disponível em: <https://bit.ly/44gv8mp>. Acesso em: 11 de ago. 2025.

Percentual estudantes por padrão de desempenho
Série histórica

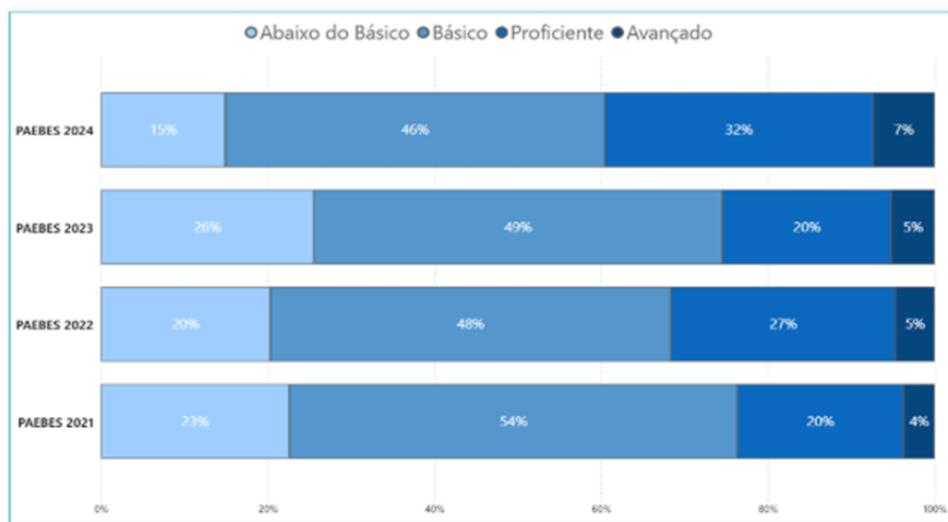


Figura 11. Distribuição dos estudantes nos padrões de desempenho na rede Estadual de Ensino - 9º ano EF - LP e MT. Paebes 2021-2024. Fonte: Sedu/ES – Gerência de Avaliação – GEA. Relatório BI - GEA Paebes: Série Histórica Período – 2021 a 2024. Disponível em: <https://bit.ly/44gv8mp>. Acesso em: 11 de ago. 2025.

Percentual estudantes por padrão de desempenho
Série histórica

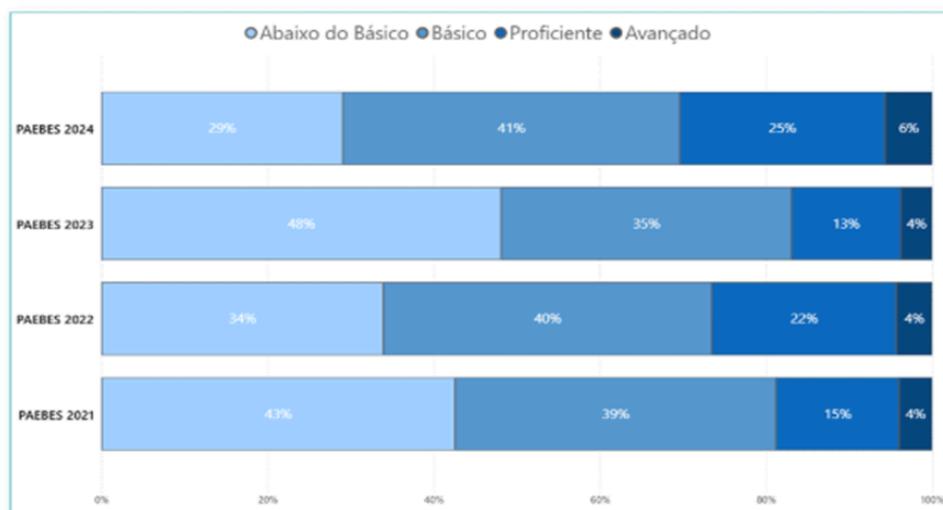


Figura 12. Distribuição dos estudantes nos padrões de desempenho na rede Estadual de Ensino - 3ª série EM - LP e MT. Paebes 2021-2024. Fonte: Sedu/ES – Gerência de Avaliação – GEA. Relatório BI - GEA Paebes: Série Histórica Período – 2021 a 2024. Disponível em: <https://bit.ly/44gv8mp>. Acesso em: 11 de ago. 2025.

As Figuras 10, 11 e 12 evidenciam a redução do desempenho insuficiente e o crescimento do percentual de estudantes nos níveis “Proficiente e Avançado” na Edição 2024, sugerindo que o intenso trabalho com a recomposição das aprendizagens após as perdas significativas do período da pandemia começa a surtir efeito.

Outra observação interessante sobre a movimentação dos estudantes dentro dos padrões de desempenho está relacionada a esse fenômeno dentro das regiões, conforme demonstramos na figura 13 a seguir, que faz um recorte específico da 3ª série do ensino médio, com representação em todo o território capixaba:

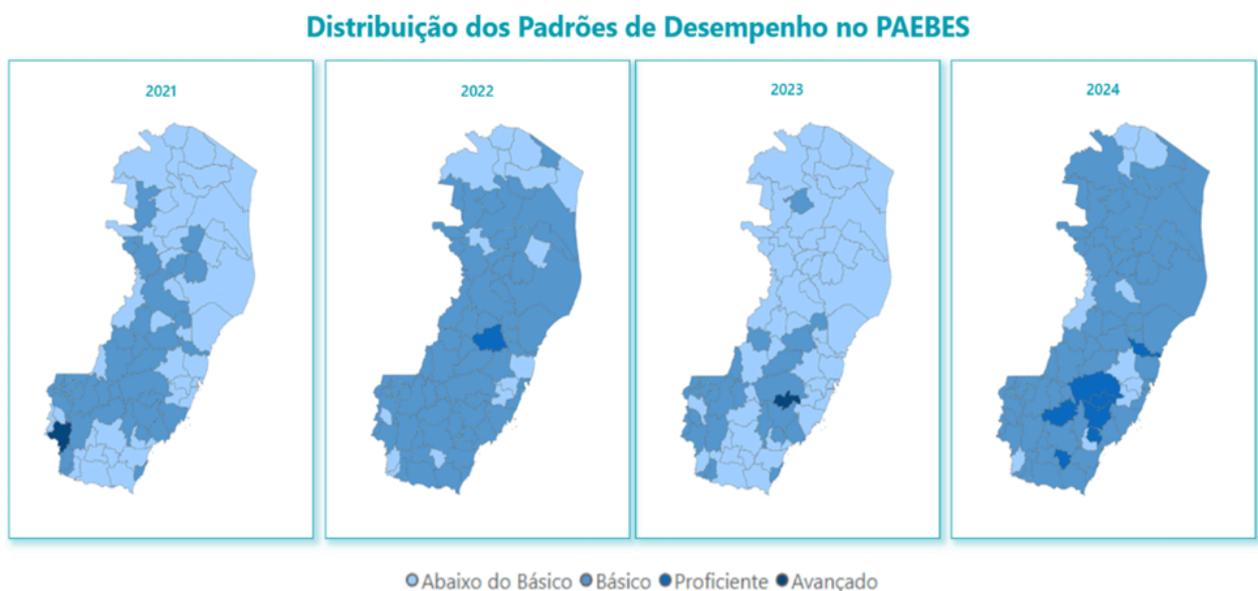


Figura 13 - Distribuição dos padrões de desempenho por território - Rede Estadual de Ensino (3ª EM).
Fonte: Sedu/ES – Gerência de Avaliação – GEA. Relatório BI - GEA Paebes: Série Histórica Período – 2021 a 2024. Disponível em: <https://bit.ly/44gv8mp>. Acesso em: 11 ago. 2025.

A Figura 13 ilustra a variação dos padrões de desempenho dos estudantes da 3ª Série do EM da rede estadual, evidenciando movimentos significativos nas regiões. Nota-se, especialmente em 2023, uma maior heterogeneidade nos resultados, com ampliação de áreas marcadas pelo padrão “Abaixo do Básico”. Já em 2024, observa-se uma recomposição no desempenho, com expansão de áreas nos níveis “Proficiente” e “Avançado” (tons mais escuros). Essa distribuição sugere que os impactos das políticas de recomposição não foram homogêneos, destacando-se territórios que alcançaram avanços mais expressivos, possivelmente em razão de estratégias regionais articuladas de intervenção pedagógica e gestão escolar. Nesse sentido, a análise espacial do desempenho revela a importância de ações territorializadas para a superação das desigualdades educacionais.

Repercussões no mundo acadêmico

As repercussões do Paebes estendem-se também ao campo da pesquisa científica e produção acadêmica. Nesse contexto, observa-se um crescente interesse em investigações aplicadas e reflexões críticas sobre as políticas públicas educacionais. Com o objetivo de compreender os desdobramentos epistemológicos, pedagógicos e políticos do Paebes, foi realizado um levantamento de teses, dissertações e artigos científicos produzidos entre os anos de 2000 e 2025, em instituições de ensino superior de todo o Brasil, com ênfase nas produções diretamente relacionadas ao programa ou que o utilizaram como fonte para o desenvolvimento dos estudos.

A busca foi realizada no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr⁶), iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), que tem como finalidade reunir, em um único ambiente virtual, a produção científica nacional disponibilizada em acesso aberto. Esse acervo integra artigos de periódicos científicos, dados de pesquisa, teses, dissertações e outros documentos armazenados em repositórios institucionais, bibliotecas digitais e plataformas de publicações acadêmicas. A pesquisa pelo termo “Paebes” resultou na identificação de 46 trabalhos, sendo 14 artigos científicos, 3 dissertações de especialização, 23 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado.

Entre os estudos de maior destaque sobre avaliação da alfabetização no contexto do Paebes, sobressaem-se a tese de Dilza Côco (2014), defendida na Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes, que analisa criticamente os efeitos do Paebes-Alfa sobre o currículo e as práticas pedagógicas, com ênfase nas restrições à dimensão discursiva da alfabetização, e a pesquisa de Naira Muylaert Lima (2016), desenvolvida na PUC-Rio, que investiga desigualdades de aprendizagem a partir dos dados do Paebes-Alfa, articulando-os a marcadores socioeconômicos e raciais.

Complementando essa linha de investigação, a tese de Wagner Rezende (2020) compara três programas estaduais de avaliação da alfabetização — Paebes Alfa (ES), Proalfa (MG) e Spaece Alfa (CE) — no período de 2009 a 2017. A partir de dez critérios analíticos, o estudo busca suprir a escassez de pesquisas sistematizadas sobre o tema. Com base em análise documental e entrevistas com gestores, a pesquisa contribui com subsídios teórico-metodológicos para o debate sobre políticas avaliativas, em um contexto de crescente centralidade da alfabetização nas agendas educacionais brasileiras.

No âmbito das dissertações de mestrado, destacam-se os trabalhos de Pereira (2015), Santos (2024) e Lopes (2024), os quais evidenciam distintas formas de apropriação dos resultados do Paebes no contexto escolar. Enquanto Pereira analisa como professores de Língua Portuguesa ressignificam o uso pedagógico das devolutivas avaliativas, Santos e Lopes exploram o potencial das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na superação de dificuldades identificadas nos descritores do Paebes, em Matemática e Química, respectivamente. Em comum, os estudos sugerem que o uso crítico dos dados da avaliação, aliado a metodologias ativas como a Realidade Aumentada e a gamificação, pode qualificar as práticas docentes e favorecer aprendizagens mais significativas.

A dissertação de Oliveira (2019), no Mestrado Profissional da UFJF, discute a representação da identidade étnico-racial nos itens do Paebes, identificando a sub-representação da população negra nas áreas de Linguagens e Ciências Humanas, em desacordo com os marcos legais da educação para as relações étnico-raciais. Em resposta, o autor propõe um plano de ação voltado à ampliação da representatividade afro-brasileira nos instrumentos avaliativos. Já Teixeira (2020) avalia os alinhamentos e dissonâncias entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o currículo capixaba e as matrizes do Paebes-Alfa, propondo ajustes que promovam maior coerência entre política curricular e política avaliativa.

Mais recentemente, Pereira (2023) analisou o Paebes-TRI e seus impactos nas escolas da Grande Vitória, com ênfase na intensificação da lógica avaliativa no ensino médio e seus efeitos sobre a responsabilização docente. De forma semelhante, Avanci (2024) investigou, em estudo de caso, as transformações no trabalho pedagógico provocadas pelo Paebes, apontando o surgimento de práticas voltadas ao alcance de metas, indo de encontro a uma formação crítica e emancipadora dos estudantes.

No campo dos artigos científicos, destacam-se os trabalhos de Côco e Gontijo (2017) e Rezende (2021). O primeiro analisa a avaliação da alfabetização sob uma perspectiva dialógica e crítica, evidenciando tensões entre as prescrições da política avaliativa e as práticas docentes. O segundo realiza um mapeamento histórico-documental do Paebes-Alfa entre 2009 e 2017, sistematizando critérios que favorecem novas pesquisas sobre o tema.

O estudo de Muylaert, Bonamino e Micarello (2019) analisa o desempenho de 7.781 estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental no Paebes-Alfa, à luz do conceito da igualdade de conhecimento, comparando turmas de alto e baixo rendimento em cinco

habilidades de leitura. Os resultados indicam variação reduzida entre os grupos, sugerindo relativa equidade na aprendizagem; contudo, o baixo desempenho em habilidades mais complexas revela fragilidades persistentes no ciclo de alfabetização.

Dois estudos recentes ampliam o escopo da análise comparando o Paebes a experiências internacionais de avaliação em nível subnacional. Dutra, Negreiros e Santos (2024) investigam paralelamente o Paebes e o Exeims-BC, exame do estado de Baja California (México), abordando aspectos como criação, implementação e continuidade das políticas avaliativas. Santos, Stieg, Morales González e Santos (2024), por sua vez, comparam as matrizes de referência do Enem, Planea, Paebes e Exeims-BC, identificando semelhanças nos componentes curriculares avaliados e no predomínio de competências cognitivas. Ambos os estudos contribuem para o debate sobre a padronização das avaliações externas e questionam a coexistência de instrumentos com finalidades e estruturas similares, defendendo maior articulação entre políticas avaliativas e os contextos educacionais em que se inserem.

Esse conjunto de estudos sobre o Paebes revela limites e potencialidades associadas à avaliação em larga escala e evidenciam as repercussões nas práticas escolares bem como os desafios quanto à equidade e ao uso pedagógico dos resultados. Os estudos apontam também a necessidade de alinhar a política avaliativa ao currículo e à formação docente, reafirmando a importância da pesquisa científica para revisar diretrizes, qualificar seus sentidos e assim, orientar políticas educacionais mais justas e contextualizadas.

A partir do reconhecimento da avaliação como parte indissociável da política educacional, e não como um fim em si mesma, o Espírito Santo demonstra que avaliações externas, quando articuladas a um sistema de acompanhamento robusto e a ações formativas contínuas, podem constituir instrumentos potentes de justiça curricular e de qualificação das aprendizagens.

Nessa lógica, estamos de acordo com Calderón (2020) no sentido de que as avaliações externas, a utilização de seus resultados e a implementação de boas práticas escolares articulam-se em torno de um propósito comum: a consolidação de uma escola eficaz, capaz de assegurar a todos os estudantes o direito à aprendizagem.

Em síntese, as repercussões do Paebes no sistema educacional do Espírito Santo são e hão de ser ainda muitas. O Paebes segue orientando a gestão escolar, o planejamento pedagógico, a promoção do desenvolvimento profissional, bem como as revisões curriculares e a elaboração de programas que estimulam uma cultura de uso pedagógico dos dados voltados para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Referências

AVANCI, Roberta Aparecida. Avaliação em larga escala e trabalho docente: um estudo de caso sobre os desdobramentos do Paebes em uma escola estadual do Espírito Santo. 2024. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024. Disponível em <https://dspace4.ufes.br/items/3b83f298-a6b6-4587-9726-b3a5487284ad>. Acesso em: 20 maio 2025.

BONAMINO, Alicia; MOTA, Maria Océlia. “Notas para a reconstrução da noção de equidade subjacente ao desenho do Paic”. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 30, n. 115, p. 484-500, abr./jun. 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/yBWd6R9mrcbpBgHz8Syfmnj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

BROOKE, Nigel; REZENDE, Wagner Silveira. Os dilemas da gestão escolar. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2020.

CALDERÓN, Adolfo-Ignacio; BORGES, Regilson Maciel. “Avaliação em larga escala na Educação Básica: usos e tensões teórico-epistemológicas.” Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 28-58, jan./mar. 2020. Disponível em <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/2281>. Acesso em: 10 maio 2025.

CÔCO, Dilza. Avaliação externa da alfabetização: o PAEBES-ALFA no Espírito Santo. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_7703_TESE%20AVALIA%20C7%20C3%20EXTERNA%20DA%20ALFABETIZA%20C7%20C3%20-%20O%20PAEBES%20ALFA%20NO%20ESP%20CDRITO%20SANTO.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

CÔCO, Dilza; GONTIJO, Cláudia M. M. “Avaliação externa nas classes de alfabetização no Espírito Santo.” Pro-Posições, v. 28, supl. 1, p. 1-21, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/QzDWgjHhsJjCNJRfgH83mjG/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2025.

DUTRA, Kézia A. M.; NEGREIROS, Heitor L.; SANTOS, Wagner dos. “Os exames standardizados estaduais e a constituição de políticas educacionais para a avaliação: uma análise comparada do Paebes (Brasil) e do Exeims-BC (México).” Education Policy Analysis Archives, v. 32, 2024. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/8454>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto n. 2.761-R, de 31 de maio de 2011. Regulamenta a concessão da Bonificação por Desempenho instituída pela Lei Complementar n. 504/2009. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 1 jun. 2011.

_____. Decreto n. 4.965-R, de 14 de setembro de 2021. Regulamenta o Prêmio Escola que Colabora. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 15 set. 2021.,

____. Lei n. 10.880, de 19 de julho de 2018. Institui o Prêmio Escola que Colabora e o Programa de Concessão de Bolsas de Apoio Técnico no âmbito do Paes. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 20 jul. 2018.

____. Lei Complementar n. 504, de 23 de novembro de 2009. Institui a Bonificação por Desempenho no âmbito da Sedu. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 24 nov. 2009.

____. Lei Complementar n. 1.021, de 28 de novembro de 2022. Altera a Lei Complementar n. 504/2009. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 29 nov. 2022.

____. Secretaria de Estado da Educação. Portaria n. 151-R, de 21 de dezembro de 2010. Institui o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica – Sicaeb. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 22 dez. 2010.

____. Secretaria de Estado da Educação. Portaria n. 168-R, de 28 de dezembro de 2020. Institui o Currículo do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 29 dez. 2020.

____. Secretaria de Estado da Educação. Portaria n. 138-R, de 23 de junho de 2022. Institui o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica – Sicaeb. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 24 jun. 2022. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/edicoes/download/7310>. Acesso em: 19 abr. 2025.

____. Secretaria de Estado da Educação. Portaria n. 241-R, de 4 de outubro de 2021. Estabelece normas e procedimentos do Prêmio Escola que Colabora. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 5 out. 2021.

____. Secretaria de Estado da Educação. Portaria n. 349-R, de 23 de dezembro de 2022. Institui e organiza o Programa de Fortalecimento da Aprendizagem – PFA. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1M5K0T0GVAJten1DDMhM8vWlnMSf7FeHh>. Acesso em: 11 jun. 2025.

____. Secretaria de Estado da Educação. Portaria n. 003-R, de 13 de janeiro de 2023. Reestrutura o Sicaeb. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/EDITAL%20SEDU%20N%C2%BA%2005-2023%20-%20CHE.pdf>. Acesso em: 4 maio 2025.

____. Secretaria de Estado da Educação. Portaria n. 263-R, de 29 de novembro de 2023. Institui o programa Escola do Futuro. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 30 nov. 2023.

____. Secretaria de Estado da Educação. Orientações curriculares: Ensino Fundamental e Ensino Médio. Vitória: Sedu, 2024. Disponível em: <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/orientacoescurriculares/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

____. Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo – Gerência de Avaliação – GEA. Relatório BI - GEA Paebes: Série Histórica Período – 2021 a 2024. Disponível em: <https://bit.ly/44gv8mp>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GATTI, Bernardete Angelina. “Avaliação de sistemas educacionais no Brasil: tendências, limites e possibilidades.” Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 209-228, abr./jun. 2009. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/artigos_e_discursos/avaliacao_do_sistema_educacional_brasileiro_tendencias_e_perspectivas.pdf. Acesso em: 4 maio 2025.

LIMA, Naira da Costa Muylaert. Educação e desigualdades sociais: suas relações no estado do Espírito Santo. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=27650&idi=1>. Acesso em: 11 jun. 2025.

LOPES, Whydson Alexsandro. O uso da gamificação através de aplicativos para smartphones na consolidação do descritor D-18 do Paebes que envolve o ensino da tabela periódica. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional – PROFQUI) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2024. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/33023>. Acesso em: 11 jun. 2025.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.

_____. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
MAINARDES, Jefferson. “Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais.” Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXyTCQHCFyhsJ/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

_____. “A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional.” Jornal de Políticas Educacionais, Curitiba, v. 12, n. 16, p. 1-19, ago. 2018. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/viewFile/59217/36164>. Acesso em: 20 maio 2025.

MUYLAERT, Naira da Costa; BONAMINO, Alicia; MICARELLO, Hilda. “Habilidade de leitura no ciclo de alfabetização: uma análise sobre a igualdade de conhecimento.” Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 45, e187778, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/H5WqncqSqrpfckKG7qvzMmc/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2025.

OLIVEIRA, Daniel Bartholomeu de. A representação da identidade étnica da população negra no Paebes nas áreas de Ciências Humanas e Linguagens. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11721>. Acesso em: 11 jun. 2025.

PEREIRA, Selma Lúcia de Assis. Paebes: modos, formas e diálogos a partir dos usos dos resultados em Língua Portuguesa da avaliação externa estadual no município de Cariacica-ES. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufes.br/handle/10/8635>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PEREIRA, Wagner Miguel. A avaliação no sistema de ensino do Espírito Santo: docência e discência premiadas pelos resultados. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023. Disponível em <https://dspace4.ufes.br/items/e8c25f60-fe04-4f23-be3c-6fd369b78fa7>. Acesso em: 24 jun. 2025.

REZENDE, Wagner Silveira. “Avaliação da alfabetização no Espírito Santo: uma análise do Paebes Alfa entre 2009 e 2017.” Educar em Revista, Curitiba, v. 37, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/7xKrsWq3DJLyGTyQK8gNcqt/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

_____. Avaliação em larga escala da alfabetização: os casos de Paebes Alfa, Proalfa e Spaee Alfa. 2020. 357 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11773>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SANTOS, Ivani Francisca dos. Realidade aumentada aplicada ao ensino de sólidos geométricos: uma experiência didática desenvolvida com alunos da 2ª série do Ensino Médio. 2024. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/17358>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SANTOS, M. G. dos; STIEG, R.; MORALES GONZÁLEZ, B.; SANTOS, W. dos. “Análise comparativa de matrizes de avaliação: Enem, Paebes, Planea e Exeims-BC.” Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 35, p. e10997, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eaee/article/view/10997>. Acesso em: 8 ago. 2025. Acesso em 24 jun. 2025.

SOARES, José Francisco. “Avaliação da qualidade da educação escolar brasileira.” In: URANI, André;

GUIMARÃES, Roberto P.; ARBIX, Gláucio (org.). O sociólogo e as políticas públicas: homenagem a Simon Schwartzman. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

TEIXEIRA, Aida do Amaral Antunes. A implementação da BNCC e as mudanças curriculares estaduais: o caso do Paebs-Alfa. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12080>. Acesso em: 10 jul. 2025.

***O Paebes em Primeira
Pessoa: Relatos de
Quem Fez Parte da
História***

O Paebes em Primeira Pessoa: Relatos de Quem Fez Parte da História

Educação como Porta para a Transformação

Darcila Aparecida da Silva

Sou professora de matemática da rede estadual do Espírito Santo. Ingressei por concurso em 2008, mas minha história na rede começou bem antes, em 2001, como professora em designação temporária (DT). Desde então, minha trajetória foi se moldando com os passos que dei dentro das salas de aula, dos corredores escolares e, mais tarde, nas instâncias da gestão.

Logo nos meus primeiros anos como professora efetiva, tive contato com o Paebes. Naquele tempo, pouco se falava sobre a avaliação, pouco se compreendia sua construção. Os resultados chegaram como um susto. Quando tivemos acesso às matrizes, percebi que quase não dialogavam com o currículo que trabalhávamos. Era como se estivéssemos ensinando com os olhos vendados para o que realmente importava.

Aos poucos, comecei a olhar com mais atenção para aquilo que era cobrado. Percebi que não era o currículo inteiro, mas os conteúdos essenciais para cada modalidade. No Ensino Fundamental, o que o aluno precisava saber ao sair do 9º ano; no Médio, o que deveria dominar ao concluir a 3ª série. Isso me inquietava profundamente. Era como se a prova apontasse para algo que estávamos deixando escapar.

E não era que o Paebes tivesse se tornado nosso único norte, mas ele nos obrigava a enxergar o currículo com outros olhos: os olhos do estudante e da sua trajetória. Eu costumava assumir turmas finalistas, como o 9º ano e a 3ª série. E me frustrava. Era impossível fazer todo o trabalho em um único ano. A avaliação externa não cobra apenas o conteúdo de uma série, ela reflete os anos de caminhada daquele estudante. Quando se trabalha apenas nas séries finais, não se consegue reparar as lacunas que vêm de longe. E essa responsabilidade imensa, muitas vezes, recaía apenas sobre o professor da série final.

Mas, com o tempo, compreendemos que o trabalho precisava ser coletivo. Todos eram responsáveis. Quando assumi a direção da escola, levei essa consciência comigo. Sabia, pela experiência em sala, o quanto era necessário envolver toda a equipe docente. A prova não era responsabilidade dos professores de português e matemática. O currículo é uma construção conjunta, e habilidades e competências se desenvolvem em todas as áreas.

Mobilizar a equipe significava, antes de tudo, mobilizar para a aprendizagem. A avaliação apontava o que era essencial. E nós precisávamos garantir que os estudantes tivessem acesso a esses conhecimentos no tempo certo. Não era possível seguir deixando lacunas.

Lembro dos nossos primeiros resultados: 30% de aprendizagem em Língua Portuguesa e 25% em Matemática. Quando analisávamos o plano de ensino e o comparávamos à matriz do Paebs, a distância era gritante. O professor muitas vezes conseguia trabalhar apenas 40% do que era necessário. Se o aluno aprendia 20% ou 30%, era quase um milagre. Era preciso alinhar currículo, plano de ensino, livro didático, tudo. Esse foi meu primeiro grande desafio como diretora.

A escola não é território de decisões individuais. Cada professor acredita saber o que é melhor, mas é preciso construir decisões coletivas. Só assim garantimos equidade. E foi com esse espírito que permaneci quase oito anos à frente da CEEFMTI Bráulio Franco, entre o fim de 2011 e o início de 2019. Foram anos de engajamento. Professores e estudantes entendiam a importância do que fazíamos. Mostrávamos, por meio dos resultados, que aquela escola ensinava. Que cumpríamos nosso papel. E os alunos se comprometiam conosco, porque sabiam que aprender era também afirmar sua dignidade.

As famílias sempre estiveram presentes. O Dia da Família era um marco. A escola era viva, pulsante, aberta. E esse envolvimento fez toda a diferença.

Depois, fui convidada para liderar a Superintendência Regional de Guaçuí. Quando conversei com o secretário Vitor de Angelo, ele me propôs um desafio: levar as boas práticas da minha escola para as outras 24 da regional. Nas visitas, percebi o quanto ainda havia desconhecimento sobre as avaliações externas. Era preciso mostrar para que serviam, qual era sua importância e como podiam melhorar a vida do estudante. Assim, pude entender de forma ainda mais clara, que a avaliação não era fim — era meio. Era provocação, caminho, espelho.

Começamos a dialogar com os professores. “Se no ano passado não houve êxito, vou repetir a mesma metodologia?” Não podíamos andar em círculos. Era hora de mudar. De experimentar. De usar os dados como instrumento. De ler os erros, identificar dificuldades, reinventar caminhos.

Assumi a superintendência em março. Em abril, já participamos da primeira reunião com os resultados. Entre 11 regionais, estávamos em nono lugar. Vindo de uma escola referência, isso me impactou. Era como acordar de um sonho e enxergar a realidade. Mas em poucos meses de trabalho, trazendo a avaliação para o centro da conversa, passamos para o segundo lugar no primeiro Paebes após minha chegada.

Não houve tempo para grandes formações. Houve escuta, alinhamento de documentos, clareza de prioridades. Era inadmissível que um aluno chegasse à prova sem ter tido contato com os conteúdos essenciais. E os ajustes começaram a surtir efeito.

A partir do segundo ano, aprofundamos o trabalho. Reuniões de formação, troca de experiências, foco também nas Ciências da Natureza. Observamos que faltavam práticas experimentais nas aulas. Os professores começaram a criar, e surgiu um livro com experiências que passou a circular nas escolas. Hoje, já está na terceira edição. Avançamos. Não chegamos ao ideal, mas demos grandes passos.

Em 2023, fui convidada pelo Secretário de Educação para assumir uma nova subsecretaria: a de Articulação Educacional. Um desafio ainda maior. Aqui, trabalho com o regime de colaboração, com a alfabetização e o desejo ousado — mas necessário — de alfabetizar 100% das crianças.

Não podemos esperar o fim do ano para descobrir que o trabalho falhou. A avaliação precisa vir no tempo certo. E desde 2023, temos chamado os municípios para essa conversa. Avaliação como instrumento de análise, de ajustes, de melhoria contínua.

Os resultados mostram que estamos no caminho certo. Alcançamos o terceiro melhor resultado do país. E esse salto veio da escuta, da análise, da corresponsabilização dos municípios. Também apoiamos, na medida do possível, o 5º e o 9º ano do ensino fundamental nas redes municipais, com o que temos construído no estado.

Ainda temos muitos desafios, mas seguimos esperançosos. Com o Circuito de Gestão, pactuamos metas com as escolas, não como uma cobrança, mas como convite à reflexão: o que já conseguimos? E agora, quais os próximos passos?

Essa consciência está mais viva na rede. Os superintendentes, os diretores, os professores, os conselhos de líderes — todos têm olhado para os dados com mais clareza. Conversamos também com os estudantes. Explicamos que a avaliação é ferramenta de transformação. E eles entenderam. Se engajaram. Porque é por eles e para eles que a avaliação acontece.

Analisar os resultados com os municípios é um momento importante. E quando vemos o incômodo surgir, sabemos que ele é fértil. É o desconforto que impulsiona a mudança.

Ano a ano, aprimoramos o fazer pedagógico. Lapidamos nossos métodos. Não se trata de engessar o trabalho do professor, mas de garantir que ele compreenda o que é essencial. Que esteja atento ao percurso de cada aluno. Que faça da sua prática um instrumento de transformação.

Porque, como diz o nosso governador Renato Casagrande, para muitas pessoas, a educação é a única porta. E se conseguimos abrir essa porta com mais força, mais luz e mais cuidado, mudamos não apenas a vida de um estudante, mas de toda uma comunidade.

Com a palavra o Secretário da Educação do Estado do Espírito Santo

Vitor Amorim de Angelo

No conjunto de relatos que compõem este livro comemorativo dos 25 anos do Paebes, reservamos um espaço especial para uma entrevista realizada pela Gerente de Avaliação, Bianca Silva Santana, com o Secretário de Estado da Educação, Vitor Amorim de Angelo. Reconhecendo a relevância de sua atuação na condução das políticas educacionais do Espírito Santo, esta entrevista busca oferecer ao leitor uma visão institucional sobre o papel desempenhado pelo Paebes ao longo de sua história, suas contribuições para a melhoria da aprendizagem e os desafios que se colocam para o futuro da avaliação educacional.

Bianca (entrevistadora): Secretário, para começar, gostaria que o senhor compartilhasse um pouco sobre sua trajetória profissional e acadêmica, que é bastante reconhecida no Brasil e no exterior.

Vitor de Angelo: Claro. Sou Doutor em Ciências Sociais, com pós-doutorado em Sociologia Política pela Université de Paris Ouest-Nanterre. Fui professor e pesquisador em instituições como a Universidade Federal de Uberlândia, o SciencesPo Paris, a Universidade Federal do Espírito Santo e também a Universidade Stanford. Atualmente, sou professor titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha, instituição que também me concedeu o título de Doutor Honoris Causa pela minha atuação na área educacional.

Na gestão pública, presidi o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) entre 2022 e 2025. Estou à frente da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo desde 2019 e é uma honra poder participar desse momento em que celebramos os 25 anos do Paebes.

Bianca: Como o senhor avalia a importância do Paebes ao longo de seus 25 anos de história?

Vitor de Angelo: O Paebes foi decisivo para a profissionalização da gestão educacional no Espírito Santo. Ele nos permitiu sair de um planejamento baseado apenas em impressões ou voluntarismos para um planejamento fundamentado em evidências concretas.

Esse foi, a meu ver, um dos maiores ganhos: a possibilidade de tomar decisões a partir de dados consistentes, que mostram onde estamos e para onde precisamos ir. O Paebes, ao longo de sua trajetória, ajudou a consolidar uma cultura de avaliação que hoje é parte estruturante da Secretaria.

Bianca: Tradicionalmente, o Paebes tinha uma natureza mais somativa, muito voltada para subsidiar políticas públicas em nível macro. Mas na sua gestão, observamos um esforço em aproximar a avaliação do cotidiano pedagógico das escolas. O que motivou essa mudança de perspectiva?

Vitor de Angelo: Avaliar nunca foi um consenso. De um lado, há quem reconheça sua importância; de outro, há críticas de que o excesso de padronização poderia engessar o fazer pedagógico. Eu entendo essas críticas, mas acredito que, sem avaliações externas em larga escala, não é possível identificar tendências ou garantir que todos os estudantes estejam aprendendo.

Nos últimos anos, buscamos reforçar o caráter pedagógico do Paebes. Ele não interfere diretamente na nota do aluno, mas seus resultados geram evidências fundamentais para a formulação de políticas públicas e, sobretudo, para o trabalho em sala de aula. Temos procurado mostrar às escolas que esses dados são uma ferramenta para apoiar o planejamento pedagógico, orientar formações de professores e promover recomposição das aprendizagens.

Bianca: Quais ações pedagógicas recentes da Sedu têm sido apoiadas pelos resultados do Paebes?

Vitor de Angelo: Posso citar várias. As formações continuadas para professores, as oficinas, os momentos nas Jornadas de Planejamento Pedagógico (JPP), os planos de ação elaborados pelas escolas e pelas SREs... Tudo isso tem como base as evidências trazidas pelo Paebes.

É claro que transformar dado em ação não é simples. Envolve capacidade técnica, letramento em dados e também convencimento: é preciso que gestores e professores percebam a utilidade da avaliação. Mas tenho visto avanços expressivos nesse sentido. Hoje já existe uma consciência coletiva de que não é possível planejar sem dados.

Bianca: O Paebes também articula Estado e municípios, especialmente com o Paebes Alfa, que avalia a alfabetização no 2º ano. Como o senhor vê essa parceria?

Vitor de Angelo: O Paebes Alfa é estratégico, sobretudo porque se articula com políticas nacionais, como o Fundeb, o VAAR e o Compromisso Criança Alfabetizada. Esses fatores externos ajudaram a consolidar a adesão dos municípios.

Mas, para além da obrigatoriedade, houve também um trabalho de convencimento. A Sedu buscou dialogar com as redes municipais, oferecer apoio técnico e compartilhar formações. Hoje, todos os municípios capixabas participam e muitos já utilizam os resultados do Paebes. O grande desafio agora não é mais garantir a adesão, mas sim ampliar o uso pedagógico dos dados pelas redes.

Bianca: Quais são, na sua visão, os principais desafios e perspectivas para o futuro do Paebes?

Vitor de Angelo: Eu destacaria quatro grandes pontos:

1. Ampliação de áreas avaliadas – Hoje o foco é Língua Portuguesa e Matemática, mas já temos avaliações censitárias intercaladas também em Ciências da Natureza e Ciências Humanas, no 9º ano e na 3ª série do Ensino Médio. Precisamos avançar na consolidação dessas áreas, sem perder a profundidade.
2. Equidade – O Paebes não se limita a números. Os questionários contextuais e as Revistas Contextuais permitem análises detalhadas por raça/cor, sexo, nível socioeconômico e clima escolar. Esses recortes revelam desigualdades e orientam políticas focalizadas. Esse talvez seja um dos maiores legados do Paebes: mostrar onde estão as desigualdades e ajudar a enfrentá-las.
3. Inovação tecnológica – O futuro passa pelo uso de tecnologia. Precisamos explorar possibilidades como provas digitais, inteligência artificial na elaboração e correção, e análises mais sofisticadas dos dados. Isso pode tornar o processo mais eficiente e ampliar o alcance da avaliação.
4. Educação integral – Outro desafio é pensar como avaliar dimensões mais amplas da formação dos estudantes, que vão além dos conteúdos específicos de cada disciplina. Precisamos refletir sobre como medir aspectos ligados à convivência, à cidadania, à autonomia. É um tema complexo, mas fundamental se quisermos alinhar a avaliação ao currículo de forma plena.

Bianca: Para finalizar, qual mensagem o senhor deixaria neste marco de 25 anos do Paebes?

Vitor de Angelo: O Paebes é um patrimônio da educação capixaba. Ele ajudou a transformar a forma como planejamos, como decidimos e como pensamos a aprendizagem dos nossos estudantes. Celebrar 25 anos é reconhecer essa história e também assumir o compromisso de continuar inovando para que a avaliação siga cumprindo seu papel: garantir o direito de aprender para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caroline Barbosa Faria Ferreira

“Em uma sociedade democrática como a brasileira, em que o acesso ao ensino de qualidade é um direito a ser garantido, os resultados das avaliações educacionais permitem identificar falhas e orientar o estabelecimento de ações com o objetivo de produzir melhores desempenhos escolares.” (ESPÍRITO SANTO, 2014, p. 27)

Avaliar a qualidade da educação é uma tarefa complexa, pois envolve múltiplas dimensões que influenciam o funcionamento da escola. A noção de qualidade no campo educacional não se reduz a indicadores numéricos: ela é atravessada por diferentes interpretações e realidades, exigindo uma abordagem ampla e contextualizada.

Instrumentos como o Paebes contribuem significativamente para esse processo, desde que se reconheçam suas limitações frente à diversidade dos territórios e ao dinamismo do cotidiano escolar. Avaliações externas produzem diagnósticos valiosos, mas seu potencial depende da articulação com outras fontes de informação — como as condições de ensino, as práticas pedagógicas, os contextos sociais nos quais as escolas estão inseridas, dentre outros aspectos. Apenas esse olhar integrado permite compreender com maior profundidade os desafios e as potências da educação pública.

Uma análise mais completa da qualidade educacional também requer atenção à estrutura física das escolas, à formação docente, às condições de trabalho, à gestão pedagógica e ao perfil social das famílias dos estudantes. O Paebes, ao longo de sua trajetória, tem incorporado esses elementos, ampliando o foco da avaliação e reconhecendo a centralidade do território e das comunidades escolares no processo de aprendizagem. Com isso, contribui para o enfrentamento das desigualdades educacionais e para a ampliação das oportunidades, especialmente para os estudantes em maior situação de vulnerabilidade.

Ao completar 25 anos, o Paebes se consolida como uma política pública essencial para a educação capixaba. Acompanhando transformações nas concepções de ensino, aprendizagem e avaliação, o programa tem respondido, de forma gradual, às demandas da rede estadual. Este livro buscou registrar essa trajetória, articulando dados históricos, análises técnicas e reflexões sobre o papel do programa na garantia do direito de aprender.

Desde seus primeiros ciclos, o Paebes foi concebido para ir além da aferição de resultados. Sua proposta diagnóstica e formativa combina rigor estatístico com sensibilidade pedagógica, permitindo mapear desigualdades e provocar reflexões sobre as práticas educacionais. A criação do Paebes Alfa, voltado à alfabetização, representou um marco importante nesse processo. Ao avaliar de forma especializada os anos iniciais do ensino fundamental, o programa tem contribuído para a qualificação dos diagnósticos e das intervenções pedagógicas em uma das etapas mais decisivas da escolarização.

Além disso, o Paebes tem desempenhado um papel estratégico para o Estado brasileiro, ao oferecer informações sistemáticas sobre o funcionamento dos sistemas de ensino. Conforme Pestana (2013), tais avaliações conferem transparência e previsibilidade às ações públicas, orientam investimentos e possibilitam a diversificação das políticas educacionais, respeitando as especificidades regionais.

Ao realizar aferições periódicas e padronizadas, o programa amplia a capacidade do Estado de identificar demandas específicas, revelando padrões de desigualdade e carências estruturais — como defasagens de aprendizagem, falta de formação continuada, bem como a escassez de recursos didáticos. Esses dados são fundamentais para planejar intervenções mais eficazes e distribuir recursos de forma mais equitativa.

Consolidar uma cultura de avaliação que respeite a complexidade da escola pública, sem reduzi-la a métricas isoladas, é um dos maiores desafios da educação contemporânea. O Paebes tem buscado cumprir esse papel, atuando como instrumento de escuta qualificada dos sistemas de ensino. Avaliar, nesse contexto, é produzir sentido: sobre o que se aprende, sobre como se ensina e sobre as condições que moldam essas experiências. É reconhecer limites, mas também identificar possibilidades. Quando entendida como parte da construção da qualidade educacional, a avaliação deixa de ser um ponto de chegada para se tornar um ponto de partida, rumo a políticas mais justas e práticas transformadoras.

Celebrar os 25 anos do Paebes é reconhecer um legado de escuta qualificada e de construção contínua de políticas educacionais mais justas. Que esse programa siga sendo ponto de partida para práticas inovadoras e para o efetivo direito de aprender de todos os estudantes. Que este livro se constitua, também, como um instrumento de conhecimento e reflexão para todos os professores da rede pública e demais interessados no campo da avaliação educacional. Desejamos que o material aqui reunido contribua para fortalecer o trabalho pedagógico nas escolas, oferecendo apoio nos desafios cotidianos da sala de aula e inspirando práticas comprometidas com a aprendizagem dos estudantes.

Referências

ESPÍRITO SANTO. Sumário Executivo - Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes/Paebes Alfa). Sedu-ES, 2014.

PESTANA, Maria Inês de Sá. “A experiência em avaliação de sistemas educacionais: em que avançamos?” In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernardete Angelina; TAVARES, Marialva Rossi (Orgs.). Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origens e pressupostos. Florianópolis: Insular, 2013. p.117–136.

SOBRE AS AUTORAS DOS CAPÍTULOS

Caroline Barbosa Faria Ferreira é Doutora e Mestre em Letras (2019) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde também se graduou em Letras Português (2009). É professora efetiva da rede estadual do Espírito Santo desde 2013, tendo atuado também como professora coordenadora da área de Linguagens. Atualmente, é técnica pedagógica na Gerência de Avaliação da Secretaria de Educação (GEA/Sedu), integrando a equipe do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes).

Fernanda Maia Lyrio é Mestre em Letras (2011) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Possui Especialização em Literatura e História: texto e contexto pela UFES (2006) e Graduação em Letras-Português (2003) também por essa mesma universidade. Possui, ainda, Graduação em Comunicação Social (2002) com habilitação em Jornalismo pela FAESA (Faculdades Integradas Espírito-Santenses). É professora efetiva da rede estadual do Espírito Santo desde 2016, tendo atuado também como professora coordenadora da área de Linguagens. Atualmente, é técnica educacional da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu-Central), na Gerência de Currículo da Educação Básica (Geceb).

Giselle Peres Zucolotto é mestranda do curso de Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. É Pós-Graduada em Ensino de Língua Inglesa pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Graduada em Letras (2000) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina (FAFIC). É professora efetiva da rede estadual de ensino do Espírito Santo desde 2004. Atualmente, atua como técnica educacional na Gerência de Avaliação da Secretaria de Educação (GEA/Sedu) em questões relacionadas às avaliações em larga escala desenvolvidas no âmbito do estado do Espírito Santo.

Larissa Felipe Guedes é mestranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), graduada em História pela Universidade Gama Filho (UGF). É professora efetiva da rede estadual do Espírito Santo desde 2013, tendo atuado também como coordenadora escolar. Atualmente, é técnica pedagógica na Subgerência de Transporte Escolar da Secretaria de Educação (SUTE/Sedu), já tendo atuado na Gerência de Avaliação (GEA/Sedu) e na Assessoria de Educação de Tempo Integral (AETI/Sedu).

Samira Colombi é graduada em Letras Português (2009) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e professora efetiva da rede estadual de ensino há 12 anos. Ao longo de sua trajetória, desenvolveu projetos pedagógicos voltados para a melhoria dos resultados em avaliações externas. Atualmente, na Superintendência Regional de Educação (SRE) Nilza Pereira Leite, atua no Regime de Colaboração.

SOBRE OS AUTORES DOS RELATOS E DEPOIMENTOS

Carlos Palacios é Doutor e Mestre em Letras Vernáculas (2019) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Realizou pesquisa de pós-doutorado sobre políticas públicas educacionais no Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atualmente, é colaborador do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).

Darcila Aparecida da Silva Castro é Pós-graduada em Educação Matemática, Matemática e em Ciências Biológicas e graduada em Ciências com habilitação em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre. Atuou por mais de 8 anos como professora de Matemática em escolas municipais e estaduais. Em 2008 assumiu o posto de diretora na EEEFM Bráulio Franco, onde atuou por 10 anos. De 2019 a março de 2023 atuou como Superintendente Regional de Educação de Guaçuí. Atualmente é Subsecretária de Estado de Articulação Educacional na Secretaria de Educação do Espírito Santo.

Lina Kátia Mesquita de Oliveira é Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2008), Mestra em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2002) e possui Graduação em Matemática pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Belo Horizonte (1980). Atualmente é Diretora Executiva da Fundação Caed - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd/UFJF e membro do Conselho Científico da ABAVE - Associação Brasileira de Avaliação Educacional, ex membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação das redes de ensino, Instituições, Plano e Programas, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação, educação, políticas públicas, escala de proficiência e educação matemática.

Marluza de Moura Balarini é Mestra em Avaliação de Sistemas Educacionais, Especializada em Linguística Aplicada à Língua Materna e formada em Pedagogia. Foi professora da Ufes e da Rede Estadual de Ensino; foi também Gerente de Qualidade da Informação e Avaliação Educacional – GEIA da Sedu e assessora do Secretário de Estado da Educação. Foi ainda conselheira da Comissão de Educação Profissional e ensino superior. Atualmente, mesmo aposentada, faz parte do Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo.

Vitor Amorim de Angelo é Doutor em Ciências Sociais, com pós-doutorado em Sociologia Política pela Université de Paris Ouest-Nanterre. Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha. Trabalhou como professor e pesquisador na Universidade Federal de Uberlândia, no SciencesPo Paris, na Universidade Federal do Espírito Santo e na Universidade Stanfonrd. Presidiu o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) entre 2022-2025. Possui o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Vila Velha por sua atuação na área educacional. Foi nomeado, em 2019, Secretário de Estado da Educação do Espírito Santo, função que exerce até o momento atual.

Assim como na aquarela, em que a transparência das cores revela a luz e o movimento sobre o branco do papel, também na avaliação educacional os números e relatórios adquirem sentido quando deixam transparecer as histórias, os sujeitos e os contextos que lhes dão vida. Quem está por trás desses dados? Quem os interpreta e os transforma em ações para a sala de aula?

Este livro, cuja capa evoca a delicadeza e a profundidade da aquarela, celebra os 25 anos do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes) e convida a olhar além das estatísticas, buscando nas nuances o retrato de uma política pública que se tornou fundamental para a educação capixaba.

Entre memórias e análises de profissionais da rede, a obra revela como a avaliação, tal como a pintura, depende da sobreposição de camadas e da sensibilidade para captar os detalhes, contribuindo para a construção de uma escola mais justa e efetiva. Com tom de celebração e reflexão, mostra ainda como o Paebes se consolidou como instrumento de transformação e como sua transparência pode continuar a inspirar a busca pelo direito de aprender de todos os estudantes.

Gerência de Avaliação - GEA.



APOIO

